



METODOLOGIA DE
PLANEJAMENTO DA OFERTA DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA



Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Fundação Itaú | Itaú Educação e Trabalho

Metodologia de Planejamento da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica
[recurso eletrônico] / São Paulo : Fundação Itaú, 2026.
118 p. : il. color. ; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7979-206-9

1.Educação profissional e tecnológica – Brasil – Planejamento. 2.Planejamento educacional – Metodologia. 3.Oferta de educação. 4.Gestão educacional. 5.Mercado de trabalho. 6.Equidade educacional. I.Fundação Itaú. II.Itaú Educação e Trabalho. III.Título.

CDD 379.11

Bibliotecário Fernando Galante Silva CRB-8/10536

Expediente

FUNDAÇÃO ITAÚ

Eduardo Saron - Presidente

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO

GERÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Rita Carmona Moreira Leite - Gerente
Érica Teruel Guerra - Coordenadora
Pedro Henrique de Alcantara e Silva - Coordenador
Cecília Víctor - Analista

GERÊNCIA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO

Cacau Lopes da Silva - Gerente
Anderson Santos Azevedo - Coordenador
Karen Carvalho Rosaboni - Analista

GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO, ADVOCACY, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Diogo Jamra Tsukumo - Gerente
Paloma de Lima Santos - Coordenadora
Elisa de Oliveira Silva - Analista

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICA

Ana de Fátima Sousa - Gerente
Alan Albuquerque - Coordenador
Renato Corch - Coordenador
Helga Vaz - Analista
Maysa Correa - Analista
Mauryce Keyne - Analista
Rafael Biazão - Analista

CONCEPÇÃO

Itaú Educação e Trabalho

SISTEMATIZAÇÃO

Itaú Educação e Trabalho
Scintilla

REDAÇÃO - ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO

Anderson Santos Azevedo
Cecília Víctor da Silva
Elisa de Oliveira Silva
Érica Teruel Guerra
Karen Carvalho Rosaboni
Paloma de Lima Santos

REDAÇÃO - SCINTILLA

Francisco Mello
Larissa Jordão
Mayara Rachid

EDIÇÃO - ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO

Érica Teruel Guerra

REVISÃO

Alex Criado

PROJETO GRÁFICO

Boitató Design

ESTADOS PARTICIPANTES DE ENTREVISTAS

Secretaria de Estado de Educação de Ceará
Secretaria de Estado de Educação de Maranhão
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Estado de Educação do Piauí
Secretaria de Estado de Educação de Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado de Educação de São Paulo
Secretaria de Estado de Educação de Sergipe

PARCEIROS IMPLEMENTADORES

FGV-DGPE
Peers Consultoria

PARTICIPANTES DA OFICINA DE MARCADORES SOCIAIS

FUNDAÇÃO ITAÚ

Itaú Educação e Trabalho

Anderson Santos Azevedo
Cecília Víctor da Silva
Elisa de Oliveira Silva
Érica Teruel Guerra
Luana Barbosa da Silva
Karen Carvalho Rosaboni
Maria Cláudia Leme Lopes da Silva
Nubia Suzana Ribeiro Maia
Paloma de Lima Santos
Pedro Henrique de Alcantara e Silva
Raquel Sobral Nonato
Valdecy Nascimento

Itaú Social

Raphael Amancio Lacerda e Sá
Renato Brizzi Martins

Observatório

Alan Pessoa Valadares
Guilherme Goncalves Miranda Silva

Convidados Externos

Bruno Gomes - Diretor Executivo do Equidade.Info
Alysson Portela - Pesquisador no Insper
Alisson Gonçalves - Pesquisador no Insper
Rafael Camelo - Representante na Plano CDE
Dayse Oliveira - Coordenadora de Comunidades da Associação Nova Escola

Sumário

INTRODUÇÃO	5
------------	---

DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA	11
PLANO DE EXPANSÃO	37

REVISÃO E PREPARAÇÃO

AValiação DA CAPACIDADE INSTALADA	50
REVISÃO DA OFERTA ATUAL	62

ESCUTA E PARTICIPAÇÃO

ESCUta DO SETOR PRODUTIVO	73
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	85

INDICAÇÃO E APROVAÇÃO

DEFINIÇÃO DA OFERTA	104
ABERTURA DE VAGAS	109

CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
----------------------	-----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	115
----------------------	-----

LISTA DE TABELAS	116
------------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	116
--------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
----------------------------	-----



INTRODUÇÃO

A educação tem sido um objeto importante de estudo nos últimos cem anos. Hoje, temos boas evidências da importância do planejamento, investimento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de educação no desenvolvimento social e econômico dos países. Tal constatação tem alimentado a busca pela universalização e pela melhoria da qualidade da educação em governos ao redor do mundo.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma oferta importante no âmbito da educação básica, em diversos aspectos. Não apenas pela sua caracterização diferenciada dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), mas sobretudo por buscar atender de forma específica às necessidades sociais, econômicas e educacionais dos territórios onde é ofertada. Nesse sentido, os governos sempre enfrentarão escolhas relacionadas a como e onde ofertar vagas de EPT. Por se localizar historicamente na interseção de políticas econômicas, de trabalho, das políticas sociais e das políticas educacionais, a EPT atende, simultaneamente, a diversas necessidades: atende às demandas do mundo do trabalho relacionadas à disponibilidade de mão de obra qualificada para potencializar o desenvolvimento econômico do país; atende às necessidades dos trabalhadores por maior qualificação e profissionalização, almejando melhores remunerações e melhores condições de trabalho; atende aos objetivos das políticas sociais, alterando trajetórias e rompendo ciclos de pobreza e vulnerabilidade social; e atende aos adolescentes e jovens, que buscam fazer uma transição segura e qualificada entre a escola e o mundo do trabalho. A política de EPT pode ser formulada e implementada buscando maior aderência a um ou mais desses objetivos, mas, em sua melhor forma, responde simultaneamente a todas essas necessidades.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, definidas pela Resolução do CNE nº 1, de 5 de janeiro de 2021, estabelecem que:

Art. 8º São critérios para o planejamento e a organização de cursos de Educação Profissional e Tecnológica:

I - atendimento às demandas socioeconômico ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho;



II - conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino, considerando as reais condições de viabilização da proposta pedagógica;

III - possibilidade de organização curricular segundo itinerários formativos profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica consonantes com políticas públicas indutoras e arranjos socioprodutivos e culturais locais;

IV - identificação de perfil profissional de conclusão próprio para cada curso, que objetive garantir o pleno desenvolvimento das competências profissionais e pessoais requeridas pela natureza do trabalho, em condições de responder, com originalidade e criatividade, aos constantes e novos desafios da vida cidadã e profissional;

V - incentivo ao uso de recursos tecnológicos e recursos educacionais digitais abertos no planejamento dos cursos como mediação do processo de ensino e de aprendizagem centrados no estudante;

Em razão disso, é parte intrínseca da construção das políticas de EPT uma maior aproximação e sintonia com as demandas reais e concretas da sociedade. Afinal, é preciso compreender profundamente essas necessidades para atendê-las. Por isso, esta Metodologia propõe a organização de um Planejamento de Oferta de EPT baseado em um extenso e criterioso levantamento de dados, de modo que se possa considerar uma visão ampla da realidade na tomada de decisão sobre a oferta. Além disso, a estrutura aqui proposta busca envolver todos os atores fundamentais na construção da oferta de EPT no território, a fim de garantir que as necessidades de cada grupo possam ser ouvidas e consideradas.

A pergunta central que esta Metodologia busca apoiar os governos a responder é:

Como podemos, enquanto agentes públicos, promover uma oferta de EPT que seja significativa para os estudantes e atenda às demandas da sociedade para o desenvolvimento econômico e social?

Para refletir sobre esta questão, também precisamos investigar: quais as necessidades do setor produtivo? Quais são os setores econômicos com maior crescimento? Quais ocupações técnicas têm crescido nestes setores? Quais ocupações aumentam a renda dos egressos? Quais os sonhos e aspirações dos jovens ingressantes na EPT? Quais populações podem se beneficiar mais da EPT?

Este documento sistematiza a experiência do IET na frente de planejamento da oferta



junto aos estados, trazendo orientações e ferramentas para apoiar governos nesse processo. Para sua elaboração, foram realizadas entrevistas com atores-chave de alguns estados, e a análise de documentos e ferramentas de planejamento disponíveis em todas as regiões do país.

A proposta desta Metodologia é apontar os processos essenciais para um bom planejamento da oferta de EPT, e que possam ser adaptados às realidades e recursos de cada estado. Por isso, não propomos uma sequência exata de etapas: os processos se inter-relacionam e se retroalimentam de diversas formas. Cabe, portanto, às secretarias envolvidas definirem um planejamento e cronograma que façam sentido em seu contexto.

Entre os processos essenciais, estão, por exemplo, a Análise Socioeconômica, para entender o território, do ponto de vista social, mas também suas potencialidades econômicas; a Revisão da Oferta, que já acontece na rede, para aprimorar os cursos e condições em que eles são oferecidos; e o Plano de Expansão, que traz a visão estratégica do estado em metas e diretrizes para o planejamento anual da oferta. Por um lado, é preciso ouvir o setor produtivo; por outro, é necessário construir uma oferta que faça sentido para a comunidade escolar.

Além desses elementos, a Metodologia trabalha com duas premissas: a equidade e a intersectorialidade. Se o planejamento da oferta de EPT não tiver como premissa a promoção da equidade, corre-se o risco de contribuir para as desigualdades que o Brasil precisa combater, em termos de raça, gênero e condição socioeconômica, principalmente. Já a intersectorialidade diz respeito ao alinhamento da oferta de EPT com outras políticas públicas do estado, principalmente as agendas de desenvolvimento econômico e social. A oferta de EPT deve refletir a economia local e regional, mas também olhar para o futuro, criando oportunidades de desenvolvimento em conjunto com outras iniciativas.

Este documento foi desenvolvido para apoiar as redes de ensino na construção de um planejamento estratégico eficaz para a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), garantindo a tomada de decisões baseadas em evidências e a implementação de políticas alinhadas às demandas econômicas e sociais dos territórios.

A organização do documento segue uma lógica estruturada em macroprocesso, processos e subprocessos, facilitando a compreensão e aplicação prática das diretrizes apresentadas. A metodologia de planejamento da oferta de EPT está organizada em oito processos principais, cada um composto de subprocessos. Essa abordagem busca garantir um fluxo lógico e contínuo de atividades, desde a definição estratégica até a implementação e monitoramento da oferta.

Boa Leitura!



A EQUIDADE NO PLANEJAMENTO DA OFERTA

Em 2024, o IET realizou o estudo “Democratização da EPT no Brasil: análise sobre a oferta considerando raça, gênero, condição socioeconômica e local de residência”, que pode ser acessado [aqui](#). A pesquisa tem como objetivo compreender em que medida a EPT é ofertada de modo equitativo para os jovens brasileiros. Para isso, são analisadas as diferenças entre todo o público do ensino médio estadual e os estudantes que fazem cursos técnicos, no que

Pesquisa
Democratização
da EPT



Estudante do curso técnico em química, em Carmópolis, Sergipe
Foto de Guilherme Veloso/Fundação Itaú



tange aos chamados “marcadores sociais”: características como raça, gênero e renda, que, em muitos casos, limitam as oportunidades e influenciam as trajetórias desses jovens na sociedade.

Apesar de mais equilibrada quando comparada a outras modalidades, como o ensino superior, a EPT ainda precisa superar algumas discrepâncias. Ainda há desequilíbrios importantes ao comparar regiões do país ou mesmo eixos tecnológicos específicos. Ou seja, a depender do curso, o público é diferente: mais homens na área de Tecnologia, mais pessoas brancas no eixo de Controle e Processos Industriais, por exemplo. Isso pode ser um risco porque cursos associados a carreiras mais bem pagas podem vir a ser ocupados por públicos já privilegiados, perpetuando, assim, a pouca diversidade de algumas áreas profissionais.

Portanto, para que a oferta e a expansão da EPT no Brasil sejam efetivamente mais democráticas, é preciso que os governos promovam ativamente maior equidade nas matrículas de EPT em seus territórios. Isso deve ser buscado de várias formas, como, por exemplo, em políticas de acesso e permanência dos estudantes. No entanto, o que queremos reforçar neste documento é que a equidade precisa estar presente em todos os processos e subprocessos do planejamento da oferta: ao realizar a análise socioeconômica, ao ouvir estudantes ou ao traçar uma meta específica para um público prioritário. Apenas dessa forma, o impacto da EPT no desenvolvimento do país será plenamente alcançado.

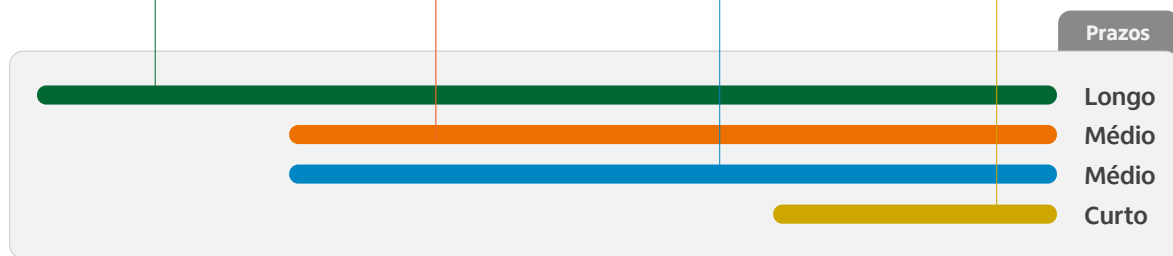
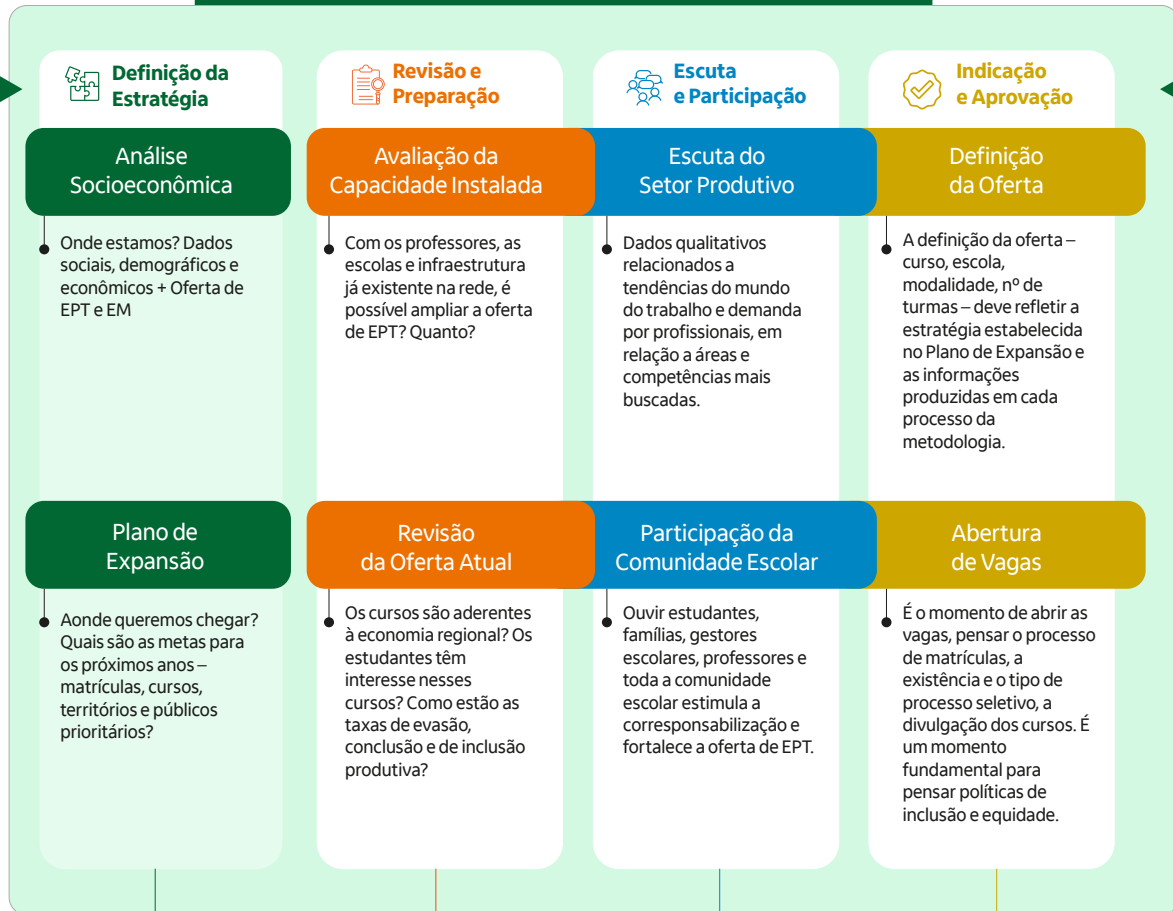
Apresentação do Fluxograma Metodologia de Planejamento da Oferta de EPT

A seguir o fluxo da Metodologia de Planejamento da Oferta de EPT sistematiza os processos fundamentais para uma oferta conectada às demandas econômicas, ao contexto social e com a participação da comunidade escolar, tendo como premissas a intersectorialidade e a equidade de gênero, raça, condição socioeconômica e território na ocupação das vagas de EPT.

Abaixo, apresentamos esses processos, com uma sugestão de prazo, e as premissas que devem permear todo o trabalho de planejamento. Não há uma ordem específica em que os processos devem acontecer e muitos serão conduzidos de forma paralela. No entanto, é importante notar que o primeiro bloco do fluxo, que traz a Definição da Estratégia, dá os parâmetros para os demais processos.



Metodologia de Planejamento da Oferta de EPT



- **Diversidade** e interseccionalidade na escuta, na participação e nos diagnósticos
- **Priorização** de grupos e territórios vulnerabilizados para realização da oferta



- **Alinhamento** com as políticas públicas de desenvolvimento econômico e trabalho, entre outras
- **Conexão** com o setor produtivo, com vistas à inclusão produtiva digna das juventudes



01

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

SUBPROCESSOS

- 1) Levantamento de base de dados
- 2) Identificação das prioridades econômicas dos territórios
- 3) Identificação da oferta e demanda de cursos técnicos nos territórios
- 4) Identificação das características sociais e demográficas dos territórios
- 5) Produção de diagnósticos socioeconômicos

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

NÍVEL | Estratégico

FREQUÊNCIA SUGERIDA | Plurianual



RESULTADO DO PROCESSO

Diagnóstico socioeconômico dos territórios e retrato da oferta de EPT no estado, com informações que possam embasar o Plano de Expansão.

Como apresentado na Introdução, cada capítulo deste guia equivale a um processo na construção do planejamento da oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Ao longo de cada capítulo, são abordados subprocessos específicos. Nesse contexto, a Análise Socioeconômica se destaca como um processo essencial, cujo objetivo é identificar aspectos relevantes para a determinação de quais vagas devem ser ofertadas em quais territórios. Isso é realizado a partir do levantamento de setores econômicos e ocupações relevantes, bem como do perfil social das escolas e territórios. Este processo é fundamental para garantir que a oferta de educação profissional esteja alinhada às necessidades econômicas e sociais dos territórios.

Com um vasto número de cursos de Educação Profissional e Tecnológica disponíveis no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, ofertar cursos que tenham aderência econômica ao território pode ser decisivo para aumentar as oportunidades profissionais dos egressos e atender às demandas produtivas locais. Embora seja essencial contar com o conhecimento dos agentes locais como fonte de informação, também é importante utilizar as bases públicas de dados sociais, educacionais e econômicos disponíveis no Brasil para embasar as decisões.



A seleção dos indicadores econômicos, educacionais e sociais mais relevantes está intrinsecamente ligada às necessidades específicas de cada território. Os governos podem optar por priorizar dados sociais em detrimento dos econômicos, ou vice-versa, mas é altamente recomendável manter um equilíbrio entre esses indicadores. Esse equilíbrio busca capturar uma visão mais abrangente e inclusiva das realidades locais, atendendo aos múltiplos objetivos da EPT. Ao harmonizar indicadores sociais e econômicos, é possível satisfazer tanto as necessidades imediatas e de longo prazo do mercado de trabalho quanto as aspirações das comunidades locais. No contexto da análise socioeconômica, é fundamental definir claramente termos-chave como "ocupações relevantes", que se referem às ocupações identificadas através de dados de mercado de trabalho como de alta demanda ou de importância estratégica para as empresas e para o desenvolvimento econômico da região.

O "perfil social de escolas" abrange uma variedade de indicadores demográficos e socioeconômicos dos estudantes e da comunidade escolar que podem influenciar onde as ofertas devem ser realizadas. Por fim, a "aderência econômica" de um curso técnico refere-se à sua capacidade de equipar os estudantes com habilidades diretamente aplicáveis e procuradas no mercado de trabalho, garantindo uma transição efetiva e segura da escola para o mundo laboral.

Em cada subprocesso da Análise Socioeconômica, é essencial formular perguntas-chave que direcionem as decisões de priorização das ofertas de Educação Profissional e Tecnológica. Tais perguntas são fundamentais para orientar a coleta e a interpretação de dados relevantes, assegurando que as escolhas feitas estejam alinhadas com as necessidades específicas dos territórios e das comunidades escolares. Para facilitar o processo, elaboramos a tabela abaixo que compila algumas dessas perguntas essenciais, juntamente com as análises correspondentes que podem ser realizadas nesta etapa.



TABELA 01 PERGUNTAS ORIENTADORAS

Análise	Perguntas	Bases de apoio
Econômica	Quais são os principais setores econômicos dos territórios?	Rais, Pnad, Estatísticas de Comércio Exterior, PIB
	Como esses setores têm se comportado ao longo do tempo? Têm crescido, decrescido ou estão estagnados?	Rais, Pnad, Estatísticas de Comércio Exterior, PIB
	Qual o nível de informalidade dos principais setores econômicos do estado?	Pnad
	Como as ocupações nesses setores são distribuídas entre empregadores? Há baixa ou alta concentração de empregos formais nas empresas?	Rais
	Como esses setores estão distribuídos nos territórios?	Rais, PIB, Pnad
Ensino e ocupações técnicas	Qual a penetração da educação profissional no ensino médio? Como ela se divide na rede pública e privada?	Censo Escolar
	Como a oferta de cursos técnicos se relaciona à demanda por ocupações técnicas?	Rais, Censo Escolar
Social	Qual o perfil demográfico dos territórios?	CADÚnico, Censo Populacional, Pnad
	Qual o perfil social (renda, idade, sexo, moradia, e outros) das populações nos territórios?	CADÚnico, Censo Populacional, Pnad
	Quais territórios apresentam maiores níveis de vulnerabilidade social?	CADÚnico, Censo Populacional, Pnad
	Quais escolas atendem estudantes mais vulnerabilizados?	CADÚnico, Censo Populacional, Pnad, Censo Escolar

Por meio dessas perguntas e análises, as redes de ensino podem obter uma compreensão aprofundada das dinâmicas socioeconômicas locais. Isso irá garantir uma oferta de EPT que não apenas responda às demandas imediatas do setor produtivo, mas também contribua para o desenvolvimento sustentável e inclusivo das regiões atendidas. Esse enfoque garante que a expansão da EPT seja conduzida de maneira informada e estratégica.



ANÁLISE SOCIOECONÔMICA PARA UMA OFERTA COM EQUIDADE

É fundamental reconhecer que a utilização exclusiva de critérios econômicos pode comprometer a equidade na oferta de Educação Profissional e Tecnológica. Embora fatores como crescimento econômico, aumento de vagas e expansão populacional sejam essenciais para definir as prioridades de oferta, é igualmente importante equilibrar tais aspectos com a identificação de territórios que abrigam populações em maior situação de vulnerabilidade. Essa abordagem garante que a expansão da EPT contribua para a inclusão social e a redução de desigualdades. O IET elaborou o estudo Democratização da EPT no Brasil, em que aponta as desigualdades na ocupação de vagas de EPT, principalmente quando observados alguns eixos específicos. A perspectiva da equidade estará em todos os processos desta Metodologia, para que o planejamento da oferta também contribua para endereçar esse problema.

Em territórios com menor desenvolvimento econômico e poucos vínculos formais, a priorização de setores e ocupações com base apenas em indicadores econômicos pode resultar em decisões enganosas. Governos que se baseiam exclusivamente em dados econômicos correm o risco de favorecer regiões com economias mais dinâmicas e estabelecidas, perpetuando desigualdades territoriais e deixando de atender às necessidades de comunidades mais vulneráveis.

Para alcançar esse equilíbrio, é necessário incorporar indicadores sociais que complementem os dados econômicos, o que permite uma visão mais abrangente das realidades locais. Isso inclui considerar aspectos como raça, gênero, renda, território, população acima de 19 anos que não concluiu a educação básica, entre outros.



1

Levantamento de bases de dados

O primeiro subprocesso para realizar as análises socioeconômicas é o levantamento, seleção e preparação das bases de dados e de outras fontes de informação que serão utilizadas. Além das bases públicas federais, as redes de ensino em todo o Brasil têm acesso aos seus próprios dados administrativos. Estes podem complementar as informações necessárias para a priorização de setores, cursos e territórios. Trabalhar com dados exige atenção e cuidado, sendo essencial que a equipe responsável por essas análises possua experiência e capacitação adequadas para garantir a confiabilidade das informações geradas.

Neste capítulo, apresentamos tanto sugestões de bases de dados que requerem um trabalho mais aprofundado, permitindo uma adaptação maior às demandas da gestão, quanto painéis de informações já prontos, que podem ser utilizados de forma mais ágil, embora ofereçam menos detalhamento personalizado. O uso combinado dessas fontes possibilita que as redes de ensino realizem uma análise robusta e abrangente, identificando com precisão as necessidades específicas de cada território.

Para redes com profissionais proficientes em análise e ciência de dados, uma excelente fonte para a importação e organização de fluxos de informações é a Base dos Dados (basedosdados.org). Trata-se de uma organização não governamental sem fins lucrativos e código aberto que atua para universalizar o acesso a informações de qualidade. Por meio da Base dos Dados, profissionais e organizações podem acessar diretamente centenas de bases de dados limpas e criar pipelines de processamento sem dependência de armazenamento local.


Base dos Dados





Dados econômicos e de trabalho

- **[Rais - Ministério do Trabalho e Emprego \(MTE\)](#)**: A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) é uma base de dados obrigatória para todos os empregadores brasileiros. Ela coleta informações detalhadas sobre empregados vinculados ao regime da CLT, servidores públicos e outros vínculos formais de trabalho. É importante notar que a Rais não abrange o trabalho informal e é atualizada a cada dois anos.
- **[Pnad Contínua - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#)**: A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua fornece dados sobre a dinâmica do setor produtivo, educação, distribuição de renda, demografia e saúde. Atualizada frequentemente, permite análises detalhadas das variações sazonais e tendências de longo prazo, além de incluir informações sobre a informalidade no mercado de trabalho.
- **[Estatísticas de Comércio Exterior - Secretaria de Comércio Exterior \(Secex\)](#)**: As Estatísticas de Comércio Exterior da Secex são essenciais para entender os fluxos de exportações e importações, influenciando diretamente os mercados locais e a economia. Esses dados ajudam a mapear tendências econômicas e a competitividade dos setores, fornecendo informações-chave para a análise da complexidade econômica dos territórios.
- **[Produto Interno Bruto \(PIB\) - IBGE](#)**: O PIB mede as atividades econômicas de um território, refletindo a oferta e a demanda de bens e serviços. Serve como um termômetro da economia local, em que índices mais altos indicam maior atividade econômica.
- **[Cadastro Geral de Empregados e Desempregados \(Caged\) - Ministério do Trabalho e Emprego](#)**: O Caged registra admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT, permitindo acompanhar a dinâmica do setor produtivo, analisar tendências de emprego e desemprego, e avaliar o impacto de políticas econômicas no emprego formal.



DataViva - UFMG: o DataViva (<https://www.dataviva.info/pt>) é uma plataforma de visualização de dados públicos que possui como objetivo o apoio no planejamento regional. Possui dados diversos, que vão desde ensino e ocupação, até renda, agregados em recortes espaciais que podem ser ao nível municipal, estadual, regional, de mesorregiões e microrregiões. Pode ser usada para a análise dos principais setores econômicos, comparativos de remuneração e disponibilidade de mão-de-obra qualificada.



Dados educacionais

- **[Censo Escolar - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira \(Inep\)](#)**: O Censo Escolar é a mais ampla pesquisa anual sobre a educação básica no Brasil, coletando informações detalhadas sobre escolas, turmas, alunos e professores. Ele fornece dados sobre a oferta de EPT por curso, desempenho estudantil, perfil socioeconômico, estrutura escolar e outros indicadores essenciais para a priorização de escolas e territórios.
- **[Sistema de Avaliação da Educação Básica \(Saeb\) - Inep](#)**: O Saeb oferece informações detalhadas sobre o desempenho dos estudantes em diversas disciplinas durante a educação básica. Esses dados são fundamentais para avaliar a eficácia dos programas de EPT e identificar áreas que necessitam de melhorias.

Dados sociais

- **[CADÚnico - MDS](#)**: A base do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) compila as informações dos beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família. Por capturar informações de populações vulnerabilizadas, o CADÚnico pode ser utilizado para priorizar territórios e populações na oferta de EPT. Esta base é sigilosa, mas pode ser solicitada por agentes públicos ao MDS. Algumas secretarias de educação operam parte da política do Bolsa Família para cumprimento da condicionalidade de matrícula e frequência dos filhos dos beneficiários e já podem ter acesso.
- **[Censo IBGE](#)**: Realizado a cada dez anos, o Censo do IBGE coleta dados sobre toda a população brasileira, incluindo aspectos demográficos, socioeconômicos e de habitação. Esses dados são essenciais para entender a composição social e as necessidades das diferentes regiões.
- **[Atlas da Vulnerabilidade Social - Ipea](#)**: A plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social possibilita a consulta de indicadores e índices associados à temática da vulnerabilidade social, inclusive o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Os dados, disponíveis em planilhas e mapas, estimulam e facilitam a produção de estudos e análises sobre as condições sociais de municípios, estados, do país como um todo, e de diferentes recortes territoriais, como as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), a Amazônia Legal ou a região do Semiárido.

Plataformas para visualização/extração de dados processados:

As bases de dados apresentadas precisam de manipulação e pessoas qualificadas em análise de dados para sua utilização. Enquanto o trabalho com as bases cruas permite gerar informações específicas e personalizadas para as necessidades de cada rede, também existem plataformas que possibilitam a visualização rápida desses dados:

MAPA DE DEMANDAS - MEC



O [Mapa de Demandas](#) é uma ferramenta desenvolvida pelo Ministério da Educação com apoio do IET com o propósito de identificar e analisar as necessidades regionais por qualificação profissional. Este painel interativo serve como um guia estratégico para a oferta

de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), alinhando de forma precisa a demanda do setor produtivo com a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional nas diversas regiões do país. Ao centralizar dados sobre as demandas do mundo do trabalho, o Mapa de Demandas permite que as redes de ensino ajustem suas ofertas educativas para atender de maneira eficaz às necessidades específicas de cada território.

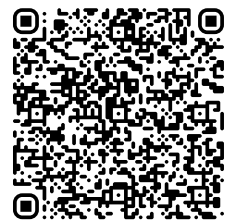
A funcionalidade principal do Mapa de Demandas reside na sua capacidade de mapear tendências econômicas e ocupacionais, fornecendo insights valiosos sobre quais setores estão em expansão e quais competências são mais requisitadas pelo setor produtivo local. Isso possibilita uma alocação mais eficiente dos recursos educacionais, direcionando a criação e expansão de cursos técnicos que realmente respondam às oportunidades de emprego e aos desafios enfrentados pelas indústrias e serviços regionais.

Além disso, o Mapa de Demandas facilita a identificação de lacunas na oferta de EPT. Com isso, as redes de ensino podem desenvolver programas que não apenas formam profissionais qualificados, mas também impulsionam o desenvolvimento econômico sustentável das regiões atendidas.

Mapa de Demandas por Educação Profissional




Ferramenta do "Mapa de Demandas por Educação Profissional"





- **Sidra - IBGE:** O Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra) é uma plataforma para acessar dados estatísticos coletados pelo IBGE. Oferece informações detalhadas sobre censos demográficos, pesquisas econômicas e sociais, além de dados agropecuários. O Sidra permite a consulta, extração e manipulação de dados, oferecendo filtros e tabelas dinâmicas que facilitam a análise de informações complexas em diversos formatos.
- **Portal Brasileiro de Dados Abertos:** Este portal é uma central de dados públicos do governo brasileiro que visa promover a transparência e facilitar o acesso a informações governamentais. Cobre uma ampla gama de temas, incluindo dados sobre educação, economia, saúde e muitos outros. É possível realizar o download dos conjuntos de dados para análises mais detalhadas.
- **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil:** Esta plataforma online permite o acesso a dados de desenvolvimento humano de todos os municípios brasileiros, incluindo informações sobre educação, trabalho e renda. O site oferece visualizações interativas que facilitam a compreensão das condições de vida e do progresso social em diferentes partes do país.
- **Observatório Fundação Itaú:** Criado e mantido pelo Itaú Educação e Trabalho, o Observatório é uma plataforma que congrega relatos de experiências bem-sucedidas em educação profissional, ferramentas, dados para análise e notícias sobre a EPT no Brasil.



Limitações: Como toda análise de dados quantitativos, existem limitações significativas em relação ao que pode ser afirmado a partir das bases de educação e trabalho. A análise socioeconômica é fundamentalmente um exercício de previsão de um futuro incerto a partir de dados incompletos. É fundamental que as redes tenham cautela e utilizem outras informações para complementar as análises, como a escuta das populações nos territórios. Temos a tendência a crer em dados quantitativos como verdade científica, mas todo dado requer análise e interpretação para ser usado na tomada de decisão. Assim, é preciso “confrontar” os dados quantitativos com outras informações disponíveis para diminuir a possibilidade de erros.

2

Identificação das prioridades econômicas dos territórios

O segundo subprocesso para a análise socioeconômica é a identificação das prioridades econômicas dos territórios, baseada na análise dos dados levantados. Existem diversas abordagens para realizar esse levantamento, e, desde que conduzido com rigor metodológico, as redes de ensino podem optar por priorizar diferentes aspectos conforme suas necessidades específicas. Não há uma única resposta correta, pois a decisão dependerá da expertise da equipe envolvida e das diretrizes estabelecidas pelas lideranças. No entanto, a principal ideia é que uma análise criteriosa das informações resultará em escolhas mais embasadas e alinhadas com as realidades locais. A recomendação central é que as redes sejam capazes de responder ou refletir sobre questões-chave a partir dos dados analisados, assegurando que a priorização considere tanto as oportunidades quanto os desafios específicos de cada território. A seguir, detalhamos quatro pontos essenciais que devem ser abordados durante esse processo.

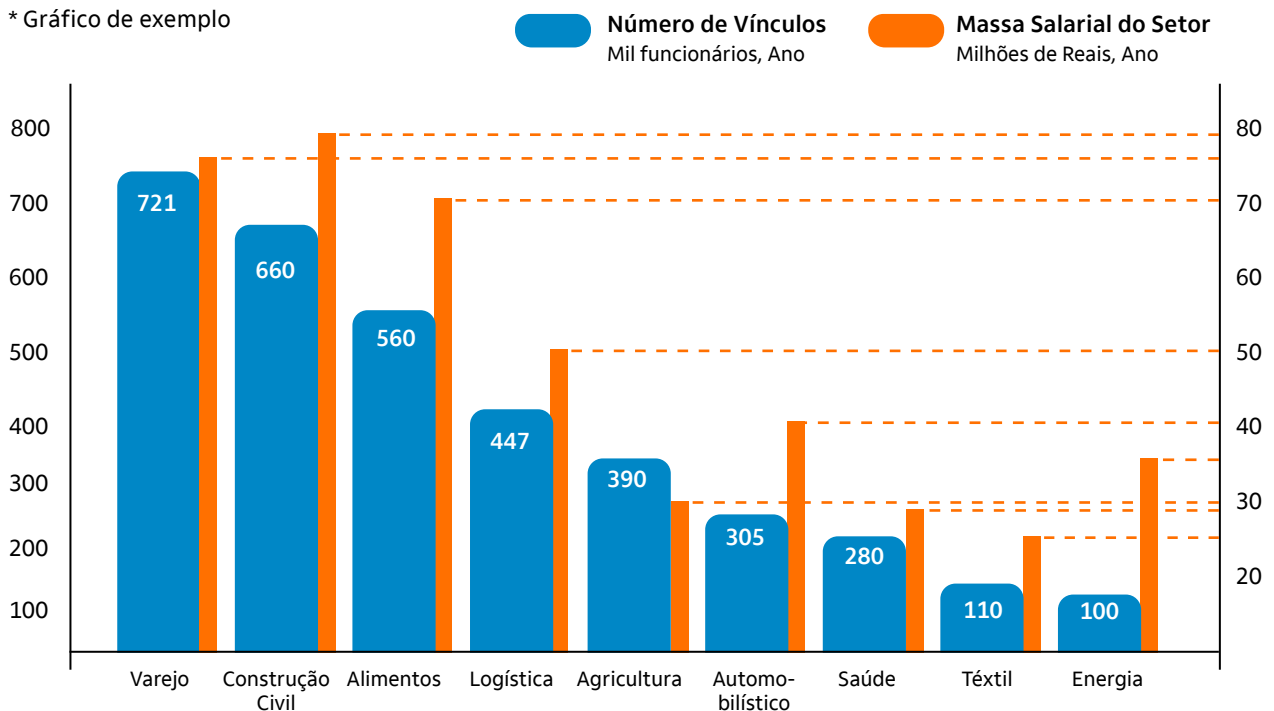
Quais são os principais setores econômicos dos territórios?

1 Como estes setores têm se comportado ao longo do tempo? Têm crescido ou decrescido ou estão estagnados?

Existem várias formas de identificar os setores econômicos prioritários nos estados e territórios. Uma abordagem eficaz é observar o número de vínculos formais e a massa salarial, que é o produto das rendas e do número de vínculos. Essas duas variáveis indicam a quantidade de empregos e a qualidade da remuneração oferecida. Alguns setores podem ter menos empregos, mas, devido às maiores rendas médias, podem representar boas oportunidades para a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

FIGURA 01 SETORES PRIORITÁRIOS

* Gráfico de exemplo



Além disso, é possível analisar o Produto Interno Bruto (PIB) dos setores econômicos para compreender sua importância nos territórios. Para a segunda perspectiva, sobre o comportamento dos setores ao longo do tempo, é importante notar que o **crescimento, decréscimo ou estagnação de setores econômicos isoladamente não devem ser critérios exclusivos para a priorização**. Setores econômicos consolidados podem apresentar menores taxas de crescimento, mas ainda se configuram como importantes motores econômicos para os territórios.

2 Qual o nível de informalidade dos principais setores econômicos do estado?

Os principais indicadores utilizados para priorizar os setores econômicos frequentemente consideram apenas dados da economia formal. Entretanto, incorporar dados sobre a informalidade pode oferecer uma visão mais completa e complementar da realidade econômica de um território. O Brasil possui uma parcela significativa da sua População Economicamente Ativa (PEA) inserida na informalidade, especialmente em municípios de pequeno porte. Considerar exclusivamente a economia formal pode ser insuficiente para captar toda a dinâmica econômica local.

É fundamental ressaltar que a economia informal não deve ser vista como um caminho viável para o desenvolvimento, mas sim como um indicador importante que reflete desafios adicionais para a criação de empregos formais e para a atração de novas empresas. Para melhorar a visão sobre a dinâmica econômica dos territórios, além dos dados da economia formal e informal, é essencial utilizar outras fontes de informação, como indicadores demográficos detalhados, dados sobre infraestrutura local e a presença de setores estratégicos.

No processo de identificação das prioridades econômicas dos territórios, esse tipo de análise é fundamental para compreender as dinâmicas específicas de cada setor. O gráfico a seguir, com dados fictícios, mostra, por exemplo, que setores como energia (81%) e tecnologia (72%) apresentam altos índices de formalidade, o que significa que a maioria dos empregos nesses setores é regulamentada e acompanha os direitos trabalhistas formais. Essas áreas, por sua alta formalidade, podem facilitar parcerias com governos para a articulação de vagas e qualificação profissional diretamente alinhada às demandas das empresas.

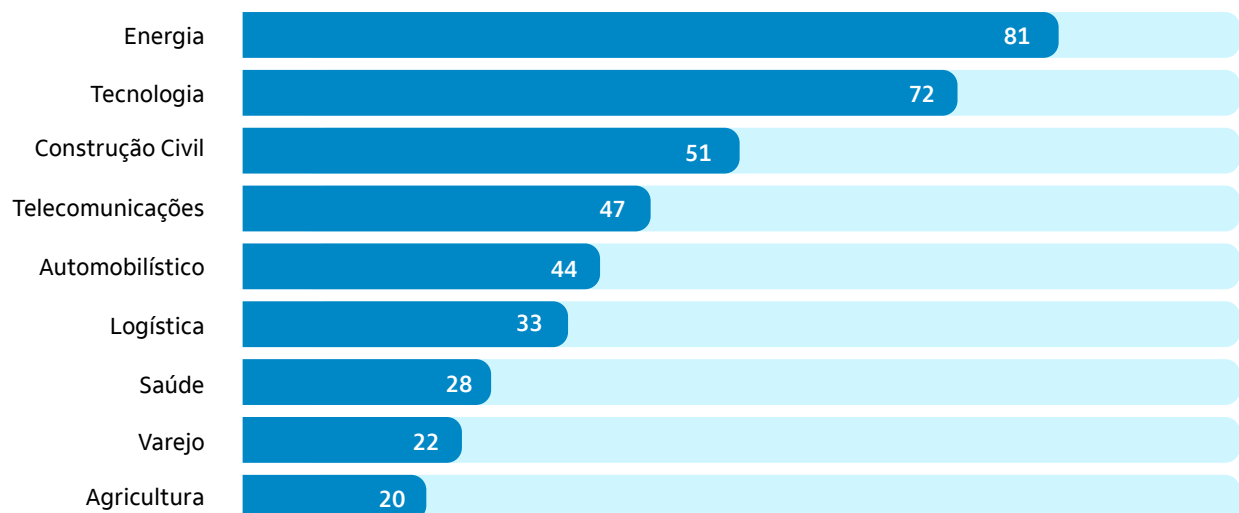
Por outro lado, setores como varejo (22%) e agricultura (20%) possuem índices muito baixos de formalidade, o que indica uma alta prevalência de empregos informais. Esses setores podem apresentar desafios adicionais para o planejamento da EPT, pois os vínculos informais dificultam a articulação com empregadores e a mensuração das reais demandas por qualificação.

FIGURA 02 NÍVEL DE FORMALIDADE

Nível de formalidade dos setores econômicos

* Gráfico de exemplo

% Percentual de empregos formais do setor





3 Como as ocupações nestes setores estão distribuídas entre empregadores? Há baixa ou alta concentração de empregos formais nas empresas?

A distribuição das ocupações formais entre empregadores é um dado essencial para planejar estratégias de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Governos podem observar o nível de concentração de empregos em grandes empresas como um indicador relevante na priorização de setores. Áreas mais concentradas em poucos empregadores, como demonstrado no gráfico, tendem a facilitar a articulação formal entre as redes de ensino e as empresas, permitindo acordos específicos de cooperação, como parcerias para estágios e adequação curricular.

O gráfico a seguir ilustra claramente a relação entre setores e a parcela de empregos concentrada em grandes empregadores. Por exemplo, na indústria, 63% das ocupações estão em empresas com mais de 50 funcionários, evidenciando uma concentração significativa. Esse contexto permite uma articulação mais centralizada e eficiente. Já no setor agropecuário, apenas 27% dos empregos estão concentrados em grandes empregadores, indicando uma maior fragmentação, o que exige esforços descentralizados e maior capilaridade na escuta e na interação com os pequenos negócios locais.

FIGURA 03 NÍVEL DE CONCENTRAÇÃO

Parcela de empregos em grandes empregadores

Percentual de empregos em empregadores com mais de 50 funcionários, Ano

* Gráfico de exemplo

INDÚSTRIA Energia · Construção Civil · Automobilístico



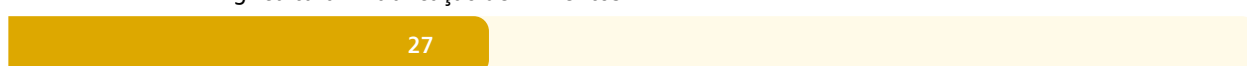
SERVIÇOS Tecnologia · Saúde · Telecomunicações · Logística



COMÉRCIO Varejo



AGROPECUÁRIA Agricultura · Fabricação de Alimentos



Essa análise reflete a necessidade de uma abordagem personalizada. Em setores com alta concentração, o diálogo pode ser conduzido de maneira centralizada com grandes empresas. Nos setores com menor concentração, como o comércio e a agropecuária, será indispensável envolver regionais e escolas na articulação direta com os pequenos empregadores, garantindo que a oferta de EPT atenda à diversidade de demandas do território.

4 Como esses setores estão distribuídos nos territórios?

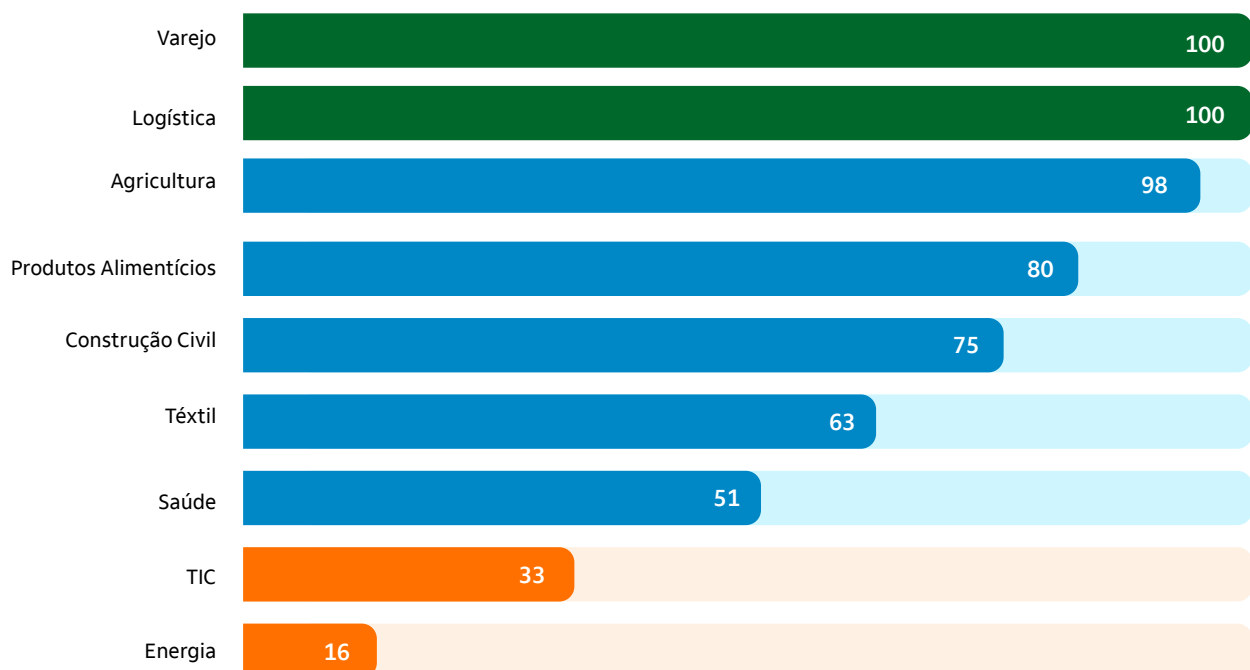
A distribuição territorial dos setores econômicos é um fator importante na priorização de áreas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Setores como o varejo, amplamente distribuídos e presentes em todos os municípios, oferecem oportunidades de emprego locais, podendo atender às populações de maneira mais direta. Por outro lado, setores como energia, com apenas 16% de presença nos municípios segundo o gráfico a seguir, são altamente concentrados em poucas localidades e geralmente vinculados a grandes empreendimentos específicos.

FIGURA 04 DISPERSÃO TERRITORIAL

Presença do setor dentre os municípios

% Percentual de municípios com presença do setor

* Gráfico de exemplo



O gráfico demonstra como alguns setores, como varejo, logística e agricultura, possuem alcance universal ou quase universal em termos de presença nos municípios, o que facilita o planejamento de cursos voltados a essas áreas. Em contraste, setores como tecnologia da informação e comunicação (TIC) e energia demandam análises mais criteriosas para identificar as localidades que realmente poderiam se beneficiar de uma oferta focada nessas áreas.

Para que a oferta de EPT atenda às necessidades regionais, é importante combinar o investimento em setores amplamente distribuídos, que possuem capilaridade e impactam um grande número de pessoas, com setores mais concentrados, que podem oferecer empregos de alta remuneração ou relevância estratégica para o estado. Assim, o planejamento da oferta deve alinhar os dados sobre distribuição territorial com as demandas locais e os objetivos de desenvolvimento econômico e social de cada região e do estado como um todo.

3

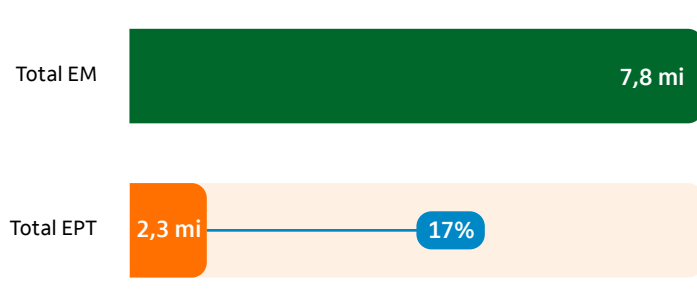
Identificação da oferta e demanda de cursos técnicos nos territórios

Até aqui, a análise buscou priorizar setores econômicos e territórios para a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), construindo uma base estratégica mais ampla e macro. Neste subprocesso, o foco desloca-se para uma perspectiva mais específica, analisando dados diretamente relacionados à oferta e demanda por cursos técnicos nos territórios, o que permite alinhar as estratégias às necessidades e características locais.

O primeiro ponto central a ser analisado é a presença da EPT no ensino médio, mensurada pelo percentual de jovens matriculados nesta etapa que também estão matriculados em programas de EPT. Esse indicador é relevante, pois o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas claras para a expansão da educação profissional articulada ao ensino médio. Avaliar este percentual em relação às metas propostas pelo PNE permite verificar tanto os avanços alcançados quanto os desafios ainda existentes para expandir o acesso à EPT.

FIGURA 05 PRESENÇA DA EPT**Presença da EPT no EM**

Ano, Em milhares de matrículas



Fonte: Censo Escolar 2024.

Além disso, é essencial verificar se a oferta de cursos técnicos reflete a demanda específica do território por ocupações técnicas. Esse levantamento requer não apenas uma análise detalhada dos cursos atualmente oferecidos, mas também uma avaliação da correspondência entre essas ofertas e as ocupações que apresentam maior potencial de empregabilidade e desenvolvimento econômico local. Essa análise será aprofundada no capítulo 4, sobre revisão da oferta atual.

Como a oferta de cursos técnicos se relaciona à demanda por ocupações técnicas?

O gráfico (Figura 6) apresenta um exemplo prático de como a oferta de profissionais técnicos formada pelos cursos de EPT pode divergir das demandas do setor produtivo. Enquanto a área de informática, por exemplo, forma 7,6 mil concluintes ao ano, a demanda estimada é significativamente menor, cerca de 1,3 mil profissionais por ano. Em contrapartida, áreas como enfermagem apresentam o fenômeno oposto: a demanda por profissionais supera em muito a oferta de concluintes, evidenciando a necessidade de ajuste na priorização dos cursos técnicos ofertados.

Para realizar essa análise, bases de dados como Rais e Caged são instrumentos essenciais. No entanto, é importante reconhecer as limitações dessas bases, especialmente em relação à correspondência entre as ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e os cursos técnicos listados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Além disso, muitas posições técnicas não requerem obrigatoriamente uma formação em curso técnico, enquanto outras podem ser ocupadas por egressos da EPT sem conexão direta com sua formação específica.

É essencial também verificar se a oferta de cursos técnicos reflete a demanda específica do território por ocupações técnicas. Esse levantamento requer não apenas uma análise detalhada dos cursos atualmente oferecidos, mas também uma avaliação da correspondência entre essas ofertas e as ocupações que apresentam maior potencial de empregabilidade e desenvolvimento econômico local. Tal análise fornece insumos valiosos para identificar lacunas, oportunidades de ajuste ou expansão e alinhamento estratégico com as características e demandas regionais.

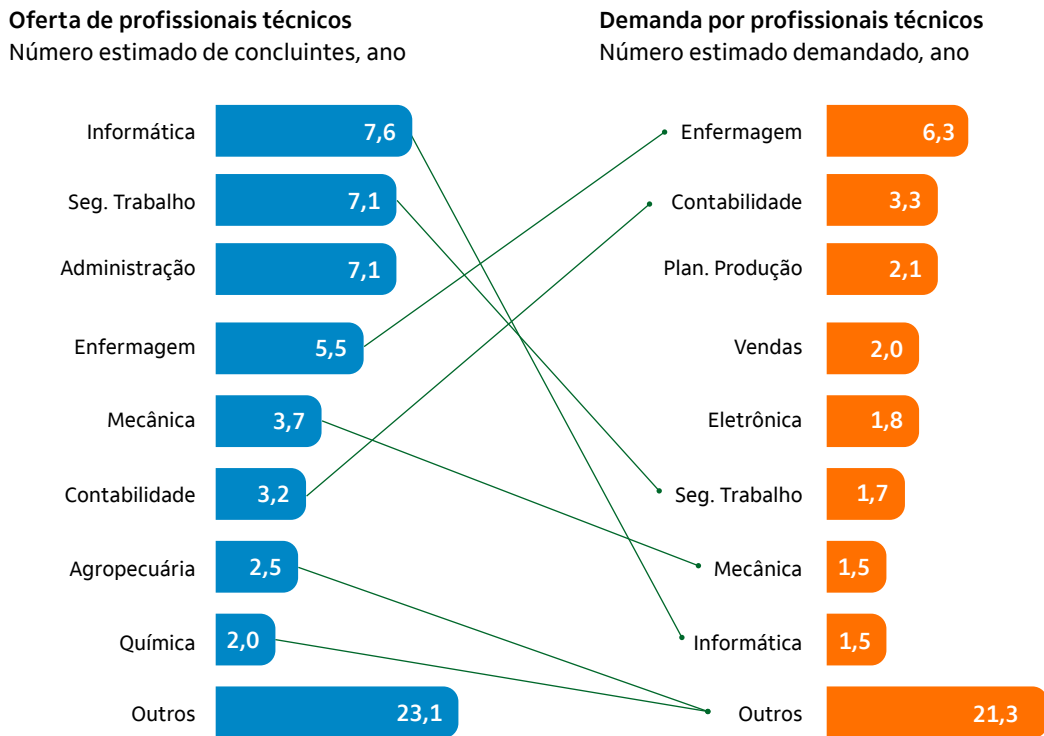
Qual a presença da educação profissional no ensino médio? Em quais ofertantes?

A presença da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no ensino médio é um indicador relevante que reflete o percentual de estudantes matriculados em programas de EPT em relação ao total de alunos dessa etapa de ensino. Esta análise será particularmente importante no próximo capítulo, sobre o plano de expansão.

Dois cuidados cruciais ao interpretar esses dados são necessários: primeiro, entender que os números absolutos de vagas identificadas nos dados podem subestimar as oportunidades reais, especialmente considerando a dinamicidade do mercado; segundo, priorizar as "vagas de entrada", como posições de estágio, aprendiz e outras que aceitam profissionais em início de carreira, pois são essas que geralmente absorvem os egressos da EPT. Ajustar a oferta para refletir essas nuances pode ampliar as oportunidades para os formandos e otimizar a relação entre formação e empregabilidade.

FIGURA 06 CRUZAMENTO DA OFERTA E DEMANDA

* Gráfico de exemplo



4

Identificação das características sociais e demográficas dos territórios

Como já discutido, basear a composição da oferta de EPT apenas em dados econômicos pode prejudicar a equidade. Por essa razão, este subprocesso se concentra na análise de aspectos sociais e demográficos dos territórios, trazendo uma perspectiva que complementa os dados econômicos e orienta para uma oferta mais inclusiva e alinhada às necessidades das populações vulnerabilizadas.

Dados relevantes para essa análise incluem, mas não se limitam a, indicadores como juventude fora da escola, nível de ocupação, distorção idade-série, taxa de abandono escolar e beneficiários de programas de transferência de renda, como os registrados no Cadastro Único (CadÚnico). Tais elementos permitem uma compreensão mais aprofundada do perfil socioeconômico dos territórios e das barreiras que os jovens enfrentam para acessar e concluir cursos técnicos.

Essa abordagem é particularmente importante para regiões onde os vínculos formais de trabalho são reduzidos, já que a ausência de empregos formais pode

levar a análises distorcidas sobre a viabilidade de investimentos em educação profissional. Complementar os dados econômicos com esses indicadores sociais oferece uma visão mais abrangente e precisa, fortalecendo a capacidade de planejamento para que a oferta de EPT alcance aqueles que mais precisam e promova o desenvolvimento territorial equilibrado.

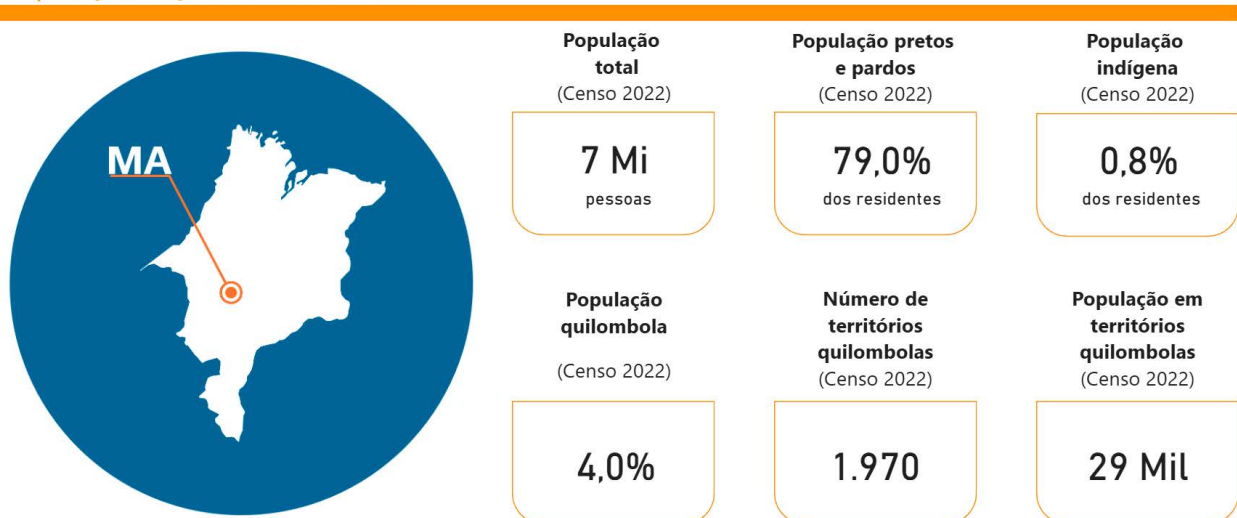
Qual o perfil demográfico dos territórios?

Um aspecto importante neste subprocesso de planejamento é a identificação do perfil demográfico das populações dos territórios. A análise do perfil demográfico envolve considerar um conjunto de características que definem um grupo de pessoas, como gênero, renda, escolaridade, idade e outros. Estes perfis podem apoiar a rede a fazer recortes de populações, especialmente de público-alvo para a EPT.

FIGURA 07 FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO DO MARANHÃO

População, raça e territorialidade (Censo 2022)

População, raça e territorialidade



Fonte: ferramenta de Planejamento da Oferta realizada pelo IET para o Estado do Maranhão, com a Peers Consultoria.

Qual o perfil social das populações nos territórios?

Além das características demográficas básicas, o perfil social aprofunda o entendimento sobre as condições de vida das populações, abrangendo aspectos como acessibilidade a serviços básicos, saúde, habitação e dinâmicas familiares. Esses dados são importantes para identificar barreiras sociais que podem impedir o acesso à educação e ao mundo do trabalho. Por exemplo, entender a proporção de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza ou que enfrentam problemas de moradia inadequada pode direcionar a oferta de cursos técnicos que possibilitem rápida inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a melhoria das condições de vida.

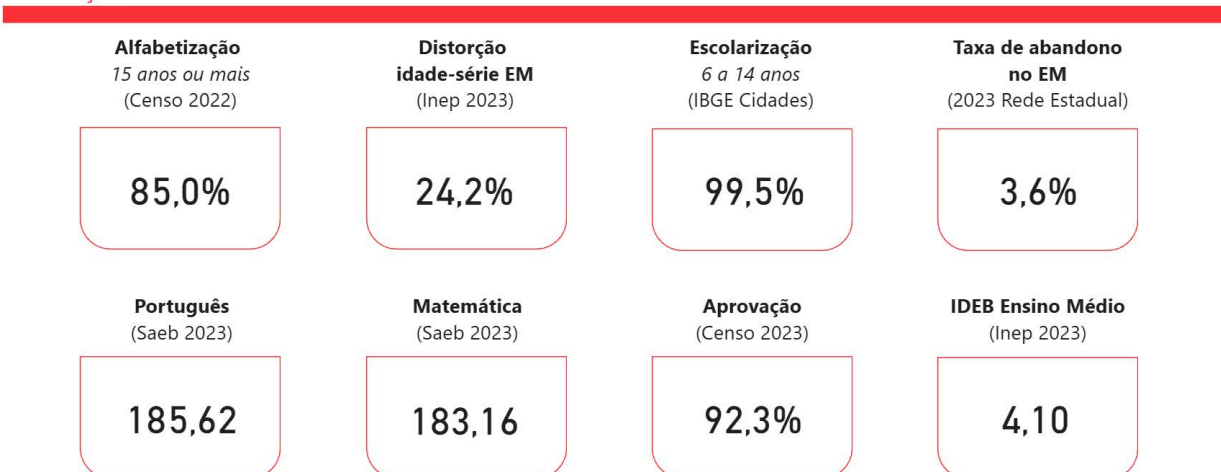
FIGURA 08 FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO DO MARANHÃO

População, raça e territorialidade (Censo 2022)

Condições socioeconômicas



Educação



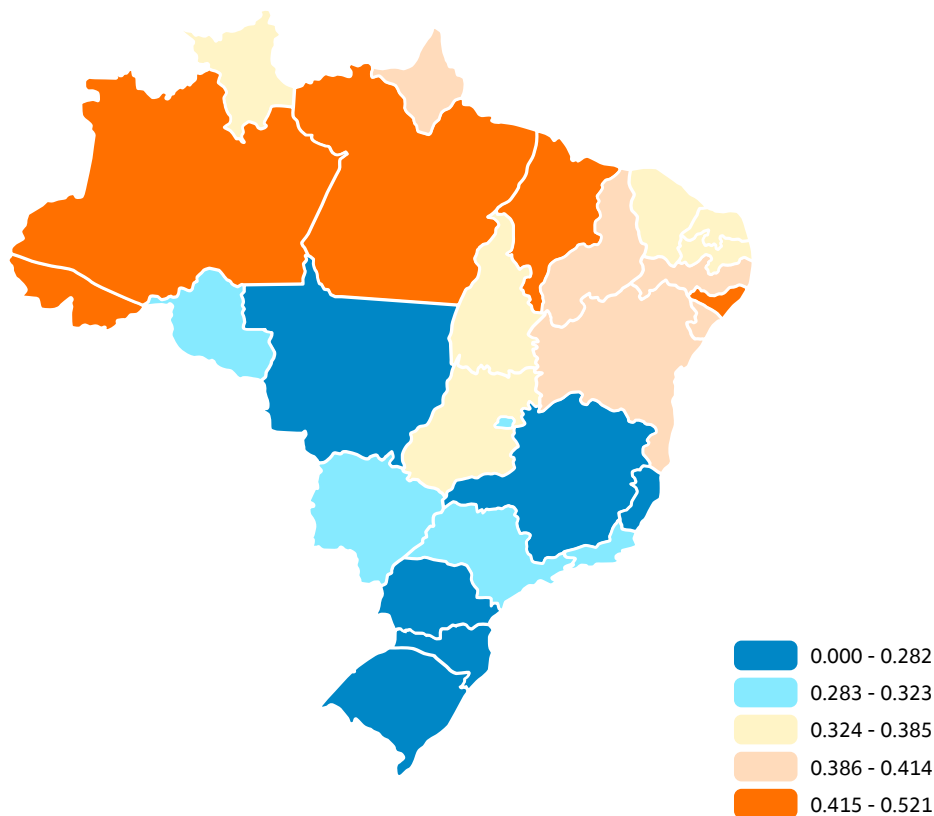
Fonte: ferramenta de Planejamento da Oferta realizada pelo IET para o Estado do Maranhão, com a Peers Consultoria.

Quais territórios apresentam maiores níveis de vulnerabilidade social?

Identificar os territórios que apresentam os maiores níveis de vulnerabilidade social é vital para priorizar intervenções e recursos de forma focalizada. Isso inclui a análise de indicadores como percentual de famílias atendidas pelo Bolsa Família, desemprego, e Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Estas áreas podem necessitar de abordagens especiais, como programas de EPT integrados com serviços de apoio social, para garantir que a educação técnica seja uma via realista e efetiva para o empoderamento econômico. Pode-se pensar, por exemplo, em olhar com maior atenção para a intersetorialidade da oferta de EPT com o programa Pé de Meia, mas também com outros serviços, como Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e outros.

FIGURA 09 ATLAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

* Gráfico de exemplo



Fonte: Ipea.

Quais escolas atendem estudantes mais vulnerabilizados?

O mapeamento de escolas que atendem a estudantes de comunidades vulnerabilizadas pode destacar necessidades específicas de infraestrutura, suporte pedagógico e programas de permanência. Com essas informações, pode-se planejar a oferta de cursos técnicos que não só permitam a entrada no mundo do trabalho, mas também fortaleçam as comunidades ao redor dessas instituições educacionais.

Qual o nível e as oportunidades de ocupação dos jovens nos territórios?

Avaliar o nível de ocupação dos jovens ajuda a identificar tanto a eficácia das estratégias educacionais atuais quanto as oportunidades para novos cursos. A taxa de desemprego juvenil, tipos de emprego acessíveis aos jovens e a correspondência entre as qualificações dos jovens e as exigências do mercado de trabalho são informações-chave que podem direcionar a expansão ou modificação dos programas de EPT.



ALÉM DOS DADOS ECONÔMICOS, OLHANDO PARA A EQUIDADE DA OFERTA COM MARCADORES SOCIAIS

Maranhão

No Maranhão, o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia (IEMA) enfrentava o desafio de expandir a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de maneira a atender efetivamente às necessidades das grandes populações quilombolas e indígenas, que são significativas no estado e historicamente sub-representadas.



Em parceria com o IET, a estratégia adotada pelo IEMA foi incorporar indicadores sociais no processo de planejamento da oferta para assegurar que os cursos fossem direcionados aos territórios com maiores grupos de populações sub-representadas, buscando promover a inclusão e a equidade. O IEMA adaptou sua ferramenta de planejamento da oferta para incluir dados socioeconômicos detalhados, como informações sobre cor e raça, população cadastrada no CadÚnico, IDH e outras variáveis sociais em sua análise.

A integração de indicadores sociais e o processo participativo de planejamento permitiram que o IEMA desenvolvesse uma oferta de EPT que não apenas atende às necessidades econômicas do estado, mas também promove a inclusão social e educacional das populações historicamente sub-representadas no estado, contribuindo para a equidade no acesso à Educação Profissional e Tecnológica.



5

Produção de diagnóstico socioeconômico

O último subprocesso da etapa de análise é a consolidação e sistematização dos dados levantados. Dessa forma, é possível criar diagnósticos que estabeleçam indicadores claros e produzam documentos ou ferramentas úteis para o planejamento estratégico da EPT. Este diagnóstico serve não apenas para a tomada de decisões mais embasadas, mas também como uma base de informações que pode ser compartilhada com diferentes atores envolvidos no processo, como servidores das secretarias centrais, regionais e escolas.

Esse documento deve, obrigatoriamente, incluir:

- (1) uma caracterização sociodemográfica do território, com dados de vulnerabilidade social, juventude fora da escola e indicadores de equidade;
- (2) uma análise detalhada dos setores econômicos do estado, destacando os setores prioritários e o comportamento histórico desses setores;
- (3) um levantamento sobre a oferta atual e o potencial de expansão da EPT, considerando as demandas locais.

Em redes de ensino onde regionais e escolas têm um papel ativo na sugestão de cursos, o diagnóstico atua como uma ferramenta de qualificação. Compartilhá-lo com os territórios permite que as indicações de oferta sejam feitas com base em dados consistentes e alinhadas às prioridades identificadas no planejamento estratégico. Além disso, o diagnóstico pode facilitar a articulação com parceiros externos, como setores produtivos, ao apresentar um panorama estruturado da realidade local.

O IET tem apoiado redes de ensino em todo o território nacional na construção de diagnósticos socioeconômicos robustos que endereçam estes pontos.

Algumas redes utilizam índices e indicadores que compilam diversas variáveis relevantes para realizar a priorização, o que pode diminuir a complexidade desta tarefa. As melhores experiências utilizam uma combinação das variáveis econômicas, sociais e educacionais, como o caso do Rio Grande do Norte.



ÍNDICE DE POTENCIAL DA EXPANSÃO DE EPT

Rio Grande do Norte

A fim de melhorar o planejamento e a organização da oferta de EPT, a rede de ensino do Rio Grande do Norte criou, em parceria com o IET e a consultoria FGV DGPE, o Índice de Potencial da Expansão da EPT, que considera como referência territorial um aspecto macro (com os territórios de cidadania) e micro (com os municípios) e levou em consideração diferentes indicadores: sociais, econômicos, geográficos e de capacidade de execução. O Índice é calculado a partir da média ponderada dos seguintes indicadores:



- presença de oferta de EPT da rede estadual;
- número de instituições educacionais de ensino médio e/ou de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede estadual;
- infraestrutura das instituições educacionais de ensino médio da rede estadual;
- número de estudantes matriculados no ensino médio no município;
- número de estudantes matriculados no ensino fundamental – anos finais no município;
- índice de Gini.

O resultado observado foi a possibilidade de mensurar a necessidade real de oferta, com a inserção de novos dados que abrangem diferentes preocupações, não apenas fatores estritamente econômicos. Assim, as particularidades dos territórios podem ser consideradas no processo de tomada de decisões.



02

PLANO DE EXPANSÃO

SUBPROCESSOS

- 1) Identificação dos compromissos com a EPT no estado
- 2) Estabelecimento de premissas, objetivos e metas para a EPT
- 3) Consolidação do plano de expansão para a educação profissional



PLANO DE EXPANSÃO

NÍVEL | Estratégico

FREQUÊNCIA SUGERIDA | Plurianual



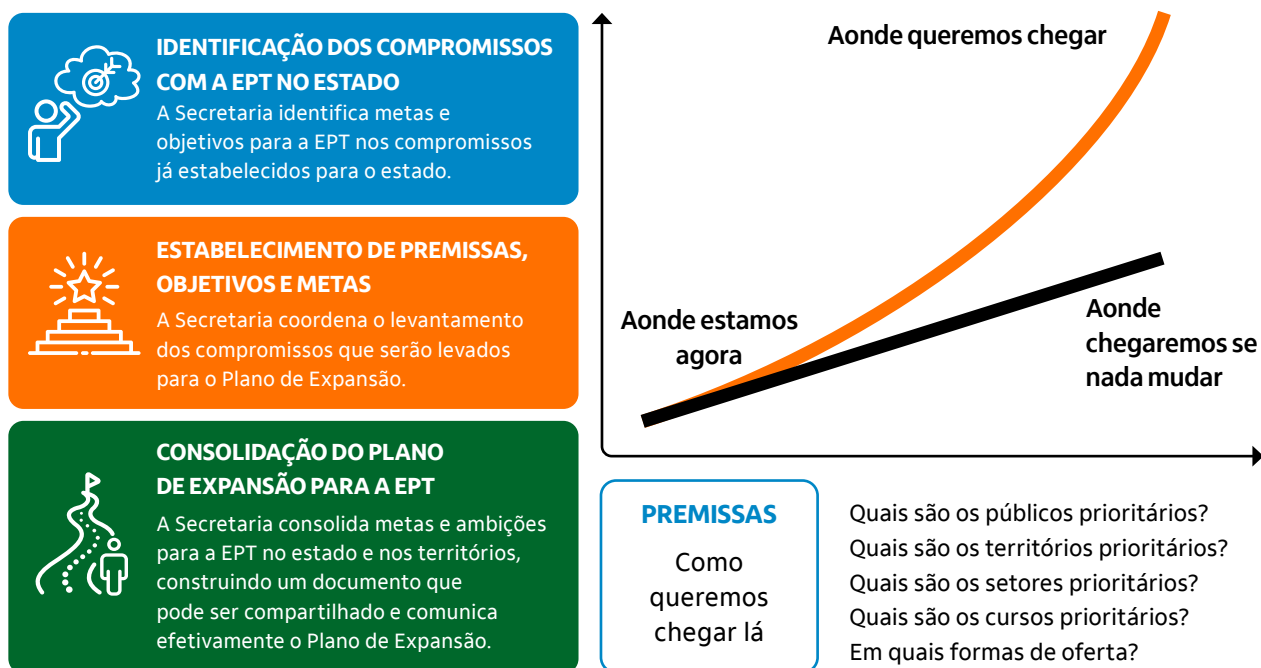
RESULTADO DO PROCESSO

Plano para a expansão da EPT no estado, alinhado politicamente com atores governamentais estratégicos, contendo as metas de crescimento por modalidade, formas de oferta e porcentagem em relação ao ensino médio, com diretrizes de priorização de territórios e populações, contemplando os marcadores sociais para equidade.

O Plano de Expansão é um documento que orienta o crescimento da oferta de EPT no estado, com metas, objetivos e premissas. Não há um período exato de vigência do plano, mas acreditamos que a gestão deva projetar sua expansão para, no mínimo, os três anos seguintes. Nesse documento, os governos devem estabelecer a proporção de matrículas de EPT em relação ao total do ensino médio, as modalidades e as formas de oferta, as áreas econômicas mais estratégicas e os territórios e públicos prioritários – com especial atenção aos marcadores sociais.

A partir da análise socioeconômica, temos a análise do território e a organização de dados. Isso deve ajudar a direcionar a definição da estratégia de expansão da oferta. Somando-se a essa base, sugere-se, neste capítulo, o levantamento dos compromissos que o governo já assumiu com a oferta de EPT no território.

Com essa análise, entendemos “Onde estamos”. A partir daí, precisamos definir “Aonde queremos chegar” (nossas metas e objetivos), e “Como queremos chegar lá” (nossas premissas). Nesse sentido, o processo de consolidação do Plano de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com sua respectiva divulgação, é fundamental para garantir o alinhamento e o compromisso das lideranças do governo com as diretrizes de expansão da oferta de EPT no estado. E também para fortalecer o alinhamento das escolas e regionais com os compromissos estratégicos feitos para a oferta de EPT.


FIGURA 10 REPRESENTAÇÃO DO PLANO DE EXPANSÃO


Este processo começa pela identificação dos compromissos do estado com a EPT. Para identificar estes compromissos, devem ser analisados documentos orientadores da educação nacional e estadual, planos e mapas estratégicos do governo, metas estabelecidas em diferentes documentos, além de conversas estratégicas a serem realizadas com os atores envolvidos na oferta da EPT no território.

Após a identificação dos compromissos que devem ser cumpridos pelo estado em relação à EPT, a Secretaria responsável deve trabalhar conjuntamente com outros atores estratégicos no estado (governo, sociedade civil, terceiro setor, setor produtivo, universidades, e outros) para estabelecer suas premissas, objetivos e metas. Chegar aos números projetados de matrícula ano a ano é um processo técnico, mas para que a expansão realmente aconteça, é necessário apoio político e um processo consolidado de governança.

O Plano de Expansão é um processo estratégico que necessita de grande envolvimento das lideranças do governo, como secretários e secretárias de Educação, Ciência e Tecnologia, Planejamento, Fazenda, Desenvolvimento Econômico e Social e até governadores e governadoras. Dessa forma, é possível garantir o comprometimento político com o crescimento da oferta de EPT no estado, nos moldes definidos no Plano, pois para efetivar a expansão planejada, serão necessários investimentos. Outras questões estratégicas podem também ser necessárias, como a revisão de marcos legais. Assim, a organização de um Plano de Expansão que consolide esses compromissos e defina premissas para o atendimento, além de metas, objetivos e ambições para a EPT, é fundamental, para que se tenha clareza que a expansão é uma prioridade governamental. E também para traçar um caminho bem definido de aonde a rede quer chegar, quando e como quer chegar lá.



PLANO DE EXPANSÃO E OS MARCADORES SOCIAIS PARA A EQUIDADE

Para garantir a equidade da oferta de EPT, é fundamental que a Secretaria de Educação observe e defina metas específicas para o atendimento de populações historicamente minorizadas e vulnerabilizadas, como mulheres, pessoas negras, de nível socioeconômico mais baixo e moradores de áreas rurais. O IET, a partir da avaliação dos resultados da pesquisa de democratização da EPT, identificou marcadores sociais que, se considerados no processo de expansão da oferta, corroboram com a democratização do acesso à educação básica de qualidade e à garantia de direitos previstos nos marcos legais (ECA e DCN).

Algumas perguntas devem ser respondidas:



- 1 Quem são os estudantes atendidos hoje pela EPT?
- 2 O perfil demográfico desses estudantes representa a rede estadual de ensino?
- 3 Se não, quais são as populações com menos acesso às oportunidades oferecidas pelas políticas de EPT?

No processo anterior, de análise socioeconômica, observamos diversos dados e indicadores que podem ser utilizados para responder a estas perguntas, como: dados raciais, de gênero, pessoas com deficiência, pessoas que não concluíram a educação básica; distorção idade-série; Índice de Vulnerabilidade Social (IVS); pertencimento a comunidades tradicionais; Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de educação básica (Inse); taxa de abandono escolar, permanência, dados do programa Bolsa Família e Cadastro Único nos municípios.

Caso existam grandes disparidades nas matrículas de EPT, as redes devem estabelecer indicadores dentro do Plano de Expansão, buscando aumentar a equidade da oferta. Por exemplo, caso a população escolar de um território seja composta em 50% por estudantes negros, mas apenas 30% das matrículas em EPT são de estudantes negros, este seria um cenário que aponta a necessidade de intervenção. Da mesma forma, para fins de expansão, é fundamental garantir que a oferta cresça também com equidade.



1

Identificação dos compromissos com a EPT no estado

O processo de desenvolvimento do Plano de Expansão começa com a análise dos planos estratégicos que envolvem a EPT no estado. Documentos como:

- Planos de Governo
- Planejamento Plurianual (PPA)
- Planejamento Estratégico para o estado
- Planejamento Estratégico para a educação
- Plano Nacional de Educação (PNE)
- Plano Estadual de Educação (PEE)

Todos estes documentos delineiam compromissos públicos com a educação que devem ser considerados na definição das metas estaduais. Outros documentos também podem ser escolhidos para serem analisados.

O PNE é um documento decenal que estabelece metas e estratégias para a educação brasileira. Em especial, o PNE é aprovado por lei, e sua observância é primordial no processo de planejamento.

O PNE que está atualmente em discussão no congresso, a ser definido para os próximos 10 anos, aponta:

11.a. Expandir as matrículas da educação profissional técnica de nível médio de modo a atingir 50% (cinquenta por cento) dos estudantes matriculados no ensino médio, de modo a assegurar a qualidade da oferta e a permanência do estudante, observados, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) da expansão no segmento público;

11.b. Expandir em 50% (cinquenta por cento) as matrículas nos cursos subsequentes, de forma a assegurar a qualidade da oferta e a permanência dos estudantes;

11.c. Expandir para, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) as matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma articulada à educação profissional;



11.d. Expandir para três milhões o número de matrículas em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de cento e sessenta horas, em instituições credenciadas pelos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais de ensino.

O plano gera uma orientação evidente para a expansão nos estados, sendo possível definir o número necessário de matrículas públicas nas redes estaduais para atender a meta.

Além da observância dos objetivos e metas dos planos nacional e estaduais de educação, as secretarias de educação também podem possuir metas e objetivos específicos. Estes, em geral, foram definidos a partir dos compromissos políticos assumidos pelos governadores eleitos ou estabelecidos para a pasta como parte dos planejamentos estaduais.

O produto deste subprocesso é a compilação das metas e objetivos relacionados à EPT para o estado e para os territórios a partir dos compromissos do estado.



Cabe ressaltar a importância de envolver, nessa análise, outros atores do governo que estão diretamente ligados à oferta da EPT, de modo que o Plano esteja devidamente alinhado com todas as secretarias e áreas governamentais que tenham ações relacionadas no estado. Inclusive, os planos e diretrizes de desenvolvimento econômico do estado devem ser levados em consideração para o desenho do Plano de Expansão da EPT.

2

Estabelecimento de premissas, objetivos e metas para a EPT

O segundo subprocesso para a definição do Plano de Expansão é estabelecer premissas, objetivos e metas para a EPT no estado. Isso será feito a partir das projeções identificadas no subprocesso anterior e com base nos dados socioeconômicos coletados e organizados no processo de Análise Econômica. É importante que este processo tenha a participação e seja validado pelas altas lideranças do governo, buscando garantir o suporte necessário para que a expansão aconteça de forma adequada. A oferta de EPT é fortemente condicionada ao investimento realizado. Por isso, garantir o compromisso dos secretários e secretárias, governadoras e governadores com os objetivos de longo prazo para a EPT é essencial para o sucesso da expansão.

Financiamento federal para a expansão

O estado deve pesquisar outras formas de financiamento, para além do próprio caixa, que viabilizem a expansão da oferta na direção planejada. Políticas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) oferecem mecanismos de financiamento federal para modalidades integradas ao ensino médio. Além desses, em 2025 foi instituído o Propag, uma iniciativa do Governo Federal que permite que estados invistam parte dos juros da dívida com a União na expansão da EPT. Mesmo os estados sem dívida poderão se beneficiar do programa, por meio do FEF (Fundo Equalizador Federativo). O decreto traz mais detalhes sobre a adesão dos estados ao programa.

Sugere-se que, ao organizar o Plano de Expansão, a equipe pesquise sobre programas como estes e tenha essas possibilidades em mente. Posteriormente, essa análise será utilizada também para a elaboração do Plano de Financiamento da EPT no estado.

Tratamos do financiamento de forma mais específica no capítulo Avaliação da Capacidade Instalada.

Estabelecendo premissas

Até o momento, temos falado exclusivamente sobre objetivos quantitativos para a EPT. Todavia, o Plano de Expansão da EPT é um marco estratégico que visa não apenas aumentar o número de matrículas, mas também melhorar a qualidade, a relevância e o impacto da EPT ofertada. Para isso, é importante que as secretarias responsáveis pela EPT definam quais premissas devem orientar o processo de expansão. Abaixo, trazemos alguns exemplos:

FIGURA 11 REPRESENTAÇÃO DAS PREMISSAS



Definindo metas e objetivos

Com todos os dados levantados até aqui, a rede deve possuir informações suficientes para estabelecer suas metas e objetivos para expandir a oferta de EPT. Bons planos de expansão também preveem metas específicas para setores prioritários, regiões e populações específicas. Regionalizar e especificar áreas prioritárias para a expansão pode apoiar as redes em etapas futuras de articulação com o setor produtivo e inserção dos jovens no mundo do trabalho. E, assim, permitir que o governo apresente metas claras de expansão de vagas para o setor em territórios específicos.

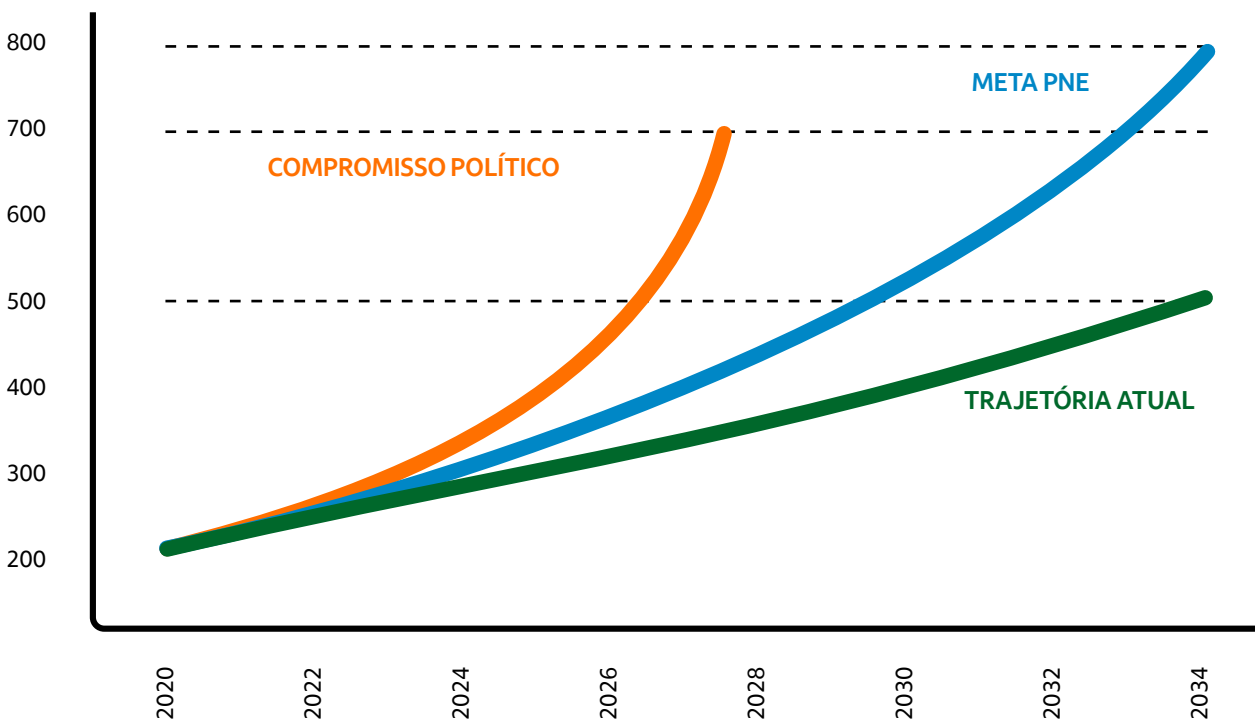
Na imagem abaixo trazemos o caso hipotético de um estado e as metas identificadas para a EPT. Se esse estado continuar expandindo no mesmo ritmo dos últimos anos (linha verde) ele não atingirá a meta do PNE (linha azul), nem a meta da gestão atual, ainda mais ambiciosa (linha laranja).

FIGURA 12 PROJEÇÃO DE MATRÍCULAS

Projeção de matrículas de EPT no estado

Número de matrículas em APT, em milhares, por ano.

* Gráfico de exemplo





É importante pensar em termos de projeção ao longo do tempo, ou seja, quantas vagas precisam ser ofertadas a mais, ano a ano, para que se atinjam as metas estabelecidas. Algumas perguntas podem nortear este processo:

- Quantas vagas de EPT são oferecidas hoje, em quais modalidades?

- Qual foi a taxa de crescimento das matrículas nos últimos quatro anos?

- Qual a meta de matrículas a partir do Plano Nacional de Educação?

- A partir do número de matrículas atual, quantas vagas adicionais precisam ser ofertadas ano a ano para atingir esta meta?

- Caso exista um compromisso estadual, qual o número de vagas a serem ofertadas?

Enquanto o PNE não define metas por territórios dentro dos estados, essa pode ser uma estratégia efetiva para redes que querem buscar maior equidade na oferta, garantindo que estudantes de todos os territórios tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento. Uma forma de visualizar essas disparidades na oferta é por meio do gráfico a seguir. Ele demonstra, para o estado fictício, as diferenças no percentual de oferta de EPT em relação às matrículas no EM, dando uma dimensão visual para as discrepâncias proporcionais entre um e outro território.

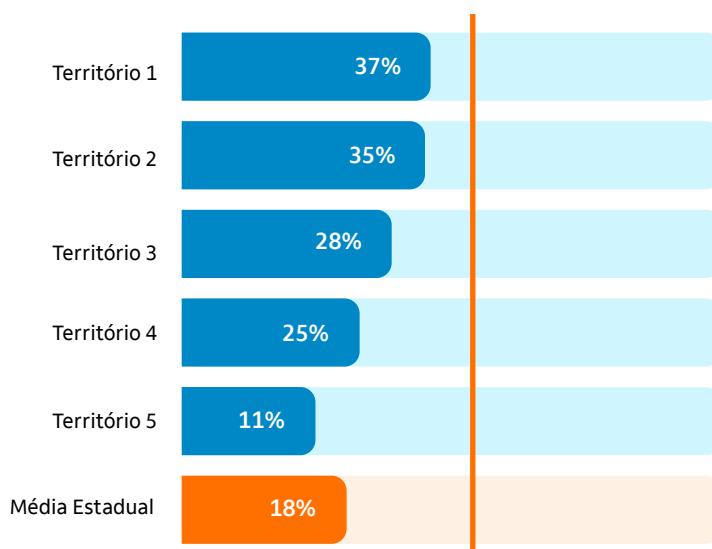
Cabe lembrar, entretanto, que pode haver justificativa para que um território tenha uma oferta proporcionalmente maior que outro, mas essa compreensão precisa estar evidenciada e a oferta pautada em evidências que caminhem em direção à equidade.



FIGURA 13 METAS POR TERRITÓRIOS

Meta e resultado da EPT atual por território

% Percentual de matrículas de EPT em relação a matrículas de EM



Definir metas relacionadas a grupos populacionais específicos também é uma forma de aumentar a equidade da oferta, garantindo que oportunidades cheguem a populações mais vulnerabilizadas.

Financiamento para a EPT

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como já apresentado, é uma modalidade educacional intensiva em recursos financeiros. Dessa forma, ao traçar um plano para a expansão da EPT, é preciso garantir um financiamento adequado. O financiamento não só sustenta a qualidade educacional, mas também assegura que a oferta possa ser expandida para um número maior de estudantes, com mais equidade.

A principal fonte de financiamento atualmente é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). [O recurso a ser recebido do Fundeb é ponderado a partir do tipo de matrícula dos estudantes.](#) No caso da EPT, há o duplo cômputo da matrícula, e o valor recebido por estudante é significativamente superior ao valor recebido para as matrículas em ensino regular, o que pode ser uma alavanca poderosa para financiar as despesas de custeio da oferta.

Nota Técnica
do Fundeb



Todavia, a rede pode precisar de investimentos de capital para assegurar a expansão, como reforma em escolas e compra de equipamentos. Para isso, existem outros mecanismos de financiamento além do caixa do estado. Algumas possibilidades são elencadas abaixo:



- **Propag:** o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) possibilita o refinanciamento da dívida dos estados com a União e o investimento dos juros em despesas de capital em políticas do próprio estado, sendo 60% obrigatoriamente destinados para a EPT. No caso da expansão de turmas de EPT, os recursos também poderão ser gastos com pagamento de pessoal. Mesmo os estados com dívidas relativamente baixas poderão se beneficiar do programa, por meio do Fundo Equalizador Federativo (FEF). A adesão ao Propag depende do alinhamento entre a Secretaria de Fazenda (ou equivalente) e a(s) secretaria(s) responsável(is) pela oferta de EPT.
- **Fontes municipais, estaduais e federal:** a rede pode verificar a disponibilidade de fundos ou programas federais, estaduais e municipais específicos para a EPT. Isso inclui programas de subsídios, verbas de desenvolvimento educacional e outros financiamentos direcionados.
- **Emendas parlamentares:** a rede de ensino pode mapear parlamentares alinhados à agenda da EPT e apresentar propostas detalhadas que demonstrem impacto social e econômico. Isso permitirá que deputados e senadores destinem recursos do orçamento público para ações específicas, como reformas de infraestrutura, aquisição de equipamentos laboratoriais e ampliação da oferta de cursos. Além disso, é fundamental estabelecer um relacionamento contínuo com os parlamentares e suas equipes técnicas, acompanhando os ciclos de elaboração e execução orçamentária para maximizar as chances de aprovação e liberação dos recursos.
- **Financiamento nacional e internacional:** organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), são exemplos de potenciais parceiros para o financiamento da expansão, com experiências exitosas no Brasil.
- **Organizações da Sociedade Civil (OSC):** a participação do terceiro setor como apoiador de iniciativas de EPT pode ser significativa para reduzir os custos e melhorar a qualidade da oferta. Apesar de no Brasil o terceiro setor não atuar com financiamento da oferta, organizações podem auxiliar os governos a estabelecer processos pedagógicos, qualificar suas equipes, produzir relatórios e diagnósticos complexos, entre outros apoios.



3

Consolidação do Plano de Expansão para a educação profissional

A fase final do Plano de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) envolve a consolidação de um mapa de metas e ambições que direcione efetivamente a distribuição de recursos e esforços educacionais de maneira regionalizada e setorializada. O Plano de Expansão se torna uma ferramenta fundamental para a orientação estratégica e operacional das ações do governo no âmbito da EPT. Ele garante que cada região, setor e grupo populacional recebam a atenção adequada conforme suas necessidades e potencialidades econômicas.

Essas decisões e estratégias devem ser consolidadas em um documento que servirá como um mapa de metas e ambições para a expansão da EPT no estado. O documento deve ser validado por altas lideranças governamentais para garantir que está alinhado com as políticas mais amplas de educação e desenvolvimento econômico e que possui o suporte político necessário para sua implementação.

O Plano de Expansão deve consolidar:

- meta de vagas ofertadas, por ano;
- metas por modalidades de ensino, ou as modalidades prioritárias;
- setores econômicos prioritários, por região;
- eixos ou cursos técnicos que podem responder às demandas econômicas;
- metas por território;
- públicos prioritários para atendimento;
- se haverá, e em que proporção, parcerias para a expansão.

Com essas diretrizes reunidas em um documento, o planejamento anual da oferta de EPT partirá de uma definição estratégica. Isso irá contribuir para a alocação de recursos, além de processos como a contratação e formação de professores, compra de laboratórios e contratação de parcerias.

O Plano de Expansão também pode trazer outras informações, como as principais estratégias para a expansão, previsão de investimentos a serem realizados, fontes de financiamento, premissas de qualidade, parcerias estratégicas, etc.

Ano a ano, a expansão real da EPT no estado deve ser comparada com o Plano de Expansão, para que sejam captados desvios e sejam feitos os ajustes necessários para o próximo ano ou ciclo de expansão.



UM PLANO DE EXPANSÃO PARA TODAS AS OFERTAS

Piauí

Buscando oferecer diretrizes claras para a expansão da EPT no estado, a Secretaria de Estado de Educação do Piauí, com apoio do IET, elaborou um grande planejamento para ampliar a EPT, contendo metas e ações para diferentes formas de oferta.



Além de metas quantitativas para a expansão, como duplicar o número de escolas ofertantes, o plano define metas e ações para formas de ensino específicas, como garantir a expansão da EPT nas escolas com pedagogia da alternância. O documento também prevê ações para a participação da comunidade escolar, a identificação dos arranjos produtivos locais e a forma como essa expansão acontecerá.

O documento garante um olhar de longo prazo para os objetivos estratégicos da Seduc-PI e uma fonte de orientação às regionais e escolas, que realizam seus pedidos de cursos a serem ofertados nos territórios em que atuam, pedidos que são posteriormente analisados, com aprovação final vindo do órgão central.

Metas



Meta 01: Implantar até três cursos novos para oferta em escolas de regime de alternância



Meta 02: Fazer parcerias para oferta de cursos

Ações das metas 1 e 2

1. Identificar as localidades das escolas com pedagogia da alternância, bem como a capacidade instalada de cada uma delas (laboratórios, salas ociosas, docentes, etc.).
2. Organizar a expansão considerando os próximos dois anos, ou seja, iniciar apenas com algumas unidades e, no ano seguinte, contemplar as restantes.
3. Realizar análises quantitativas e qualitativas acerca dos arranjos produtivos locais das cidades onde estão localizadas as escolas que passarão pela expansão no primeiro ano. Considerar também os projetos já existentes nas unidades escolares.
4. Realizar escuta com as escolas e a comunidade para compreender os anseios e as necessidades.

FRENTE Planejamento e definição da oferta



Plano de Expansão da
Oferta da Educação
Profissional e Tecnológica
2022-2024



03

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA

SUBPROCESSOS

- 1) Levantamento da infraestrutura da rede
- 2) Levantamento da disponibilidade de potenciais docentes
- 3) Análise da capacidade instalada para oferta



AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA

NÍVEL | Tático

FREQUÊNCIA SUGERIDA | Anual



RESULTADO DO PROCESSO

Relatório da capacidade instalada, por escola ou município.

O processo de avaliação da capacidade instalada da rede tem como objetivo ampliar a compreensão sobre os recursos que estão disponíveis e os recursos necessários para que a oferta de EPT se dê de forma adequada no território, atendendo às demandas e expectativas das comunidades e do setor produtivo.

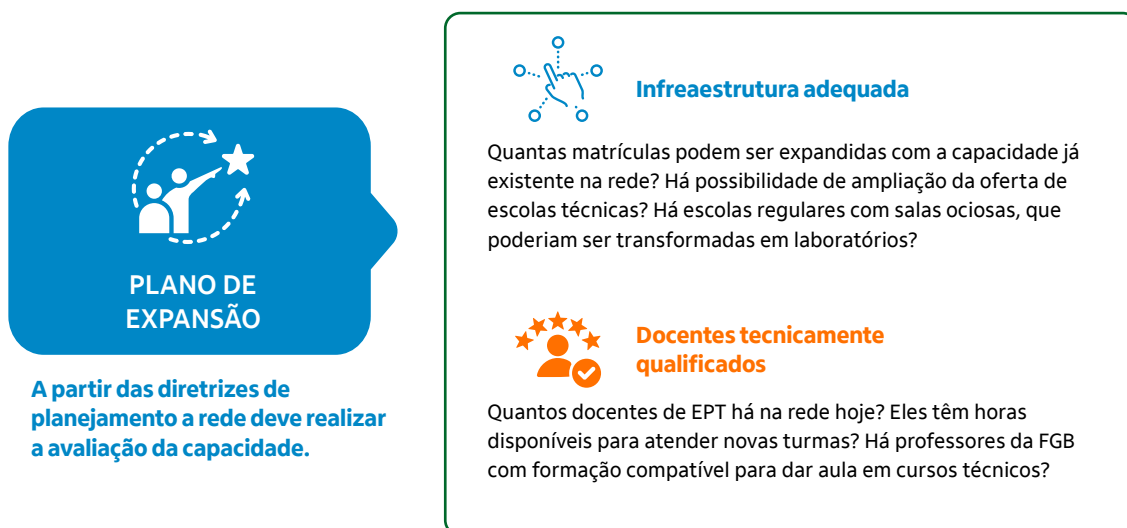
Para organizar a oferta, é fundamental que a rede conheça em detalhe a infraestrutura escolar disponível e a disponibilidade de docentes com a qualificação adequada para a oferta nos territórios. Esses pontos podem ser gargalos para a oferta de educação profissional, uma vez que, devido às especificidades de cada curso, os investimentos precisam ser específicos: a infraestrutura do laboratório de um determinado curso não necessariamente pode ser aproveitada para outro; os docentes precisam ter as competências técnicas da área do curso, além de conhecimentos pedagógicos.

Neste capítulo, discutiremos formas de identificar a infraestrutura atual disponível na rede, a existência e a adequação dos docentes para oferta de EPT.



FIGURA 14 RESUMO DA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE

AVALIAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA



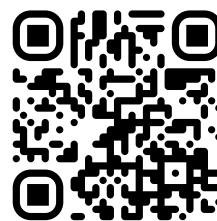
1

Levantamento da infraestrutura da rede

A oferta qualificada da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) depende legalmente de infraestrutura escolar específica. O [Catálogo Nacional de Cursos Técnicos \(CNCT\)](#) define a infraestrutura mínima para cada curso de EPT, e serve como base para o planejamento da oferta. No entanto, até a última edição do CNCT, a publicação trazia apenas os títulos dos laboratórios necessários para cada curso, sem o detalhamento de equipamentos e insumos. Essa especificação é responsabilidade de cada rede, e um caminho é pesquisar como outros ofertantes (de outros estados, Rede Federal, Sistema S, etc.) equiparam esses espaços. Mas algo é certo: é preciso ter salas para instalar esses laboratórios. Por isso, é essencial saber quantos espaços estão disponíveis nas escolas onde se pretende abrir turmas de EPT.

Para prever a infraestrutura necessária para garantir a oferta prevista no Plano de Expansão é preciso, antes de tudo, saber a condição atual da infraestrutura escolar da rede¹. Nem todas as escolas terão

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)



¹ Quando falamos de infraestrutura da rede, nos referimos a salas que estejam disponíveis, aos laboratórios presentes nas escolas, dentre outros. É importante que a rede entenda também se outras dimensões de infraestrutura precisam ser analisadas, como banheiros, bebedouros e cozinha, por exemplo.



condições físicas e materiais suficientes para atender à demanda por EPT sem a realização de investimentos. Assim, a partir da compreensão da realidade atual, deverão ser identificadas as necessidades de adequação para chegar à oferta planejada, com qualidade. Vale ressaltar que estes investimentos devem ser feitos para atender às demandas específicas daquele momento, mas, sempre que possível, devem ser pensados como tais investimentos poderão ser aproveitados em outras atividades, de modo a otimizar o uso dos recursos públicos.

INFRAESTRUTURA E PARCERIAS ESTRATÉGICAS



Garantir infraestrutura adequada para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um grande desafio para as redes de ensino. Para contornar essa limitação, algumas redes estabelecem parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas, como o Sistema S, que oferecem infraestrutura e corpo docente.

Em geral, nessas contratações, as redes públicas ficam com a formação propedêutica, enquanto as instituições parceiras assumem a formação técnica. Esse arranjo agiliza a expansão da EPT e, a depender da instituição contratada, pode representar ganhos de qualidade e maior conexão com o setor produtivo.

Contudo, é essencial avaliar cuidadosamente os prós e contras dessa estratégia. Parcerias podem ampliar rapidamente a oferta e atender às demandas regionais, mas também trazem riscos, como dependência excessiva de entidades externas e restrição de acesso em áreas vulneráveis sem infraestrutura disponível.

Assim, as redes devem adotar uma abordagem estratégica, tratando essas parcerias como complementares ao fortalecimento da rede pública. Contratos bem estruturados, com metas claras de expansão e inclusão, além de indicadores de qualidade, são essenciais para garantir que as parcerias contribuam para o desenvolvimento econômico e social dos territórios.



O [Censo Escolar](#) dispõe de informações sobre a infraestrutura das escolas, mas é provável que seja necessário complementar as informações a partir dos dados administrativos da rede. O Censo Escolar capta apenas a existência de determinados espaços ou itens, sem detalhar aspectos mais precisos ou as condições de conservação dos mesmos. Caso a rede possua diagnósticos de infraestrutura prontos, é possível identificar o número de salas desocupadas, espaços que podem ser utilizados para oferecer novos cursos ou a situação atual de laboratórios e equipamentos. Nos casos onde não há um diagnóstico, recomendamos que a rede realize este levantamento:

Ferramenta do
Censo Escolar



- ▶ Quantas salas cada escola possui? Quais são as medidas de cada sala?

- ▶ Quantas estão sendo utilizadas e em quais turnos?

- ▶ Quantas não estão sendo utilizadas por não estarem com a estrutura adequada, e quantas estão ociosas?

- ▶ A escola já oferta EPT? Se sim, quais cursos, e quais laboratórios especializados já possui?

- ▶ Quantos laboratórios de informática possuem computadores funcionando, com internet?

- ▶ Qual o número de computadores disponíveis para uso? Os computadores disponíveis atendem a quais necessidades de utilização?

- ▶ A escola possui biblioteca com mesas adequadas para estudo e acervo físico ou digital para acesso dos estudantes?

- ▶ Há outros laboratórios específicos?

- ▶ Quantas matrículas de EPT são atendidas em cada escola?

- ▶ Qual o número possível de novas matrículas em salas ociosas?

- ▶ Quais são as condições das redes elétrica e hidráulica da escola?

- ▶ Como é o acesso à internet? Qual o tipo e velocidade da conexão?



Coletar estes dados é um desafio adicional, que pode ser endereçado a partir da criação de bons processos de inventário patrimonial e monitoramento da infraestrutura escolar.



Existem diferentes formas de se obter estas informações, e podemos citar pelo menos três:

Aplicação de formulário online, a ser preenchido pela escola.

- ▷ Vantagens: sem custo; informações atualizadas; customização do questionário.
- ▷ Pontos de atenção: mobilização para o preenchimento; precisão das informações preenchidas.
- ▷ Responsável pelo preenchimento: gestor escolar.

Aplicação de formulário, a partir de visitas às escolas.

- ▷ Vantagens: informações atualizadas; customização do questionário; precisão das informações preenchidas, já que os responsáveis pelo preenchimento podem ser treinados para essa atividade.
- ▷ Pontos de atenção: demora para se realizar o levantamento; custo alto (transporte e hospedagem para os técnicos).
- ▷ Responsável pelo preenchimento: técnico da Secretaria ou da regional de educação.

Organização de dados já disponíveis na Secretaria, por exemplo, com departamento de engenharia (infraestrutura física) e de tecnologia (quantidade e especificação de computadores).

- ▷ Vantagens: sem custo.
- ▷ Pontos de atenção: dados incompletos e sem customização; informações desatualizadas; a depender da organização interna, a atividade pode demandar muito tempo e articulação entre os setores.

O levantamento pode partir das diretrizes disponíveis no Plano de Expansão. Por exemplo, se o Plano traz territórios prioritários do estado, é interessante focar nas escolas desses territórios para realizar o levantamento, o que otimiza esforços e não gera falsas expectativas nos gestores escolares.

A partir das respostas dadas pelas escolas, a rede pode estabelecer critérios para priorizar as instituições que receberão cursos de EPT. É importante que haja uma base de dados consolidada, a fim de facilitar a análise da infraestrutura que já está pronta, e o que precisará ser feito. Além disso, esse levantamento deve calcular quantas matrículas a escola tem o potencial de ofertar. Esse acréscimo de matrículas pode se dar pelo menos de três formas:



- em escola técnica que tenha salas ociosas em um ou mais turnos;
- em escola que ofereça o itinerário IFTP, e possa ofertá-lo em mais turmas;
- em escola que ainda não tenha o itinerário IFTP e passe a ofertá-lo.

O olhar para a infraestrutura também deve ser permeado pelo princípio da equidade na oferta. Historicamente, escolas em territórios mais vulnerabilizados podem ter recebido menos investimentos que outras em territórios mais afluentes, talvez pela dificuldade de viabilizar a infraestrutura adequada de oferta dos cursos. Pode-se considerar também a distribuição territorial da oferta, priorizando investimentos em escolas que contam com menos infraestrutura, e que se beneficiarão mais do investimento relacionado.



DIAGNOSTICANDO A INFRAESTRUTURA ESCOLAR

Sergipe

O IET já apoiou redes com iniciativas de levantamento de infraestrutura. Por exemplo, em Sergipe, foi feito o levantamento da infraestrutura das escolas para EPT e a criação de uma “Ficha de Infraestrutura Escolar” por instituição de ensino, com a identificação do nome da escola, se oferta EPT e a infraestrutura atual, como pode ser visto no exemplo da figura abaixo:



FIGURA 15 FICHA DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR

Mapeamento Infraestrutura EPT | Ficha por Unidade Escolar



Diretoria Regional DRE01 | **Ofertante atual**

<p>Sala de Aulas</p> <p>Adequadas 12</p> <p>Sem condições de uso 0</p> <p>Ociosas 1</p>	<p>Laboratório Técnico-Específico</p> <p>Total 2 Em condições 2</p> <p>Laboratórios indisponíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> Laboratório de Multimídia 	<p>Principais Demandas</p> <p>Laboratórios Técnicos</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de insumos para as aulas práticas <p>Laboratórios de Informática</p> <ul style="list-style-type: none"> Baixa velocidade de conexão Pacotes de softwares insuficientes para EPT <p>Reformas</p> <ul style="list-style-type: none"> Manutenção da infraestrutura
<p>Laboratório de Informática</p> <p>Total 2 Em condições 2</p> <p>Computadores disponíveis 30</p>	<p>Demais Ambientes</p> <p>Biblioteca ✓</p> <p>Acervo Bibliográfico ✗</p> <p>Cozinha ✓</p> <p>Refeitório ✓</p> <p>Quadra/ginásio ✗</p> <p>Espaço físico para expansão ✓</p>	

✓ Ambiente disponível na escola ✗ Ambiente não disponível na escola

Formulário completo disponível



A partir deste levantamento, e levando em consideração as metas do Plano de Expansão, a rede deve responder as seguintes questões:

- Quantas matrículas podem ser expandidas com a capacidade já existente na rede?
- Quais as mudanças ou aquisições de infraestrutura devem ser feitas para alcançar o número de matrículas planejado no Plano de Expansão?

Exemplos

- ▷ Uma escola técnica já estruturada pode atender mais duas turmas de um curso já ofertado, sem a necessidade de obras ou compras >> **+70 matrículas por ano | sem custo de infraestrutura.**
- ▷ Uma escola propedêutica que passará a ofertar itinerário técnico, curso de baixa complexidade, em uma turma. Precisar ampliar ou adaptar uma sala ociosa >> **+35 matrículas por ano | custo de reforma simples.**
- ▷ Uma escola propedêutica com quatro turmas de 1ª série de EM, que será transformada em escola técnica, com adequações de ambientes e estruturação de laboratórios de média e alta complexidade >> **+140 matrículas por ano | custo com reforma e aquisições de equipamentos.**

2

Levantamento da disponibilidade de potenciais docentes

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a qualidade da oferta educacional está diretamente ligada à capacidade docente. Professores qualificados são essenciais para garantir práticas pedagógicas eficazes para o ensino de competências técnicas relevantes para o mercado. Docentes de EPT devem possuir uma combinação de competências técnicas e pedagógicas para conseguir que seus estudantes desenvolvam as habilidades previstas em cada curso.

Isso significa que os docentes precisam ter um profundo conhecimento técnico no campo específico do curso em que lecionam, preferencialmente com experiência prática na área, bem como a capacidade de transmitir esse conhecimento de maneira eficaz e envolvente para os estudantes.

A rede precisa estabelecer critérios bem definidos e rigorosos para a seleção de professores. A depender da área, os critérios podem incluir certificações específicas, experiência prática no campo de atuação do curso, graus acadêmicos, e



um histórico comprovado de docência. Se encontrar estes profissionais tão completos for muito difícil, pode-se optar também por selecionar professores tecnicamente qualificados na área de expertise do curso, e organizar formações com foco em competências pedagógicas.

Para efetivamente planejar quais cursos técnicos serão oferecidos, é importante realizar um levantamento da disponibilidade de “potenciais” docentes, tanto no próprio quadro do estado, quanto nos territórios. É importante notar que em cidades do interior, essa busca pode ser estendida a municípios vizinhos, dado que as distâncias podem não ser um desafio para lecionar. Para isso, alguns levantamentos podem contribuir para essa análise (veja ferramenta do IET sobre potencial de docentes na próxima página).

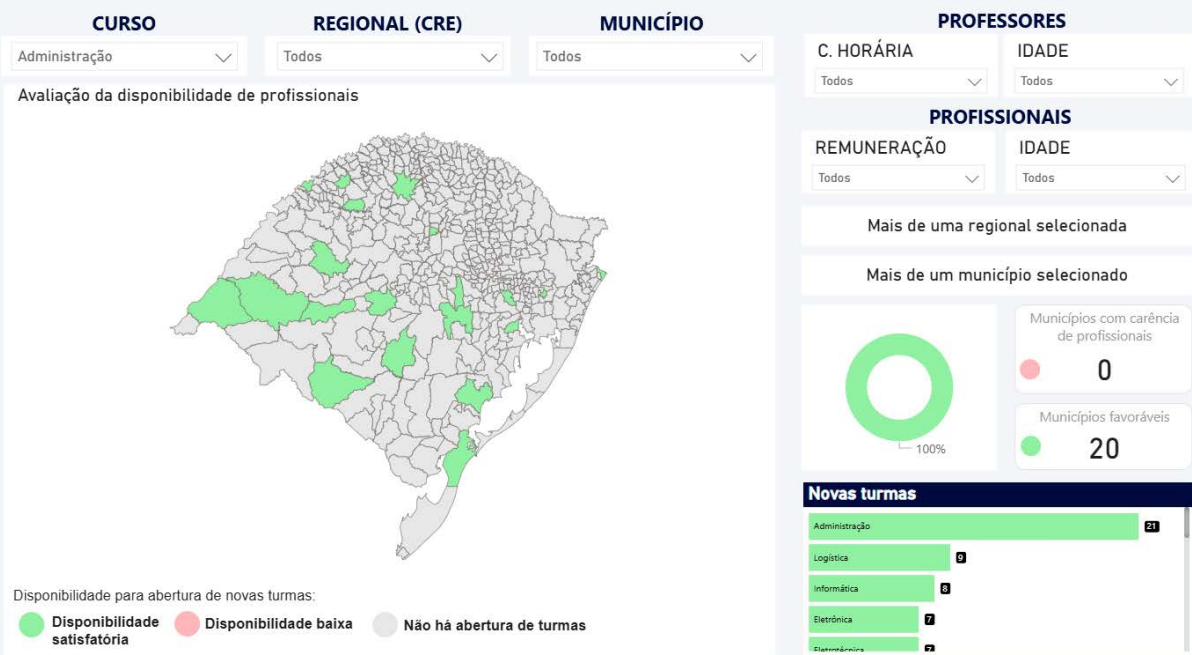
O primeiro passo é descrever o perfil profissional esperado dos docentes para cada curso, com os requisitos necessários. Por exemplo: para dar aula em um curso de Desenvolvimento de Sistemas, serão aceitos profissionais com que tipo de formação e em que área?

Em seguida, é interessante iniciar o mapeamento dentro da própria rede de ensino:

- Quantos docentes de EPT há na rede hoje? Quais as áreas de atuação e em quais cursos estão alocados? Eles estão com sua disponibilidade (horas) totalmente utilizada?

- Há docentes atualmente alocados nas disciplinas da Formação Geral Básica (FGB) que atendem ao perfil necessário para lecionar cursos técnicos, ou seja, com outras formações além da licenciatura? Eles estão com sua disponibilidade (horas) totalmente ocupada? Seria possível (e de interesse desses professores) lecionar disciplinas técnicas?

Para mapear além da rede, é importante analisar outros aspectos, como a existência de faculdades que formem profissionais naquela área. Para apoiar os estados com esse tipo de informação, o IET desenvolveu uma ferramenta que mapeia o potencial de docentes em determinadas áreas. Para isso, são levantados dados de diversas bases, como os de empresas e universidades atuantes em determinada região. Os primeiros mapeamentos desse tipo foram realizados com os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, e depois replicados para todos os estados brasileiros. A ferramenta pode ser utilizada para averiguar a probabilidade de existência de profissionais aptos a lecionar determinado curso, mas também é possível empregá-la na divulgação de processos seletivos.

**Expansão:** Identifica abertura de novas turmas EPT avaliando potenciais riscos

Ferramenta de mapeamento de potenciais docentes de EPT no Rio Grande do Sul, desenvolvido pelo IET em parceria com a Peers Consultoria



PARCERIA COM SETOR PRODUTIVO PARA A OFERTA

Sergipe

A experiência de Itabaianinha, em Sergipe, exemplifica como as parcerias entre escolas públicas e o setor produtivo podem potencializar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A Secretaria de Estado da Educação e Cultura (Seduc) firmou uma parceria com a Associação das Indústrias de Confecção de Itabaianinha (Assinvest) para utilizar a infraestrutura de suas fábricas na formação dos estudantes do curso técnico em Modelagem do Vestuário.



Essa parceria permite que os alunos realizem a parte teórica do curso na escola da rede estadual e desenvolvam as atividades práticas diretamente nas instalações da associação, utilizando máquinas e equipamentos modernos, alinhados às práticas da indústria local. Dessa forma, a formação dos jovens ocorre em um ambiente real do mercado, proporcionando maior aderência às demandas do setor e uma transição mais fluida para o mundo do trabalho.

Além da infraestrutura, a parceria também contribui para um contato maior e mais intenso entre estudantes e o mundo da produção, por meio de visitas nas fábricas e lojas do município.



Workshop realizado com representantes do Polo Têxtil de Itabaianinha.



3

Análise da capacidade instalada para oferta

A partir do levantamento das informações acima, será possível realizar uma análise da viabilidade da oferta de determinados cursos em determinados municípios ou regiões, bem como a necessidade de investimentos em infraestrutura e contratação de docentes. Todas as informações levantadas precisam estar atreladas a escolas ou municípios, para que seja possível, entre outras coisas:

- verificar quantas escolas estão aptas à instalação de laboratórios de EPT;
- estimar quantas escolas precisarão de reforma e ampliação para a instalação de laboratórios ou novas turmas de EPT;
- avaliar se será viável a oferta de determinados cursos em alguns municípios (baseado na disponibilidade de professores);
- levantar se há professores de EPT ou FGB com carga horária disponível para lecionar em cursos técnicos.

O próximo passo é cruzar essas informações – utilizando tabelas, de preferência – com outros dados já levantados, como os da Análise Socioeconômica e do Plano de Expansão.



Para o cruzamento de informações em tabelas, usando programas como Excel ou Planilhas Google, é sempre imprescindível usar os códigos numéricos atribuídos a escolas e municípios, que podem ser consultados nas tabelas disponibilizadas no Censo Escolar. Não é recomendável usar os nomes das instituições para esse tipo de cruzamento.



04

REVISÃO DA OFERTA ATUAL

SUBPROCESSOS

- 1) Análise da demanda e da taxa de conclusão
- 2) Identificação do sucesso da oferta atual
- 3) Consolidação da revisão da oferta



REVISÃO DA OFERTA ATUAL

NÍVEL | Tático

FREQUÊNCIA SUGERIDA | Anual

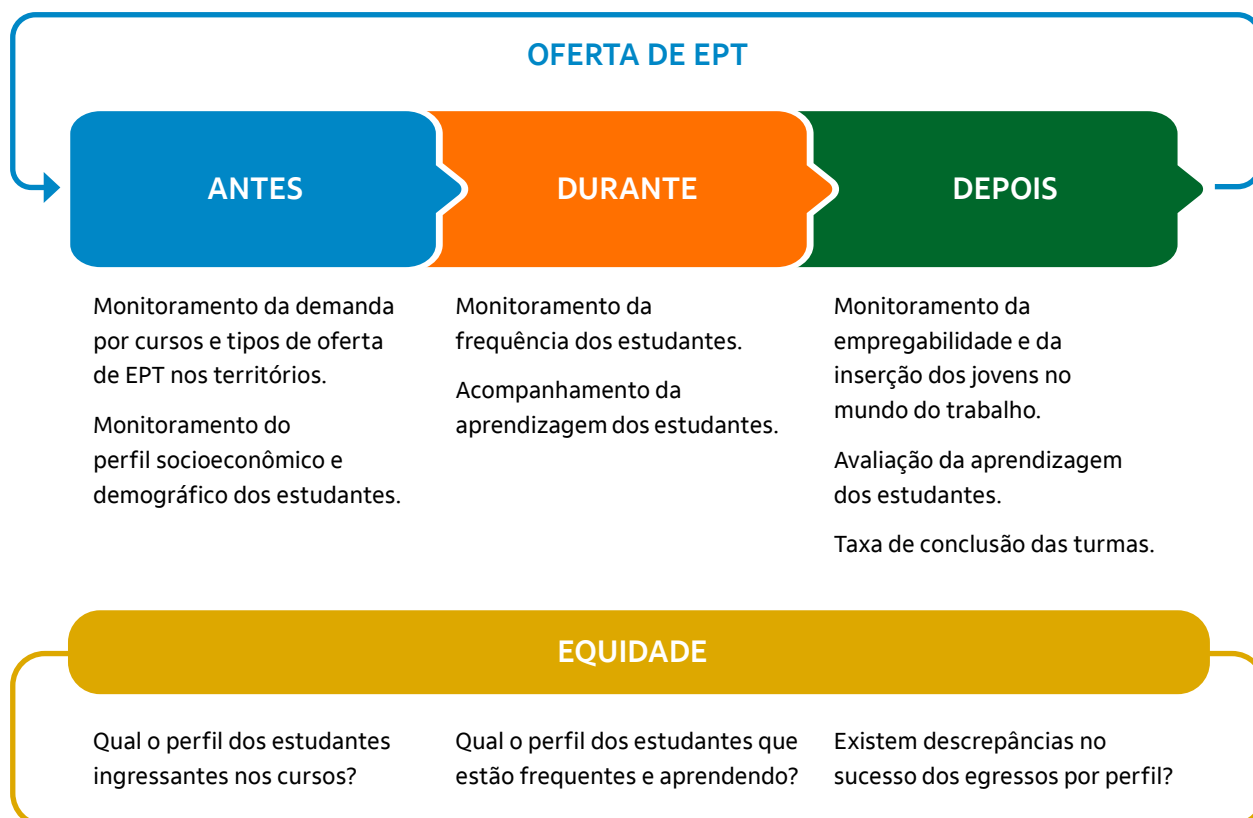


RESULTADO DO PROCESSO

Relatório de revisão da oferta de EPT, consolidando dados sobre os cursos em andamento, com recomendações para manutenção, ampliação ou descontinuidade de cursos.

O processo de revisão da oferta tem como objetivo consolidar os aprendizados da rede com a oferta dos anos anteriores, incorporando-os ao planejamento do ano seguinte. Indicadores como taxas de evasão e conclusão, demanda dos estudantes e do mundo do trabalho, entre outros, podem dar boas pistas sobre caminhos a serem seguidos. Estes dados devem ser levados em consideração no processo de planejamento, indicando quais cursos devem ser descontinuados, mantidos ou expandidos. Entretanto, os dados devem sempre ser analisados com cuidado, com um olhar aprofundado sobre o que significam e por que aquele resultado foi obtido. Ao longo do capítulo detalharemos como essas informações podem ser analisadas para maior assertividade.

Um elemento importante para realizar a revisão é o estabelecimento prévio de sistemas de monitoramento da EPT nas escolas e territórios. Sem dados, não é possível realizar uma revisão efetiva da oferta, e o que não é avaliado não pode ser melhorado. Este processo contínuo de avaliação e aprendizado é ilustrado na figura a seguir:


FIGURA 18 CICLO DE APRENDIZADO PARA REVISÃO DA OFERTA


EQUIDADE NA REVISÃO DA OFERTA

É fundamental segmentar os indicadores para realizar a revisão da oferta por perfil socioeconômico e demográfico. E, dessa forma, compreender quem são os estudantes que estão permanecendo e concluindo, e quais estão evadindo. Gênero, raça/cor, pertencimento a povos tradicionais, renda familiar e outros indicadores delineados pelos **marcadores sociais** devem ser analisados.

Para que se possa fazer a análise da equidade na revisão da oferta, é necessário que a rede possua informações precisas sobre os marcadores sociais dos estudantes. Essas informações podem ser recolhidas no momento da matrícula. O problema é que, muitas vezes, as pessoas acabam deixando esses itens em branco ou preenchendo de forma equivocada. Assim, pode ser interessante fazer uma campanha salientando a relevância de tais informações para a elaboração de políticas públicas.



1

Interesse dos estudantes e taxa de conclusão

O primeiro subprocesso é a análise do interesse dos estudantes pelo curso e das taxas de conclusão e evasão.

Para realizar essa análise, recomenda-se ter uma base de dados bem organizada e robusta, com os seguintes dados de cada um dos cursos:

- relação candidato/vaga no curso;
- número de matrículas do curso ao longo dos últimos anos;
- taxa de ocupação das turmas;
- frequência;
- abandono;
- evasão;
- conclusão.

É possível que a rede não tenha todos esses dados disponíveis, o que não deve impedir a análise com as informações que houver à disposição. Mas é preciso ressaltar que todos eles são importantes para uma análise aprofundada da “saúde” do curso na rede.

Os dados devem estar separados por modalidade (integrado, concomitante, concomitante intercomplementar, subsequente ou EJA), porque pode haver muitas diferenças entre elas. Da mesma forma, é preciso analisar os dados também por escola, porque um curso pode fazer sentido numa região e não em outra. Da mesma forma, como já dito, deve-se cruzar esses dados com os marcadores sociais, para identificar se são necessárias ações para promover a equidade na oferta. Por exemplo, se mais pessoas negras estão abandonando um curso, o que isso significa? O que o estado deve fazer para corrigir essa rota? Se, em outro caso, um número muito baixo de mulheres está se candidatando para um curso, o que pode ser feito para aumentar o interesse das estudantes por essa área? Por exemplo: pode-se organizar a divulgação/propaganda de forma que esta chegue mais e melhor ao público feminino.



Também é relevante que seja feita a análise da equidade da oferta em relação ao território do estado. É importante verificar se não há regiões com oferta de EPT muito maior que as outras. É preciso levar em conta que jovens de todo o estado têm direito a fazer um curso técnico, se assim desejarem. Análises desses quesitos podem ajudar o estado a direcionar esforços e recursos para regiões menos assistidas.

Abaixo descrevemos um pouco melhor a utilização dessas informações.

Interesse dos estudantes

Analisamos esse fato a partir do número de jovens inscritos anualmente em cada curso de EPT. Muitas redes abrem processos de inscrição anualmente, e podem possuir dados da evolução histórica sobre a quantidade de jovens que buscam cada curso e tipo de oferta. A rede pode avaliar se há maior ou menor busca por cursos técnicos na forma de oferta integrada ou concomitante, por exemplo.

É importante notar que esses indicadores dão apenas pistas de que a oferta está no caminho correto ou não. Em casos onde há baixa procura por cursos considerados estratégicos no Plano de Expansão, é importante fazer um diagnóstico sobre o motivo desse problema, com coleta de informações qualitativas. Pode haver, por exemplo, desconhecimento sobre a natureza e potencial do curso — ou seja, um problema de divulgação. Ou pode haver problemas na oferta: turmas de subsequente à noite em uma área pouco movimentada, por exemplo. O baixo interesse, em si, não significa que um curso deve ser descontinuado. No entanto, se um curso tiver baixa procura e não for prioritário para a economia regional, pode-se optar por substituí-lo.

Por outro lado, se houver mais interessados que vagas, pode ser um indicativo de que existem oportunidades de abertura de outras turmas numa mesma escola. Esse tipo de expansão é particularmente interessante, pois permite o aproveitamento da infraestrutura e dos docentes, caso estes tenham carga horária disponível e o desejo de aumentar sua carga horária, necessitando menos investimentos do que com a criação de um curso completamente diferente.

A ocupação das turmas também é um dado relevante para a análise. Se a turma comporta 35 alunos, mas tem apenas 20, isso significa que há baixo interesse dos estudantes, e que talvez não valha a pena renovar a oferta num próximo ano. Se a análise for feita a partir de uma linha histórica, e se percebe que a ocupação vem diminuindo ano a ano, esse é mais um fator que contribui para a descontinuidade do curso.



Taxa de conclusão

Chamamos de taxa de conclusão o percentual de estudantes que se graduaram com sucesso nos programas de EPT. A taxa de conclusão de um curso é medida dividindo-se o número de estudantes que concluíram o curso, pelo número de estudantes que estavam inicialmente matriculados. Assim, ela é, também, um indicativo da taxa de estudantes que evadiram ao longo do curso.

A análise das taxas de conclusão e da frequência são fundamentais em todas as modalidades, etapas e níveis educacionais. Entretanto, no caso de cursos técnicos integrados ao ensino médio, essa análise é ainda mais relevante, uma vez que, tendo um estudante evadido do curso, essa vaga ficará ociosa, já que não é possível a entrada de outro estudante – advindo de outro curso ou do ensino médio propedêutico – para completar a turma.

O processo de evasão acontece por diversos fatores, e é justamente isso que convidamos as redes a analisarem com atenção. Assim como no item anterior, a alta evasão em um curso não é motivo suficiente para encerrar a oferta. Uma baixa taxa de conclusão pode indicar que o curso não atendeu às necessidades e expectativas dos jovens, ou que, por exemplo, os estudantes estão tendo dificuldades para frequentar o curso, por razões internas (problemas para acompanhar os conteúdos) ou externas (problemas de acesso à escola, transporte, alimentação, renda, etc.). Deve-se fazer uma avaliação mais detalhada e qualitativa para entender o que está provocando a alta evasão do curso. Durante o processo de escuta e participação da comunidade escolar, é possível identificar os motivos.

Cabe destacar também que a desistência de um curso pelos estudantes raramente acontece de repente. Normalmente é precedida por um crescente número de ausências às aulas. Ou seja, na maior parte dos casos, é possível prever a saída de um estudante se sua frequência diária for acompanhada. Assim, registrar as presenças, monitorar as ausências e organizar programas de busca ativa são formas de promover a permanência.

Na busca pelos estudantes infrequentes, para que esses retomem os seus cursos, é fundamental que seja feito um processo de escuta, para compreender e apoiar as necessidades daquela ou daquele jovem. Nesse âmbito, as políticas intersetoriais são fundamentais, e a escola pode acionar as redes de saúde, assistência, e mesmo outros setores da rede da educação, a fim de auxiliar o estudante a solucionar o que se tornou um impeditivo de participação no curso.

Ao analisar a taxa de conclusão, é importante também que seja feita uma leitura crítica do ponto de vista da equidade da oferta: há diferenças entre estudantes que concluem e que evadem do ponto de vista racial, de gênero, de local de moradia ou de renda? Se sim, o que pode ser feito para que a oferta seguinte se dê de maneira mais equitativa?



Para levantar qualitativamente os desafios identificados nesta etapa, a rede pode utilizar os momentos de participação da comunidade escolar para escutas aprofundadas sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos e alunas ou construir ferramentas para monitoramento contínuo da satisfação e relevância dos cursos para os estudantes.

2

Identificação do sucesso da oferta atual

Dentre os diversos objetivos estabelecidos para a EPT, dois se relacionam profundamente com o que chamamos de sucesso da oferta: (1) garantir o pleno desenvolvimento de competências profissionais, e (2) promover uma transição segura para o mundo do trabalho.

Os estudantes estão desenvolvendo as competências esperadas?

Um dos princípios fundamentais da educação é o direito à aprendizagem, que deve ser assegurado também na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Embora a [Lei nº 14.645/23](#) preveja a necessidade de avaliação da EPT, e o [Decreto nº12.603/25](#) institui a Política Nacional de EPT e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica – SINAEPT. Ou seja, em breve teremos instrumentos padronizados que permitam aferir de forma sistemática o desenvolvimento das competências técnicas e socioemocionais dos estudantes em nível nacional. Enquanto o sistema não está disponível, as redes de ensino podem implementar seus próprios processos de monitoramento e avaliação.

As redes podem estabelecer sistemas internos de avaliação, certificação e credenciamento das competências desenvolvidas pelos estudantes ao longo dos cursos. Para isso, podem optar por desenvolver metodologias próprias ou estabelecer parcerias com instituições especializadas em avaliações diagnósticas e somativas, permitindo a aferição contínua do progresso dos alunos. Redes de ensino que possuem expertise interna em avaliação podem construir instrumentos customizados, alinhados aos currículos e necessidades regionais.

Lei nº 14.645/23



Decreto nº12.603/25





COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E SOCIOEMOCIONAIS: UMA ABORDAGEM INTEGRADA - LEPES E IET

Além das competências técnicas específicas de cada curso, as competências socioemocionais desempenham um papel fundamental na formação dos estudantes da EPT, impactando diretamente sua capacidade de adaptação ao mundo do trabalho. O desenvolvimento de habilidades como comunicação, colaboração, resolução de problemas e pensamento crítico é essencial para garantir que os jovens tenham sucesso em ambientes profissionais cada vez mais dinâmicos e complexos.

Para apoiar as redes de ensino na avaliação dessas competências, foi desenvolvida a Ferramenta de Competências Gerais para o Mundo do Trabalho (CGMT), uma iniciativa do Itaú Educação e Trabalho em parceria com o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (Lepes). A ferramenta utiliza uma metodologia inovadora baseada em evidências para medir e acompanhar as competências socioemocionais e técnicas dos estudantes ao longo de sua trajetória na EPT. Seu objetivo é fornecer diagnósticos precisos, permitindo às redes de ensino ajustar currículos e estratégias pedagógicas conforme as necessidades reais dos estudantes e do mercado de trabalho.



A CGMT oferece um modelo estruturado de avaliação que combina questionários, análises comportamentais e indicadores de desempenho, permitindo que gestores e educadores obtenham uma visão abrangente do desenvolvimento dos estudantes. Além disso, sua aplicação contínua permite a geração de dados comparativos que apoiam o planejamento estratégico da oferta de cursos e políticas educacionais. Para mais informações sobre a CGMT, acesse [aqui](#).

Competências Gerais
para o Mundo do
Trabalho (CGMT)



Outro método possível é o uso das notas obtidas pelos estudantes ao longo do curso como proxy de aprendizagem. Embora essa abordagem possa fornecer insights iniciais sobre o desempenho, é necessário considerar as limitações desse tipo de análise. A ausência de padronização nos critérios de avaliação entre diferentes professores, unidades de ensino e infraestruturas pode gerar distorções,



dificultando comparações temporais e entre diferentes turmas. Assim, o uso desses dados deve ser feito com cautela, evitando conclusões definitivas sem uma análise aprofundada do contexto educacional.

Os estudantes estão sendo inseridos no mundo do trabalho?

Ampliar as escolhas profissionais dos estudantes é um dos principais propósitos da EPT. Por isso, ao se avaliar o sucesso da oferta, é importante identificar onde os egressos estão inseridos: se deram continuidade aos seus estudos no ensino superior, se conseguiram ingressar no mundo do trabalho de forma digna e segura ou não.

Enquanto possuímos as bases necessárias para realizar este monitoramento (Rais e Censo Escolar), estas bases não estão disponíveis com identificação dos estudantes. Redes podem solicitar ao Ministério do Trabalho o acesso para realizar esta análise, mas este é bastante restrito.

Como alternativa para realizar o levantamento da inserção dos egressos no mundo trabalho, as redes podem:

- Elaborar e aplicar um questionário a ser respondido pelos egressos ao final do curso, com uma pergunta para saber se já estão empregados na área, e outra pedindo seus meios de contato (telefone e ou e-mail).
- Fazer contato com os egressos, seis meses e um ano após a conclusão do curso, para saber se e onde estão trabalhando e/ou estudando, e se o curso contribuiu com essa trajetória.
- Fazer contato com o mercado local: quais e quantas contratações feitas nos últimos anos são de egressos dos cursos de EPT ofertados? Os cursos ofertados têm contribuído para qualificar a mão de obra local? Este esforço pode se dar junto com o processo de escuta do setor produtivo, bianualmente.



3

Consolidação da revisão da oferta

O último subprocesso de revisão da oferta é a consolidação dos aprendizados com as ofertas anteriores. Ao longo do tempo, a rede desenvolverá uma melhor compreensão dos desafios enfrentados nos territórios e escolas para garantir a permanência, a aprendizagem e a inclusão dos jovens no mercado de trabalho.

Para concluir este processo, sugere-se a produção de dois documentos:

1) Uma tabela com cada oferta do estado (ou seja, escola, curso e modalidade) com os dados levantados anteriormente, por exemplo: relação candidato/vaga, número de matrículas e taxa de ocupação das turmas por ano; evasão, conclusão; informações de aprendizagem, se houver; dados sobre empregabilidade. Idealmente, essa mesma tabela será atualizada ano a ano, e cada linha dela – ou seja, cada oferta – deverá conter uma análise que a Secretaria faz a partir dos dados disponíveis e a recomendação: continuar ou descontinuar a oferta; ampliar o número de vagas; trocar o curso. Ainda que uma oferta seja mantida, ela pode requerer ações, como ampliar a divulgação ou reformular o currículo, por exemplo.

2) Um documento em texto, contendo os principais achados das análises feitas, de forma a responder, no mínimo:

- Quais cursos, em quais regiões/escolas, tiveram maior índice de conclusão?
- Os cursos estão contribuindo para a empregabilidade dos jovens que passam por eles?
- Quais cursos já ofertados hoje serão continuados? Quais necessitam de algum tipo de atualização para serem continuados?
- Quais cursos serão descontinuados?
- Quais cursos serão expandidos?
- Quais precisam ser avaliados com maior proximidade nas etapas subsequentes?

Esse documento servirá como mais um ponto de informação para decidir sobre a oferta do ano seguinte.



COMO ORGANIZAR A REVISÃO DA OFERTA DE EPT?

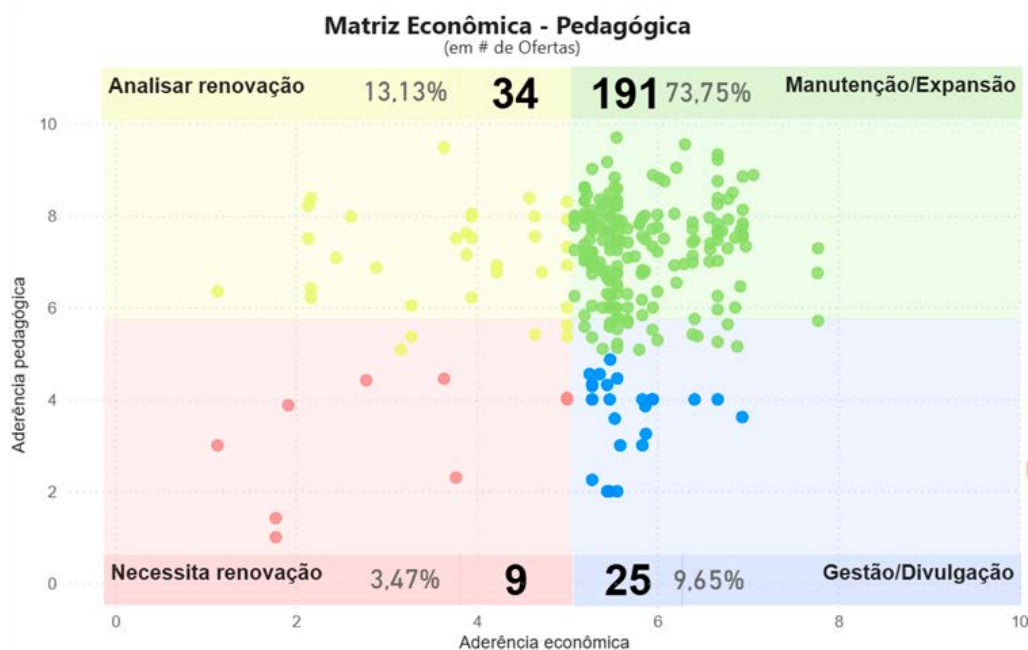
O IET, em parceria com diversas secretarias estaduais e a Peers Consultoria, formulou uma matriz de aderência econômico-pedagógica. A partir dos dados aqui citados – que variam em termos de disponibilidade – classifica as ofertas em quatro categorias:

Manutenção/Expansão: quando tanto dados econômicos quanto de interesse estão positivos.

Analisar renovação: quando os dados econômicos estão negativos e os de interesse, positivos.

Gestão/Divulgação: quando os dados econômicos estão positivos, e os de interesse, negativos.

Necessita renovação: quando tanto dados econômicos quanto de interesse estão negativos.



Matriz utilizada na revisão da oferta de EPT, elaborada em parceria com a Peers Consultoria.

Dessa forma, as redes podem priorizar a revisão de determinadas ofertas. Os casos mais críticos, em que há baixo interesse dos estudantes e o curso não tem aderência econômica (segundo dados de empregabilidade da Rais), devem ser analisados de forma mais imediata e apurada.



05

ESCUTA DO SETOR PRODUTIVO

SUBPROCESSOS

- 1) Levantamento de organizações relevantes do setor produtivo
- 2) Elaboração de metodologia e instrumentos de coleta
- 3) Realização da escuta e sistematização



ESCU TA DO SETOR PRODUTIVO

NÍVEL | Tático

FREQÜÊNCIA SUGERIDA | A cada dois anos

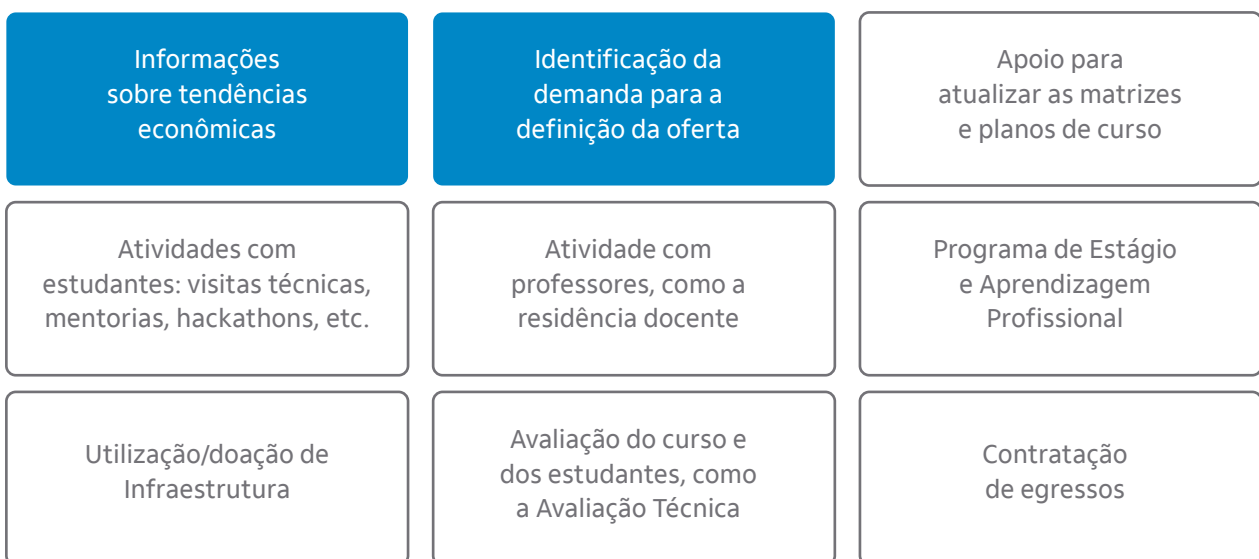
RESULTADO DO PROCESSO
Sistematização dos resultados obtidos por meio da escuta e aproximação com o setor produtivo.

O processo de escuta do setor produtivo desempenha um papel fundamental na identificação de demandas e tendências econômicas para o planejamento da oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Além de subsidiar a definição estratégica de cursos e vagas, a aproximação com o setor produtivo possibilita ganhos em etapas posteriores, como a construção de currículos mais aderentes, a realização de visitas técnicas, a avaliação dos processos de aprendizagem e a promoção do acesso qualificado ao mundo do trabalho.

FIGURA 16 BENEFÍCIOS DE ENVOLVIMENTO

GANHOS NO PROCESSO DE ESCUTA

GANHOS EM OUTROS PROCESSOS





Ainda que seja uma aspiração comum entre as redes de ensino, estabelecer uma relação sólida com o setor produtivo continua sendo um desafio para muitas secretarias no Brasil. Nesse contexto, as secretarias, regionais e escolas podem contar com o apoio de outros atores. Por exemplo, a articulação com secretarias de desenvolvimento econômico ou agências de desenvolvimento pode facilitar o acesso a associações empresariais e a empresas já envolvidas em fluxos regulares de diálogo com o governo. Um exemplo bem-sucedido é o caso da Secretaria de Educação de Pernambuco, que firmou uma parceria com a Agência de Empreendedorismo (AGE) e a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe) para mapear e mobilizar representantes do setor produtivo em seu processo de escuta.

Fortalecer as regionais de ensino e as escolas nesse processo de escuta também é uma boa alternativa. Os profissionais que trabalham nas regionais e escolas estão familiarizados com o contexto local, e podem conhecer empresas e organizações nos seus territórios com desafios que podem ser endereçados a partir da EPT. É importante reconhecer que, mesmo que essa demanda seja compartilhada com escolas e regionais, as secretarias ainda terão um papel primordial no processo e devem oferecer orientação, apoio e suporte para que uma escuta qualificada aconteça.

Alguns sistemas de educação profissional reconhecidos mundialmente, como Alemanha e Inglaterra, possuem estruturas de governança dedicadas à escuta e participação do setor produtivo. São estruturas formais, como conselhos para a EPT, nos quais sindicatos, associações, empregadores, governos, formadores e sociedade civil participam para colaborar nas decisões sobre o futuro dos currículos, planejamento de vagas de EPT e empregabilidade.

1

Levantamento de organizações relevantes para o setor produtivo

O primeiro subprocesso da escuta do setor produtivo é o mapeamento de organizações estratégicas nos estados e territórios, com base nos diagnósticos econômicos e nas prioridades setoriais previamente estabelecidas. Para isso, é importante que a secretaria ofertante de EPT tenha clareza de quais são os setores prioritários para o desenvolvimento econômico do estado. Como dito no capítulo sobre o Plano de Expansão, essas informações podem ser captadas em documentos oficiais, mas é importante que sejam atualizadas, com base em um diálogo constante com a pasta de Desenvolvimento Econômico e nos investimentos previstos para o estado.



Identificação de organizações-chave

O mapeamento das organizações que participarão do processo de escuta deve incluir sindicatos e associações empresariais vinculados às federações da indústria, do comércio e da agricultura, além de grandes e pequenos empregadores, cooperativas, instituições do terceiro setor e outros agentes representativos das cadeias produtivas prioritárias. Cada um desses segmentos oferece perspectivas diferentes sobre as demandas do setor produtivo, enriquecendo a análise e permitindo que as políticas sejam mais aderentes às realidades locais.

Ao planejar o levantamento, é importante garantir que a representação setorial contemple a diversidade territorial. Por exemplo, enquanto regiões metropolitanas podem se concentrar em setores como tecnologia e serviços, áreas rurais podem demandar uma abordagem voltada para agroindústria e agricultura. Da mesma forma, é preciso analisar como determinado setor está estruturado: se há poucos e grandes representantes; se está pulverizado em muitas empresas pequenas ou ambos.

Fontes de informação e métodos de levantamento

Não há uma fonte única para coletar informações sobre empregadores e organizações relevantes. A transparência e a disponibilidade desses dados variam de estado para estado. Alguns caminhos possíveis incluem:

- **Federações, associações e sindicatos empresariais:** muitos sindicatos e federações disponibilizam informações sobre seus associados, incluindo contatos e características organizacionais. Essas entidades podem atuar como pontos de articulação para engajar empresas locais.
- **Secretarias de Desenvolvimento Econômico e fazendas estaduais:** essas secretarias possuem bases administrativas e fiscais que podem indicar grandes empregadores por setor, além de fornecer insights sobre empresas emergentes ou setores estratégicos.
- **Agências de desenvolvimento e investimento:** essas agências geralmente mantêm parcerias com empresas e investidores, podendo compartilhar informações estratégicas sobre os setores produtivos mais relevantes.
- **Comunidades escolares e regionais:** escolas e regionais de ensino possuem um conhecimento granular das dinâmicas locais, incluindo lideranças e organizações que, embora pequenas, desempenham papéis fundamentais na economia dos territórios.



Esse processo deve ser complementar às análises macroeconômicas e pode se beneficiar de ferramentas tecnológicas, como plataformas digitais de mapeamento ou softwares de gestão de contatos.

Registro e sistematização

Uma boa prática derivada desse levantamento é a criação de um **mapa de empregadores/participantes**, um documento vivo que centralize as informações coletadas. Este mapa pode ser estruturado de diferentes maneiras, dependendo das ferramentas disponíveis e da capacidade técnica da equipe. Exemplos incluem:

- **Planilhas eletrônicas:** Excel ou Google Sheets podem ser usados para registrar e organizar informações de forma prática, categorizando empresas por setor, localização e número de empregados.
- **Mapas georreferenciados:** ferramentas como Google My Maps ou sistemas de informações geográficas (GIS) permitem a visualização espacial dos empregadores, facilitando o planejamento territorial.
- **Bases de dados centralizadas:** para redes com maior capacidade técnica, uma base de dados integrada pode registrar não apenas informações sobre os empregadores, mas também o histórico de interações, parcerias e projetos desenvolvidos com cada um.

Resultados esperados

Ao final desse subprocesso, a Secretaria deve dispor de uma visão clara e atualizada dos atores econômicos preferenciais em seus territórios, nos setores prioritários. Além de subsidiar o planejamento da EPT, esse mapeamento fortalece a governança colaborativa e facilita a construção de parcerias futuras, sejam para o desenvolvimento de currículos, oportunidades de estágio, ou promoção de visitas técnicas. Dessa forma, o levantamento de organizações relevantes não apenas embasa a escuta do setor produtivo, mas também consolida um patrimônio informacional valioso para a gestão pública de longo prazo.



2

Elaboração da metodologia e instrumentos de coleta

A preparação da metodologia e dos instrumentos de escuta é uma etapa relevante no processo de planejamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), porque definirá que informações, de fato, serão coletadas. A escolha da metodologia deve levar em consideração o que se deseja alcançar com a escuta, os recursos disponíveis e a capacidade operacional da equipe. Este capítulo aborda as principais metodologias, orientações sobre a definição de objetivos e os cuidados necessários para uma execução bem-sucedida.

Definindo os objetivos da escuta

Antes de definir os instrumentos de coleta, é essencial que a rede reflita sobre o propósito e a ambição da escuta. A escuta será apenas consultiva, com o objetivo de captar percepções gerais? Ou será direcionada, com foco em identificar potenciais parcerias e ações concretas de colaboração? Dependendo da resposta, a abordagem e os instrumentos podem variar significativamente. Escutas consultivas são mais amplas e menos vinculantes, enquanto escutas direcionadas requerem maior articulação com empregadores-chave e setores específicos, muitas vezes visando a resultados práticos, como estágios, mentorias ou ajustes nos currículos técnicos.

Para cada tipo de escuta, diferentes metodologias podem ser mais adequadas. Por exemplo, se o objetivo é captar uma visão geral das tendências econômicas e demandas de qualificação, formulários e enquetes podem ser eficientes. Por outro lado, se a intenção é estabelecer colaborações diretas, entrevistas individuais com empregadores estratégicos e reuniões de trabalho são mais eficazes. É fundamental que a rede defina previamente qual será o formato da escuta, os atores envolvidos e o resultado esperado, garantindo alinhamento entre as expectativas e a metodologia escolhida.

Métodos de escuta: alternativas e cuidados

Ao fim deste capítulo, disponibilizamos modelos de perguntas que podem ser utilizadas para a condução de todos estes processos de escuta.

Formulários e enquetes: este método é útil para coletar informações de um número amplo de participantes em pouco tempo. Formulários com perguntas fechadas permitem uma análise mais eficiente e objetiva, enquanto perguntas abertas podem ser usadas para capturar percepções qualitativas, desde que em menor



número. No entanto, é preciso tomar cuidado com o viés de resposta, garantindo que a amostra seja representativa dos setores econômicos e territórios. Por exemplo, se apenas uma grande empresa responde, não é possível captar a percepção do setor. O registro e a organização das respostas devem ser planejados previamente, considerando ferramentas digitais para armazenamento e análise.

Entrevistas: entrevistas individuais permitem um aprofundamento maior nas questões e podem ser estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas. Para o contexto da escuta do setor produtivo, recomenda-se o uso de entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, pois garantem consistência entre os entrevistadores e comparabilidade entre as respostas. Além disso, é importante planejar o registro das informações – seja por meio de gravações (com consentimento) ou anotações detalhadas – e garantir um número suficiente de entrevistas para evitar vieses na análise. Este método é especialmente indicado para setores em que a representatividade é concentrada em poucas grandes empresas.

Reuniões de trabalho e oficinas: as reuniões de trabalho são ideais para fomentar discussões coletivas e identificar consensos entre grupos de empregadores ou representantes setoriais. Essas reuniões devem ser cuidadosamente planejadas, com pautas claras, moderadores experientes e um sistema de registro eficiente para capturar as contribuições. A principal vantagem dessa abordagem é o potencial de gerar ideias colaborativas e identificar possíveis parcerias. No entanto, é importante considerar a logística e os custos associados à organização desses eventos.

Audiências públicas: embora mais amplas e menos direcionadas, audiências públicas podem ser uma oportunidade para escutar não apenas o setor produtivo, mas também a comunidade escolar e a sociedade em geral. Este método, no entanto, deve ser reservado para casos em que a intenção é captar percepções gerais e promover transparência, pois pode ser menos eficiente na coleta de informações específicas de setores econômicos.

Cuidados e boas práticas

Planejamento: cada método deve ser adaptado às características do setor produtivo local, considerando a organização dos setores (muitas pequenas empresas versus poucas grandes empresas) e a facilidade de acesso aos participantes.

Mobilização de participantes: mapear as organizações relevantes em determinado setor não é o suficiente para garantir sua participação na escuta. A depender do caso, será necessária a aproximação com instituições representativas, que podem mobilizar diversos atores de uma só vez, ou de outros atores governamentais, que já tenham contato contínuo com essas organizações.



MAPEANDO DEMANDAS E LACUNAS DO SETOR TECNOLÓGICO

São Paulo

Não é novidade que o setor de Tecnologia da Informação (TI) é um dos mais pujantes atualmente, e que a demanda por profissionais na área é crescente. Mas qualquer profissional de tecnologia serve? Em qualquer subárea, ou com qualquer formação? Com certeza, não.



Para compreender a fundo essa demanda e que competências o setor tecnológico procurava em seus profissionais, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE) e o Centro Paula Souza, de São Paulo, com a parceria do IET, promoveram em 2020 e 2021 sete workshops com 20 empresas, em várias áreas da TI: programação para a web; segurança da informação; redes; nuvem; e ciência de dados.

A participação de tantas empresas só foi possível por meio da Brasscom (Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais), que mobilizou diferentes tipos de organizações para os encontros, além de ter contribuído com o planejamento da ação. Os workshops foram realizados de forma online, e em um horário que, segundo as empresas, seria mais fácil que os profissionais de TI participassem (a partir das 17h).

Por meio dos workshops, foi possível mapear competências que depois foram inseridas em cursos técnicos e tecnológicos do Centro Paula Souza. Os participantes também apontaram a necessidade de se implementar cursos na área de dados. A experiência demonstra como a parceria com associações pode ser um bom caminho para mobilizar representantes do setor produtivo, e também que é preciso adaptar esse tipo de atividade à realidade desses participantes.



VAGA BACK-END

CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS	COMPETÊNCIAS PESSOAIS
ESCOLARIDADE/ CERTIFICAÇÕES	
Que nome essa vaga teria na empresa em que você atua?	



Treinamento: caso a responsabilidade pela coleta de informações seja delegada a regionais ou escolas, é fundamental que os agentes sejam capacitados para garantir a padronização das perguntas e a consistência na coleta de dados.

Padronização: formular perguntas claras, evitar termos ambíguos e limitar o número de perguntas abertas são estratégias essenciais para assegurar a qualidade e a objetividade das respostas.

Análise de resultados: planejar com antecedência como os dados serão analisados e consolidados. Ferramentas de análise de dados e softwares de visualização podem facilitar esse processo.

Reflexões sobre os resultados da escuta

Independentemente da metodologia escolhida, é essencial que os resultados da escuta sejam organizados e apresentados de maneira clara. Consolidar as informações em relatórios ou painéis permite uma análise mais precisa e facilita a tomada de decisões. Além disso, compartilhar os resultados com os participantes reforça a credibilidade do processo e fortalece o relacionamento entre a rede de ensino e o setor produtivo.

Esse processo de preparação metodológica, alinhado aos objetivos da escuta e às realidades locais, garante que a coleta de dados seja eficiente, representativa e capaz de embasar decisões estratégicas para o planejamento da EPT.

3

Realização da escuta e sistematização

O terceiro subprocesso na escuta do setor produtivo é sua realização prática. Com os instrumentos previamente estabelecidos, as redes devem mobilizar e capacitar as equipes responsáveis para conduzir as ações de escuta. Essa etapa exige planejamento cuidadoso e suporte institucional, incluindo recursos físicos, financeiros e técnicos, para garantir que o processo seja conduzido com qualidade e alcance seus objetivos estratégicos.



Criando uma linguagem comum: uma das principais dificuldades na interação entre governo e setor produtivo é a diferença de linguagens. Termos como “componente curricular”, “plano pedagógico de curso” (PPC) são específicos do campo educacional e podem não ser compreendidos pelos empregadores. É essencial sensibilizar e explicar a modalidade de ensino de maneira acessível, ao mesmo tempo em que se cria espaço para que o setor produtivo utilize os próprios termos para descrever suas necessidades e percepções. Essa harmonização na comunicação fortalece a relação entre os atores e contribui para a construção de um entendimento mútuo.

Premissas para uma escuta efetiva

Para que o relacionamento com o setor produtivo seja efetivo e sustentável, algumas premissas devem ser seguidas durante a escuta:

- **Pertencimento:** garanta que todos os envolvidos no processo se sintam parte do mesmo, reconhecendo sua contribuição como valiosa.
- **Clareza de papéis:** estabeleça papéis e atribuições bem definidos para cada participante da equipe promotora da escuta, minimizando – quando possível – trocas de equipe ao longo do processo.
- **Transparência:** mantenha uma comunicação clara e aberta com o setor produtivo em todas as etapas do processo, desde a elaboração até o monitoramento e avaliação das iniciativas.
- **Encaminhamentos:** as reuniões devem resultar em encaminhamentos claros, assegurando a continuidade das ações acordadas.
- **Acompanhamento:** realize acompanhamento frequente para reforçar o engajamento e identificar novas oportunidades de parceria com as empresas.

Sistematização dos achados

A sistematização das informações obtidas é um aspecto crucial da escuta. Ao contrário dos processos anteriores, baseados em dados quantitativos estruturados, esta etapa é qualitativa e depende da coleta aberta e clara das percepções dos participantes. Isso pode representar um desafio para as equipes, mas boas práticas podem facilitar esse trabalho:



- **Comparação com dados quantitativos:** sempre que possível, os achados qualitativos devem ser comparados com os dados quantitativos levantados previamente. Se houver divergências significativas, elas podem indicar áreas que requerem maior exploração. Por exemplo, se os empregadores afirmam que determinado setor está em crescimento, mas os dados apontam estagnação, pode haver fatores locais ou conjunturais que merecem análise mais detalhada. Quando os dados qualitativos confirmam as análises quantitativas, a segurança nas decisões de planejamento aumenta.
- **Identificação de padrões:** as falas dos participantes devem ser codificadas para identificar padrões e tendências. Mesmo quando as respostas qualitativas não reflitam diretamente os dados numéricos, elas podem trazer percepções valiosas que complementam a análise. Para isso, as equipes devem ser capacitadas no uso de ferramentas como software de análise qualitativa, garantindo que os padrões sejam identificados de forma eficiente e confiável.

Conclusão da escuta

O êxito do processo de escuta depende de um equilíbrio entre rigor metodológico e flexibilidade para atender às especificidades de cada território e setor produtivo. Além de coletar informações, o objetivo é estabelecer uma base sólida de confiança e cooperação, que possibilite que o setor produtivo busque a Secretaria quando tiver informações sobre tendências e investimentos que demandem profissionais com formação técnica.

Ao final desse processo, os achados qualitativos devem ser sistematizados em relatórios claros, servindo como insumos valiosos para o planejamento da oferta de EPT.

A escuta pode gerar alguns resultados:

- ▷ validar se determinado setor tem perspectivas de crescimento e demanda – ou demandará – profissionais com formação técnica;
- ▷ entender quais elos de uma cadeia produtiva têm carência de profissionais com formação técnica;
- ▷ compreender as competências demandadas por determinado setor.

Perceba que, nos três casos, a escuta com o setor produtivo não gera informações precisas sobre qual curso deve ser ofertado pela Secretaria. Isso porque, como já

foi dito, os representantes das empresas e associações podem não ter essa clareza. Caberá à Secretaria relacionar as áreas e competências com determinados cursos.

Os achados da escuta do setor produtivo – se bem realizada – podem reforçar a importância de determinado setor naquela região ou estado. Essas informações devem ser levadas em consideração no momento da seleção de cursos para a escuta dos estudantes e/ou na indicação da oferta.



REALIZANDO PARCERIAS PARA A ESCUTA DO SETOR PRODUTIVO

Pernambuco

Com o intuito de alinhar o planejamento da oferta com o mundo do trabalho, a Secretaria Executiva do Ensino Médio e Profissional de Pernambuco (Semp) identificou a necessidade de realizar escutas com o setor produtivo. Para garantir a efetividade dessa escuta, a Secretaria construiu uma parceria com a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe) e a Agência de Empreendedorismo (AGE) do estado para mapear as áreas prioritárias e mobilizar representantes dos setores produtivos.



O processo realizou quatro encontros em diferentes regiões de desenvolvimento do estado, contando com 161 participantes e ouvindo 14 setores econômicos diferentes. As informações foram então sistematizadas e integradas ao planejamento da oferta.





06

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

SUBPROCESSOS

- 1) Qualificação da escuta
- 2) Escolha do método e preparação para coleta de dados
- 3) Realização de sessões de escuta nas escolas ou territórios
- 4) Análise e consolidação dos dados
- 5) Devolutiva para a comunidade escolar

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

NÍVEL | Tático

FREQUÊNCIA SUGERIDA | A cada dois anos*



RESULTADO DO PROCESSO

Sistematização dos achados, principalmente em relação ao interesse dos estudantes em relação à EPT, modalidades e cursos.

*Caso seja possível, a rede pode realizar processos de participação e escuta de forma frequente, a cada ano, e também manter um canal de diálogo constante em relação a esse tema. Entretanto, acredita-se que, realizando um processo de participação bem estruturado, é viável coletar informações que serão válidas para os dois anos seguintes.

A participação da comunidade escolar é um processo essencial no planejamento da oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Ela envolve a escuta das demandas e expectativas não apenas dos jovens estudantes e suas famílias, mas também dos educadores e demais membros da comunidade escolar. Esta etapa é fundamental para garantir que a oferta educacional esteja alinhada com as necessidades e as aspirações locais, além de contribuir para o engajamento e o senso de pertencimento da comunidade em relação às instituições educativas e aos cursos que serão ofertados. Ademais, essa prática fortalece a transparência e a responsabilidade social na oferta de EPT, pois todos se sentem responsabilizados pelas decisões tomadas.

Os processos de escuta demandam investimento de tempo e recursos. Muitas vezes, por não serem bem estruturados, as informações levantadas durante esses momentos podem ser perdidas, não sendo efetivamente utilizadas no processo decisório posteriormente.

Assim, é fundamental que o processo seja bem organizado e que, de preferência, use as informações já levantadas nos processos anteriores, como a Análise Socioeconômica e o Plano de Expansão, que devem conter o direcionamento estratégico governamental para a oferta. Isso torna o processo mais aprimorado e assertivo. Ao mesmo tempo, ao se dispor a realizar a escuta, é preciso estar aberto a trazer para o planejamento as demandas e necessidades da população.



Antes de definir como promover a participação, é preciso compreender que papel terão os resultados no planejamento da oferta de EPT do estado. Se, por exemplo, um grande percentual de estudantes quiser a oferta de um curso em que não há empregabilidade no estado, a Secretaria deve ofertá-lo? A resposta a essa pergunta vai depender do plano de desenvolvimento do estado e de quais estratégias o governo pode lançar mão para incentivar determinadas áreas econômicas. Por outro lado, é preciso tomar cuidado para não fechar ou enviesar demais a escuta, o que descaracteriza o processo e pode comprometer ações futuras.

A depender do que se quer descobrir com a participação da comunidade, pode-se utilizar um ou mais métodos de consulta. Por exemplo, uma audiência pública é um espaço aberto, em que podem ser trazidas demandas de diversas naturezas. Já um formulário com questões e alternativas pré-determinadas limita a participação. Não há um método mais ou menos adequado: todos podem ser úteis para a participação, a depender do que se quer descobrir e em que etapa se está do planejamento.

Além disso, assim como nos outros processos descritos até o momento, é essencial ter um olhar para a equidade, garantindo que todos os grupos possam e se sintam engajados a participar.

FIGURA 17 REPRESENTAÇÃO DA ESCUTA





1

Qualificação da escuta

Como mencionado acima, o primeiro passo para envolver a comunidade escolar no planejamento da oferta é definir qual o objetivo dessa participação. E também quando ela deve acontecer. Há pelo menos quatro possibilidades:

- 1) Levantamento de interesse geral na oferta de cursos técnicos.
- 2) Mapeamento de quais cursos têm mais aceitação na comunidade.
- 3) Consulta, entre uma lista pré-determinada (com base na Análise Socioeconômica e no Plano de Expansão), sobre quais cursos têm mais interesse da comunidade.
- 4) Diálogo, em parceria com a escola e regional de ensino, para implantação do curso já definido.

O ponto 4 será mais explorado no próximo capítulo, sobre Indicação da Oferta. Os três primeiros são tema deste capítulo. Nos pontos 1 e 2, temos um diálogo mais amplo com a comunidade, e pode-se ouvir diferentes atores. No entanto, com uma gama muito grande de assuntos e cursos, pode ser que o resultado da participação seja mais difuso. Por isso, se o objetivo é mapear onde há mais interesse em EPT, por exemplo, esse levantamento pode acontecer no início do processo de Planejamento da Oferta.

Já o ponto 3 deve acontecer mais à frente no processo, levando em consideração os cursos que têm bom potencial de empregabilidade na região. Para isso, já deve ter sido realizada a Análise Socioeconômica e o Plano de Expansão. Para direcionar a escolha final de um curso, é essencial ouvir os estudantes, porque abrir vagas e não ter interessados é um risco grande, que impacta muitos outros processos de implementação – por exemplo, contratação de professores e compra de equipamentos. Da mesma forma, pedir que os estudantes escolham entre os mais de 200 cursos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) não é viável.

Uma vez elencados os momentos de participação, deve-se preparar os participantes, que precisam estar bem informados sobre o assunto em questão para que a contribuição seja efetiva. Faz parte do processo garantir que estudantes, professores, diretores, familiares e outros membros da comunidade escolar tenham conhecimento sobre a EPT, o mundo do trabalho, os currículos e perspec-



tivas de carreira dos cursos técnicos. E que os jovens tenham refletido sobre seus futuros profissionais. Essas informações são fundamentais porque, muitas vezes, as ideias de profissão e de carreira pensadas pelos jovens e suas famílias estão baseadas em informações do senso comum, e sobre um número limitado de profissões. E estas nem sempre refletem o cenário atual e futuro do mundo do trabalho.

Os grêmios estudantis, representantes de turma e outras associações estudantis podem ser atores importantes nessa construção, fazendo uma ponte entre as orientações das secretarias e os alunos. Notadamente, a EPT não pode ser vista como um percurso isolado, que leva automaticamente o jovem ao mundo do trabalho. A EPT amplia oportunidades de escolhas, e isso deve estar refletido na escuta realizada nesse momento de preparação pela escola. Deve-se, portanto, garantir que os estudantes também sejam ouvidos sobre seu interesse em ingressar no mundo do trabalho, começar seus próprios negócios, acessar o ensino superior, entre outras trajetórias possíveis.

Assim, é fundamental que a rede analise os dados e prepare materiais informativos sobre o cenário econômico local, sobre as possibilidades que são trazidas para os jovens com a realização de EPT, e sobre os cursos possíveis de serem ofertados, apresentando as competências que devem ser desenvolvidas em cada um deles, e as possibilidades de trabalho relacionadas a cada curso. Essas informações consolidadas devem ser compartilhadas com as comunidades escolares, envolvendo escolas, educadores, estudantes, familiares e outros atores. Para que essas informações sejam realmente aproveitadas, também é importante pensar sobre a forma como elas serão disponibilizadas para a comunidade escolar. O mais adequado é que haja uma construção dialogada, com contato prévio do órgão central com as regionais e escolas sobre a realização da escuta e a elaboração de documento informativo para embasamento do processo. No documento, deve-se evitar o uso de terminologias extremamente técnicas, siglas e jargões. É interessante que a escrita tenha como base a metodologia da linguagem simples e que dialogue com a cultura, as perspectivas e as expectativas locais. A área de comunicação da Secretaria pode ajudar nesse processo.



CAPACITANDO A REDE PARA A ESCOLHA CERTA

Piauí

Em resposta à pouca informação que chegava aos jovens para a escolha de cursos com capacidade de atender às demandas econômicas locais, o Governo Estadual do Piauí enfrentou o desafio de capacitar as gerências regionais de educação (GREs) e as escolas para que compreendessem quais são os potenciais produtivos de seus territórios. E para que utilizassem esses conhecimentos no planejamento e na oferta dos cursos técnicos.



Para isso, a rede realizou treinamentos com as GREs e escolas, empregando ferramentas estratégicas, como o Mapa de Potencialidades (elaborado em 2022 pela Secretaria de Planejamento), o Mapeamento de Atividades e Cadeias Produtivas (desenvolvido em 2018 pela Seduc-PI, IET e consultorias Macroplan e FGV DGPE) e o Mapa de Demandas (criado em 2022 pelo MEC). Esses materiais permitiram uma análise detalhada da aderência dos cursos aos potenciais econômicos e às demandas produtivas de cada território.

Outro ponto importante, a ser levado em consideração para um bom processo de escuta dos estudantes, é que os participantes terão em média de 13 a 15 anos de idade – a depender se a escuta for feita com estudantes do 9º do ensino fundamental ou da 1ª série do ensino médio. Como os estudantes são muito jovens, é fundamental que o tema do mundo do trabalho tenha sido abordado anteriormente à realização da escuta na escola – talvez pelo docente responsável pelo Projeto de Vida, ou pela coordenação pedagógica. Assim, antes de responder sobre o interesse na EPT ou em determinado curso técnico, os estudantes já terão refletido sobre seus sonhos, seus desejos e projetos para o futuro.



Mais uma vez, a linguagem utilizada nos conteúdos que serão consumidos por esse público deve ser simples e direta. Apesar de complexo, deve-se buscar traduzir para os jovens e adolescentes o que são e do que tratam cursos como Logística, Análises Clínicas ou Sistemas de Energia Renovável, para citar apenas alguns exemplos. Apesar de trabalhoso, esse processo pode evitar que estudantes se decepcionem com o conteúdo do curso e terminem por abandonar a formação técnica.

2

Definição e elaboração dos instrumentos para coleta de dados

A escuta de diferentes atores é um processo desafiador, pois envolve a atenção e a compreensão de diversas perspectivas. Ela pode ser feita de diferentes formas, a depender de alguns fatores, como os objetivos da escuta, a realidade local, e a disponibilidade logística da equipe responsável. A análise do melhor método ou dos melhores métodos a serem utilizados deve ser feita de forma técnica, tendo a compreensão, ao menos, destes três pontos ressaltados:

Qual o objetivo da escuta de cada grupo?

O que é essencial que seja apreendido ao final desse processo? Quando escutamos a comunidade escolar, estamos escutando diferentes grupos: estudantes, diretores, professores, demais profissionais da educação, familiares. Assim, além de definir o objetivo geral do processo de escuta, para definir o método a ser realizado, é preciso pensar o que se quer extrair de informação de cada grupo. É necessário conhecer a perspectiva de cada indivíduo ou uma amostra ou representação é suficiente? Por exemplo, pode ser que seja importante escutar todos os estudantes e todos os diretores individualmente, pois os estudantes são os destinatários da política, e os diretores têm uma visão ampliada da escola e da região. Assim, seria importante fazer um questionário a ser respondido individualmente nesses dois grupos. Entretanto, no que tange aos pais e responsáveis, pode ser preferível colher as informações consolidadas a partir de uma reunião realizada com o grupo.



Qual a realidade local?

Por exemplo, é viável elaborar formulários online para resposta de diferentes grupos? Se for fazer o questionário online, é possível que seja respondido na escola, para garantir que todos tenham acesso à infraestrutura e à internet adequada, a fim de não enviesar os resultados do processo de escuta? Quantas comunidades escolares há na rede? Há territórios que podem ser escutados de forma conjunta?

Qual a disponibilidade de recursos da rede?

Qual o número de pessoas capacitadas disponíveis para realizar visitas a cada território/comunidade? Qual o recurso financeiro disponibilizado para essa ação? Quanto tempo está previsto para a execução desta etapa? Quais recursos tecnológicos estão disponíveis? Como é possível otimizar o tempo e os recursos disponíveis?

A partir dessa compreensão, pode-se aprofundar nos tipos de processo de escuta que são possíveis. Alguns exemplos podem ser:



- ✓ Envio de questionários físicos para a escola.
- ✓ Elaboração de questionários online.
- ✓ Organização de grupos focais.
- ✓ Realização de reuniões guiadas por atores da Secretaria ou da regional.
- ✓ Realização de reuniões guiadas pela própria escola.
- ✓ Realização de audiências públicas.

A rede pode optar por recorrer a um ou mais métodos de escuta. É importante, entretanto, considerar as vantagens e desvantagens de cada um deles, e a viabilidade real de sua aplicação no território, com a equipe e os recursos disponíveis. O quadro a seguir elenca algumas vantagens e desvantagens de cada um dos métodos citados, para auxiliar na análise.



Método de Escuta	Vantagens	Desvantagens
<p>Envio de questionários físicos para a escola.</p>	<p>Garante-se a participação de todos os destinatários de forma equitativa.</p>	<p>Valor mais elevado, mas pode ser custeado também por cada escola. A compilação das informações será mais dificultosa. Depende de um processo logístico de entrega e recolhimento dos materiais.</p>
<p>Elaboração de questionários online para serem respondidos.</p>	<p>Facilidade logística, pois não necessita de transporte e recolhimento físico. Consolidação de dados é facilitada.</p>	<p>Pessoas podem não ter acesso à infraestrutura adequada. É necessário ofertar espaços para sanar possíveis desigualdades no acesso e preenchimento do formulário. Neste caso, sugere-se que possam ser respondidos na escola, com a infraestrutura adequada de acesso para todos os estudantes e demais atores.</p>
<p>Organização de grupos focais.</p>	<p>Compreende-se com maior profundidade o ponto de vista de um grupo, suas perspectivas, pontos convergentes e divergentes entre os participantes. Pode elucidar algumas questões mais subjetivas sobre o objeto que está sendo pesquisado.</p>	<p>Grande demanda de recursos: pressupõe tempo, organização dos grupos, e presença in loco de facilitadores treinados e das pessoas convidadas. A facilitação online pode ser uma alternativa, mas neste caso, deve-se levar em consideração a possibilidade de perda da compreensão subjetiva das expressões corporais, das interações entre os participantes, e mesmo da maior dificuldade de participação e expressão por parte de alguns dos presentes. Pode ocultar perspectivas individuais, de participantes que não queiram expor determinados pontos em grupo.</p>



Método de Escuta	Vantagens	Desvantagens
<p>Realização de reuniões guiadas por atores da Secretaria ou da regional.</p>	<p>Metodologia organizada de acordo com os objetivos do órgão central, e realização das reuniões com pessoal próprio. A participação de atores externos pode trazer maior peso para o evento e, assim, maior participação da comunidade.</p>	<p>Questões importantes podem não vir à tona por medo de retaliação ou falta de abertura com os facilitadores.</p>
<p>Realização de reuniões guiadas pela própria escola.</p>	<p>Por ser organizada pela própria escola, pode ser adaptada ao calendário e às atividades da comunidade escolar com maior facilidade. Pode haver maior abertura dos presentes, uma vez que estarão se relacionando com pessoas que já conhecem e lidam no dia a dia.</p>	<p>Por questões interpessoais ou de compreensões relacionadas a fatos anteriores ao processo de escuta, pontos importantes podem acabar não sendo ditos ou não sendo considerados no relatório final da reunião. As pessoas que facilitarão as reuniões podem não seguir exatamente a metodologia prevista inicialmente pela Secretaria.</p>
<p>Realização de audiência pública.</p>	<p>Oportunidade ampla de escuta para toda a comunidade. Podem ser realizadas reuniões maiores, abrangendo mais de uma comunidade escolar ou território.</p>	<p>Por ter a participação de grupos muito distintos, pode dificultar a escuta mais detalhada ou específica de determinados grupos ou demandas. Exige capacidade de organização intersetorial, boa divulgação, e equipe capacitada para produzir uma síntese adequada da escuta.</p>



DE PORTA EM PORTA

Ceará

No Ceará, os diretores das escolas técnicas estaduais fazem visitas às escolas de 9º ano para explicar o que é a EPT, o que esperar do curso e as oportunidades profissionais dos egressos, garantindo que os jovens interessados tenham informações para tomar as decisões corretas sobre seus futuros.



É possível mesclar modelos para diferentes públicos. Por exemplo, pode-se realizar uma audiência pública para a escuta da comunidade em geral, somada às respostas dos estudantes a questionários encaminhados para as escolas. Outra possibilidade é a realização de reuniões preparadas pela direção escolar com os docentes e demais atores da comunidade escolar, com o objetivo de organizar a perspectiva do grupo, culminando na produção de um documento contendo uma lista com os principais pontos trazidos por aquela comunidade.

Em quaisquer dos casos, é importante estabelecer metas para a escuta, para a mobilização da própria equipe da Secretaria e para haver parâmetros de sucesso em relação à ação. Por exemplo, numa escuta de estudantes online, qual a porcentagem mínima de participação para se considerar que o público de determinada escola ou município foi ouvido? Se serão realizadas audiências públicas, quantas serão? Qual o público que se quer alcançar nessas reuniões? Refletir sobre esses números dará mais direcionamento à ação e mais legitimidade perante a comunidade.

Por fim, é fundamental planejar as etapas de mobilização do processo de participação. Comunicações textuais (como e-mails, ofícios e cards para redes sociais), reuniões ou transmissões online e divulgação no site e redes sociais da Secretaria vão aumentar o engajamento no processo.



EQUIDADE NA ESCUTA E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

É imprescindível que o modelo escolhido de escuta garanta que estudantes de populações minorizadas e sub-representadas tenham voz ativa no processo. Isso implica, por exemplo, definir o dia e o horário em que o processo de escuta vai ocorrer levando em consideração as rotinas das pessoas da comunidade escolar; e garantir que, caso seja feito online, todos terão condições de participar com qualidade. Seja em formatos presenciais ou online, é preciso saber se há necessidade de algum tipo de acessibilidade para os participantes. Nesse sentido, cabe à rede fazer a análise prévia das comunidades, de modo a garantir equidade nesse processo de escuta. É importante também monitorar o processo de escuta e, caso se identifique que uma população está sendo sub-representada, criar mecanismos para garantir sua participação naquele processo.

3

Realização da coleta e/ou momentos participativos nas escolas ou territórios

A participação da comunidade escolar é a etapa central desse processo. A ideia é que a rede faça a escuta dos vários atores que compõem a comunidade escolar, especialmente os estudantes, gestores, profissionais da escola e familiares.

A escuta da comunidade deve buscar levantar informações sobre:

- Quais são os anseios das famílias para a educação e o futuro dos estudantes?
- Como a comunidade percebe as oportunidades de trabalho na região? Como a comunidade vê a análise apresentada pela Secretaria sobre as principais oportunidades de trabalho na região?
- Há interesse da comunidade em ter EPT no território?
- Como a comunidade percebe os possíveis cursos a serem ofertados naquele território?



MOBILIZANDO TODA A SOCIEDADE PARA PARTICIPAR

Maranhão

O estado do Maranhão, que conta com o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), autarquia vinculada à Secretaria de Educação, identificou um desafio relacionado à falta de conexão entre os programas de EPT propostos e o setor produtivo local. Para melhorar esse processo, foram instituídas **audiências públicas** para escuta e definição da oferta de EPT.



O processo ocorreu em três fases distintas: **Análise socioeconômica**, com o levantamento inicial de dados socioeconômicos, vulnerabilidade social e número de matrículas nas escolas de ensino fundamental, para definir os cursos e identificar os municípios com alta demanda; **Encontros e visitas com atores locais** — como empresas, universidades e escolas — para avaliar quais cursos tinham maior aderência às necessidades regionais; **Realização de audiências públicas**, especialmente voltadas para a consulta de estudantes, comunidade escolar e setor produtivo, para validar as formações propostas com base no interesse e nas necessidades locais.

O resultado foi o fortalecimento da participação da comunidade escolar, destacando-se como uma prática exemplar de governança. O processo assegurou que as decisões educacionais fossem fundamentadas em análises aprofundadas e nas demandas das comunidades locais, criando um ambiente de colaboração e valorização dos interesses e das particularidades dos territórios.

Independentemente do modelo de escuta escolhido, é fundamental que a forma de construção seja pensada para aquele território, com suas especificidades, potencialidades e necessidades. Diferentes estados fizeram processos de escuta de diferentes formas. Muitas redes optam por utilizar formulários para captar o interesse dos estudantes, como é o caso de São Paulo, que faz a consulta a partir de uma lista pré-determinada de cursos, com base nas prioridades econômicas de cada região. Outros estados, como Maranhão e Rio Grande do Norte, promoveram audiências públicas. O Ceará organizou visitas dos diretores das escolas de EM às escolas de 9ª ano do fundamental, para falarem sobre as oportunidades de EPT.



Escuta dos estudantes

Em meio à escuta da comunidade escolar, é fundamental chamar atenção para a escuta dos estudantes, que são os destinatários da política, e que são, portanto, o principal público a ser ouvido. Nesse sentido, o processo de escuta dos estudantes deve ser estratégico e seguir uma metodologia intencional. Devem ser ouvidos os estudantes do 9º Ano do ensino fundamental e/ou os da 1ª série do ensino médio, já que em muitos estados o Itinerário de Formação Técnica Profissional (IFTP) começa no 2º ano.

Os momentos de participação, a depender do formato, podem ser mais abertos, provocando a reflexão nos estudantes, ou podem ser mais objetivos, caso os estudantes já tenham tido tempo para pensar em suas escolhas. Aqui apresentamos dois exemplos complementares, com perguntas norteadoras, que devem ser adaptadas conforme o desejo de cada rede.

EXEMPLO 1

FORMATO: grupo focal, reuniões com estudantes, aulas de projeto de vida, etc.

PERGUNTAS NORTEADORAS

- ✓ Quais são seus sonhos profissionais? Como a escola se relaciona com esse sonho?

- ✓ Você sabe quais passos você precisa dar para alcançar esse sonho/objetivo?

- ✓ Você sabe o que é um curso técnico?

- ✓ Você já pensou em fazer um curso técnico? Qual ou quais? Por quê?

- ✓ Você sabe quais são os conteúdos e competências trabalhados nesses cursos?

- ✓ Você sabe como é a empregabilidade desses cursos?



EXEMPLO 2

FORMATO: formulário impresso ou online, grupo focal, entre outros.

PERGUNTAS NORTEADORAS

▶ **Você já pensou no que quer fazer após o ensino médio?**

- a) Quero fazer faculdade e já sei qual curso.
- b) Quero fazer faculdade, mas ainda não sei o curso.
- c) Quero fazer faculdade e trabalhar.
- d) Quero apenas trabalhar.
- e) Ainda não sei.

▶ **Você sabe o que é um curso técnico?**

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Mais ou menos.

▶ **Você tem interesse em fazer um curso técnico?**

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Não sei.

▶ **Em que modalidade você gostaria de fazer o curso técnico?**

- a) Durante o ensino médio, na mesma escola.
- b) Durante o ensino médio, mas em outra escola/instituição.
- c) Após o ensino médio.

▶ **Caso faça um curso técnico, em quais das áreas abaixo você tem interesse?**

Lista de áreas (indica-se que o estudante possa escolher até três).

▶ **Por quais dos cursos abaixo você tem interesse?**

Lista de cursos (indica-se que o estudante possa escolher até três).

Escutar os sonhos e também as barreiras para alcançá-los

Nas conversas com os jovens e no processo de escuta formal, é fundamental entender quais são os objetivos daquele jovem, mas também quais são as barreiras que ele enfrenta, hoje, para alcançá-lo. É a partir daí que a rede vai poder compreender como pode contribuir para que esse jovem atinja seu sonho, seja por meio da política de educação profissional, seja por outras políticas, inclusive não ligadas à área educacional. A intersectorialidade pode ser uma perspectiva importante para não sobrecarregar a rede e ainda assim prover o suporte necessário para que os jovens permaneçam e concluem.



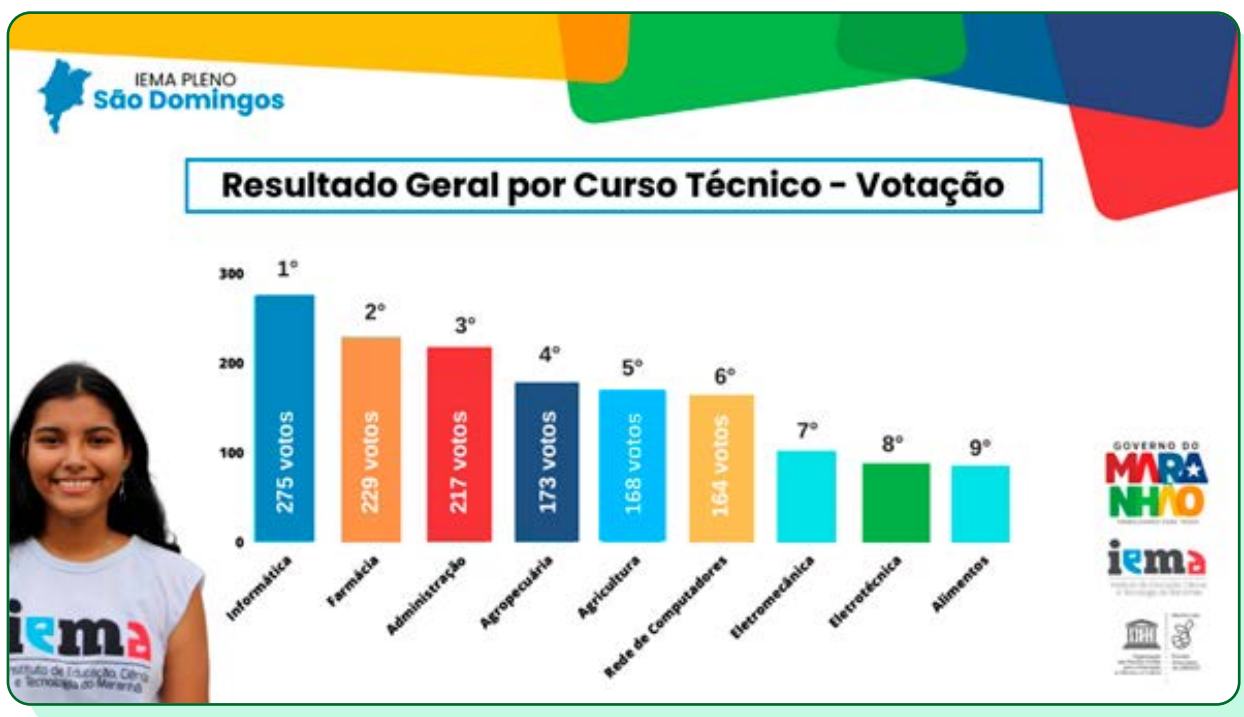


4 Análise e consolidação dos dados

A quarta etapa diz respeito à sistematização e incorporação dos resultados ao planejamento da oferta, consolidando o processo de participação para identificar as demandas e preferências elencadas pelos participantes. De modo geral, um bom processo de escuta vai levantar informações sobre o conhecimento e receptividade da formação técnica no estado, e quais os cursos com maior interesse. Mas também pode trazer informações mais gerais, que ajudarão no processo de implementação. Para além do planejamento em si, essas informações podem ser úteis, por exemplo, para a equipe de comunicação da Secretaria.

Mas, como nosso foco é o planejamento da oferta, o essencial é que se consolide, para cada escola, município e região, o interesse pela EPT de um modo geral e quais são as áreas e cursos mais votados pelos estudantes. A informação da área ou curso de interesse pode ser muito útil para o planejamento, inclusive para os anos seguintes. Vamos supor que foi captado um grande interesse em cursos de tecnologia, e baixo interesse no curso específico de Informática. Isso pode significar que vale a pena ampliar o catálogo de cursos nessa área.

Um exemplo interessante é o do IEMA, no Maranhão, que realiza um processo de votação formal nas audiências públicas e sistematiza as votações por encontro. Depois, disponibiliza os resultados aos participantes em um documento, conforme a imagem abaixo:





A partir da consolidação, a rede deve incorporar os achados no seu planejamento. Não existe uma metodologia única para realizar esta sistematização. Redes podem priorizar a participação escolar acima da análise socioeconômica, ou vice-versa. Nossa recomendação é que ambas sejam observadas. Como o produto da análise socioeconômica e da participação é o levantamento de uma lista de cursos, é provável que exista sobreposição. Nos casos em que isto não seja verdade, a rede pode abrir um processo adicional de diálogo com as escolas para identificar caminhos.

Indicamos pelo menos duas formas de organizar essas informações:

- Tabela (Excel, Google Sheets ou similar), em que cada regional/município/escola é uma linha, e as informações coletadas estejam em colunas.

- Documento de texto ou apresentação, em que cada página é uma regional/município/escola, e as informações coletadas, de forma resumida, estejam reunidos ali, para fácil visualização.

5

Devolutiva para a comunidade escolar

Por fim, recomendamos que essas informações sejam devolvidas para a comunidade – saber que suas vozes foram ouvidas é chave para o sucesso de processos de participação que buscam gerar engajamento. As devolutivas podem ser feitas de diferentes maneiras, tais como:

- Envio do documento geral e/ou do documento com a consolidação específica para aquela região ou comunidade.

- Lives para apresentar os resultados.

- Exposição para as regionais, para que estes representantes transmitam as informações para as escolas de sua área de abrangência.

Assim, com a consolidação das informações e disponibilização dos resultados para os participantes, conclui-se o processo de Participação da Comunidade Escolar. O diálogo com as escolas e regionais, porém, continua. E, no próximo capítulo, esse diálogo será fundamental para definir a oferta que ocorrerá efetivamente nos territórios, com base em todo o processo de planejamento e escuta.



SISTEMATIZANDO OS ACHADOS

Mato Grosso

Buscando sistematizar a escuta realizada com as diretorias regionais de ensino, escolas e estudantes, o IET apoiou a Secretaria de Educação do Mato Grosso na elaboração de um painel de dados (por meio do software Power BI), que consolida as informações levantadas. Ferramentas dessa natureza permitem a análise rápida dos resultados, com um olhar para o território, e o compartilhamento dessas informações com outros agentes.



Ferramentas de análises - Planejamento da Oferta



Escuta com DRE

Escuta com escolas

Escuta com estudantes



Análise de escolas (pré-definição de curso)

Análise de escolas (curso pré-definido)



Ofertas atuais

Análise de cursos (visão por município)

Análise de municípios



07

DEFINIÇÃO DA OFERTA

SUBPROCESSOS

- 1) Articulação com regionais, escolas e outros setores da Secretaria
- 2) Indicação da oferta
- 3) Aprovação das lideranças do governo
- 4) Comunicação da oferta à equipe e à comunidade escolar
- 5) Garantia dos requerimentos legais para a abertura dos cursos



DEFINIÇÃO DA OFERTA

NÍVEL | Tático

FREQUÊNCIA SUGERIDA | Anual



RESULTADO DO PROCESSO

Lista de cursos e turmas por escola; processos de aprovação encaminhados aos órgãos competentes.

A culminância do macroprocesso de Planejamento da Oferta ocorre com o alinhamento e a definição dos cursos que serão oferecidos no ano subsequente, bem como com a abertura das vagas previstas. Esse momento representa não apenas a conclusão da fase de planejamento, mas também o ponto de partida efetivo para a implementação da oferta, traduzindo em ação todo o arcabouço de informações, análises e aprendizados obtidos ao longo dos processos anteriores.

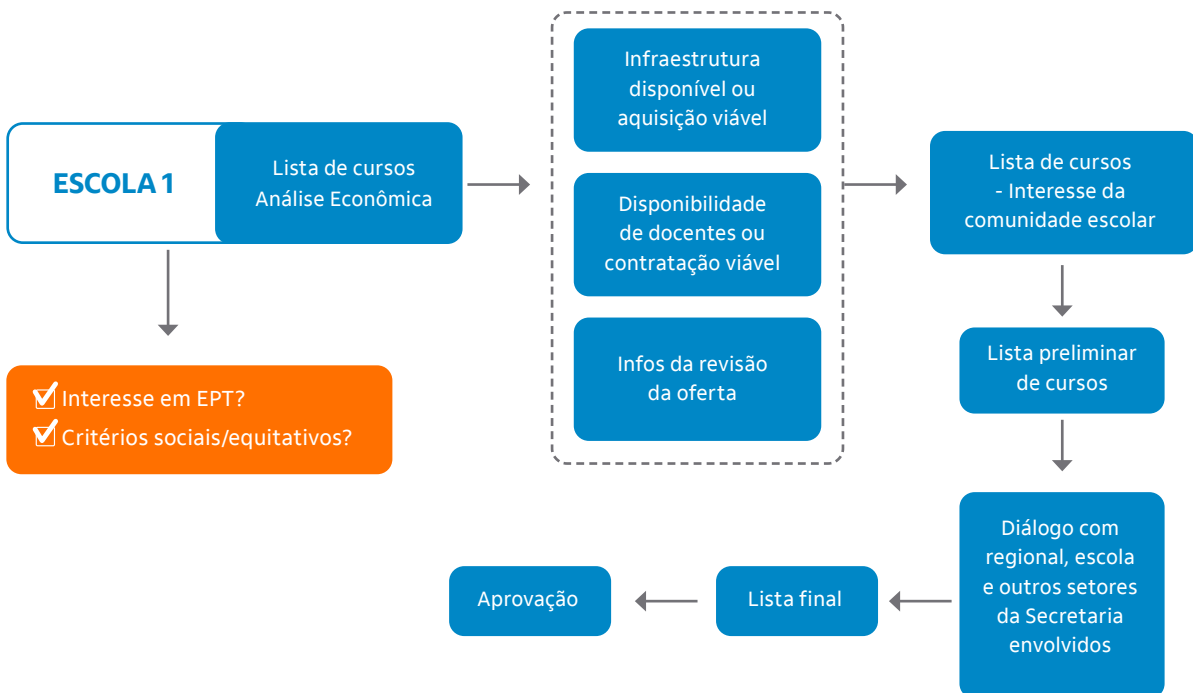
A definição da oferta exige uma análise que combine a dimensão social, a partir da participação da comunidade escolar, e uma perspectiva estratégica, que assegure o cumprimento das metas estabelecidas pelo governo e o alinhamento com as vocações econômicas do território.

Não há um padrão consolidado para realizar esta etapa, e as redes têm formas diferentes de construir o processo de decisão sobre cada oferta. Os três primeiros subprocessos — articulação com regionais, escolas e comunidade escolar para a indicação da oferta; consolidação e indicação da oferta; e aprovação das lideranças do governo — frequentemente acontecem de forma dinâmica e simultânea. Essa abordagem dialogada e flexível, aliada à capacidade de integrar visões locais e estratégicas, reforça a legitimidade e a robustez da oferta final aprovada.

A partir de todos os processos executados até aqui, deve-se construir uma lista preliminar de cursos por regional/município/escola. Com essa lista, volta-se às regionais e escolas para reflexão e, com base nos dados coletados, para a decisão final.



FIGURA 18 EXEMPLO DE FLUXO PARA DEFINIÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS POR ESCOLA



1

Articulação com regionais, escolas e outros setores da Secretaria

Ao consolidar o planejamento da oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), chega o momento de articular a proposta final com as regionais, as escolas e a comunidade escolar em geral. O objetivo desta etapa é validar e ajustar as indicações preliminares, garantindo que a oferta planejada reflita as necessidades locais sem perder de vista a estratégia estadual mais ampla. Além disso, em alguns casos a definição final poderá ser feita em diálogo com outros setores da Secretaria de Educação, como as equipes de ensino médio e tempo integral, escolas do campo, indígenas, quilombolas, entre outras.

Para qualificar o processo, é recomendável disponibilizar a esses atores uma síntese dos documentos preparados nas etapas anteriores, como o Plano de Expansão, a análise socioeconômica do território, apontamentos sobre docentes e infraestrutura necessários, além da revisão da oferta (mesmo que de outras escolas da região). Ao terem acesso a esses materiais, as comunidades escolares poderão compreender o raciocínio que embasou as escolhas e discutir as propostas com base em evidências, evitando debates pautados apenas em percepções subjetivas.



A forma de conduzir esse processo pode variar de acordo com os recursos e as características de cada rede de ensino, podendo ser feito de forma presencial ou online, com uma participação ampla da comunidade ou mais restrita a representantes da regional e da escola. O importante é que os materiais citados acima tenham sido enviados previamente, para que os participantes tenham tempo de se apropriar das informações. Também pode ser interessante fazer uma transmissão online no momento de distribuição dos materiais, de forma a orientar sua leitura, e depois – recomenda-se em torno de duas semanas – realizar os encontros com cada regional e/ou escola. Também é possível pedir os comentários e contribuições por escrito, em especial se o número de escolas for muito alto.

Independentemente da metodologia adotada, é fundamental que a equipe responsável pelo planejamento esteja tecnicamente preparada para responder a questionamentos, explicar a lógica das decisões e contextualizar as escolhas feitas, demonstrando transparência e embasamento. Ao final desse processo, as contribuições recebidas serão consideradas para a definição dos cursos e turmas por escola, a ser aprovada com o secretário ou secretária.

2 Indicação da oferta

O documento de oferta deve ser explícito e detalhado, especificando claramente os cursos que serão oferecidos, as vagas disponíveis, e as localizações das ofertas. Para cada curso, o documento deve detalhar:

- **Número de vagas:** quantificação das vagas e turmas por curso e por escola, baseada na capacidade instalada e na demanda projetada.
- **Localização das ofertas:** especificação das escolas e regiões onde cada curso será oferecido, considerando a distribuição geográfica da demanda e das infraestruturas disponíveis.
- **Modalidades:** especificar se o curso será ofertado de forma integrada, concomitante, concomitante intercomplementar ou subsequente.
- **Justificativa para a oferta:** explicação baseada em dados sobre por que cada curso está sendo oferecido, incluindo a relevância econômica e social, a demanda estudantil e a viabilidade logística e financeira.
- **Modelo de oferta:** a oferta será operacionalizada pela Secretaria ou por algum parceiro?



3 Aprovação das lideranças do governo

A fase final da elaboração do Planejamento da Oferta de EPT requer o envolvimento e a aprovação das lideranças governamentais. Esse envolvimento não apenas legitima o processo, mas também assegura alinhamento estratégico com as prioridades governamentais e garante o suporte necessário para a implementação efetiva do plano.

Para a validação final da proposta de oferta, é essencial agendar reuniões oficiais com os secretários envolvidos. Essas reuniões servirão para apresentar formalmente o planejamento, discutir detalhes e obter a aprovação oficial. Antes desta reunião, é necessário enviar o documento com a proposta completa para todos os participantes, assegurando que não haja surpresas e que todos tenham tempo suficiente para revisar o material. Também é fundamental o registro da reunião em ata, a ser compartilhada com todos os participantes.

4 Comunicação da oferta à equipe e à comunidade escolar

Após a aprovação do planejamento da oferta, é chegada a hora de informar as comunidades escolares sobre o resultado do planejamento. Este é um momento de transparência e clareza importante para consolidar a participação da comunidade escolar. A forma de comunicação pode variar de acordo com as possibilidades e recursos disponíveis. Além do envio do documento final por e-mail, pode-se realizar seminários online para apresentar detalhadamente as decisões tomadas, destacando os critérios, análises e estudos que embasaram a oferta.

5 Garantia dos requerimentos legais para a abertura dos cursos

Antes de ofertar efetivamente as vagas, a rede precisa assegurar que cada curso atenda a todos os requerimentos legais e normas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação e outros órgãos competentes. Isso inclui respeitar os prazos para autorização e credenciamento, cumprir cargas horárias mínimas, requisitos curriculares, infraestrutura necessária e quaisquer outros dispositivos legais. Nesta etapa, as equipes de planejamento e gestão devem verificar se cada escola já dispõe das autorizações necessárias ou se será necessário requerê-las, atentando para o tempo que isso pode levar. Cumprir rigorosamente as normativas garante a validade dos diplomas e certificações para os estudantes.



08

ABERTURA DE VAGAS

SUBPROCESSOS

- 1) Comunicação e engajamento no processo de matrícula
- 2) Processo seletivo e de inscrição/matricula
- 3) Abertura e monitoramento do processo de matrícula



ABERTURA DE VAGAS

NÍVEL | Operacional

FREQUÊNCIA SUGERIDA | Anual



RESULTADO DO PROCESSO

Comunicação do processo de matrícula com os diferentes públicos-alvo; processo de matrícula concluído.

Na prática, após a definição dos cursos, número de vagas e formas de oferta em cada escola, se inicia outro macroprocesso: o da implementação da oferta de EPT. Este abarca outra série de processos, como a contratação de professores, a compra de laboratórios, a abertura de vagas, entre outros. No entanto, nesta metodologia, julgamos ser importante aprofundar o processo que envolve a comunicação com o público final – os estudantes – e os processos de entrada deles nos cursos. Isso se justifica porque **tais processos têm um papel relevante na promoção da equidade na EPT.**

Este capítulo descreve brevemente os passos necessários para garantir que a abertura das matrículas seja feita de maneira legal, transparente e inclusiva.

1

Comunicação e engajamento no processo de matrícula

A abertura das vagas não terá impacto se a informação não chegar aos potenciais estudantes de maneira adequada. A rede de ensino deve planejar uma estratégia de comunicação que considere diferentes meios para alcançar públicos diversos, incluindo aqueles sub-representados, como comunidades rurais, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis.

A linguagem deve ser acessível e clara, garantindo que todos compreendam os cursos disponíveis, as vagas ofertadas, o local de inscrição e os critérios de seleção. Parcerias com associações locais, líderes comunitários e serviços públicos podem ampliar o alcance das informações e incentivar a adesão de públicos historicamente excluídos da EPT.

Além de se preocupar com a abrangência dos canais de divulgação, é necessário que as peças de comunicação utilizem linguagem acessível e contemplem a diversidade cultural, racial, de gênero e socioeconômica. O tom, as imagens, e o conteúdo devem ser cuidadosamente pensados para que estudantes e famílias se reconheçam nas mensagens, fortalecendo o sentimento de pertença e legitimidade no processo.

Retomando o estudo A Democratização da EPT no Brasil, é interessante observar se determinado curso é historicamente ocupado por um público restrito, e pensar em formas de torná-lo mais diverso. Por exemplo, fazer uma ação específica para divulgar os cursos de tecnologia para as meninas.



Peças das campanhas de matrícula dos estados de Rio Grande do Sul e Sergipe.



2

Processo seletivo e de inscrição/matricúla

Caso as redes possuam processo seletivo, ele deve possuir critérios objetivos e transparentes. Os critérios de seleção, caso sejam necessários, devem refletir o compromisso com a equidade. Além da ordem de chegada ou critérios acadêmicos, é fundamental considerar os marcadores sociais, estabelecendo ações afirmativas que priorizem populações historicamente sub-representadas.

Neste ponto, cada rede de ensino precisa conhecer profundamente o ordenamento legal que rege a adoção de tais critérios. Em alguns estados, a legislação ou normativas do Conselho Estadual de Educação já preveem ou facilitam o uso de ações afirmativas. Em outros, será necessário dialogar com órgãos de controle, como o Ministério Público, e com a Assembleia Legislativa, para garantir a legalidade das medidas a serem adotadas.

Um exemplo da aplicação de ações afirmativas na EPT ocorre no Rio Grande do Sul, onde um processo seletivo inédito com reserva de vagas foi instituído. Essa iniciativa, inserida no Programa de Educação Antirracista da Secretaria de Estado da Educação (Seduc-RS), é fundamentada na Lei estadual nº 16.089/24, que estabelece a Política Estadual de EPT, e regulamentada pelo Decreto nº 58.232/25. A implementação se dá por meio da destinação de um percentual de vagas proporcional à representação de pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência, conforme dados do censo demográfico mais recente do IBGE. O processo inclui um edital unificado, a criação de bancas de heteroidentificação para validar as autodeclarações e a reestruturação do sistema de matrículas, demonstrando um esforço coordenado para garantir a legalidade e a efetividade da política.

[Clique aqui para mais informações](#)

Rio Grande do Sul promove processo seletivo inédito com reserva de vagas em cursos técnicos



3

Abertura e monitoramento do processo de matrúla

Uma vez divulgadas as vagas, inicia-se o período de inscrição. O monitoramento constante dessa etapa é crucial para identificar desafios como baixa procura em determinados territórios, dificuldades de acesso à internet ou documentos. E avaliar a necessidade de ajustes no prazo de inscrição ou na comunicação. Ferramentas digitais podem auxiliar na coleta de dados em tempo real, permitindo



uma gestão mais eficiente e responsiva. A ênfase na equidade é essencial: todos os públicos, incluindo aqueles em situação de maior vulnerabilidade social, devem ter oportunidades reais de acesso aos cursos.

A matrícula é um momento-chave para promover ou comprometer a equidade na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). É por meio desse processo que se define não apenas quais estudantes terão acesso aos cursos, mas também se a distribuição das oportunidades refletirá a diversidade e as necessidades de diferentes grupos sociais. Ao monitorar a matrícula, é importante analisar se a procura pelos cursos está distribuída de forma equitativa entre diferentes territórios, grupos raciais, gêneros e classes sociais. Caso se perceba concentração ou sub-representação de determinados grupos, a rede de ensino precisa agir rapidamente: isso pode significar reforçar a comunicação em determinadas áreas, ajustar o calendário de inscrições, oferecer suporte adicional aos candidatos ou mesmo repensar aspectos do processo de inscrição, como a necessidade de documentos ou acesso a meios digitais. Esse monitoramento atento é o que permite correções de rota em tempo hábil.

4

Coleta de dados no momento da matrícula

A matrícula é uma oportunidade estratégica para coletar dados relevantes sobre os estudantes, permitindo que a rede monitore perfis socioeconômicos, territoriais e educacionais dos matriculados. Essas informações são essenciais para ajustar políticas públicas e direcionar recursos de forma mais eficiente, garantindo que a EPT cumpra seu papel de promover inclusão e desenvolvimento regional. É importante que os formulários de matrícula contenham campos padronizados para capturar dados sobre renda, pertencimento a grupos minorizados, necessidades especiais e outros indicadores que possam orientar futuras ações de planejamento.

A partir desses dados, escola, regional e Secretaria devem monitorar também a frequência dos estudantes, adotando estratégias que garantam a permanência e a conclusão do curso, com especial atenção às populações vulnerabilizadas. Ao longo do curso, também deve ser monitorada a qualidade das aulas, a execução de atividades práticas, a frequência dos professores, etc. Essas informações, somadas às das trajetórias dos egressos, retroalimentam a revisão da oferta e o planejamento como um todo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Metodologia de Planejamento da Oferta de EPT foi criada para ser uma ferramenta prática e útil no dia a dia das redes de ensino. O material não deve ser visto como uma regra única, mas sim como um conjunto de caminhos possíveis que cada estado pode adaptar conforme sua realidade e seus recursos. O grande objetivo aqui é mostrar como as secretarias estaduais podem agir de forma mais estratégica, usando dados e informações para ajudar no desenvolvimento de cada região, sempre conectando o aprendizado dos alunos com as oportunidades locais.

Acreditamos que a educação profissional é um motor de transformação social e econômica, capaz de romper ciclos de vulnerabilidade e impulsionar o desenvolvimento do país. Nesse sentido, como parte da Fundação Itaú, o Itaú Educação e Trabalho reafirma sua missão de contribuir continuamente para a expansão qualificada de vagas da educação profissional. Buscamos, por meio deste apoio técnico, garantir que cada jovem brasileiro tenha a oportunidade de trilhar um percurso formativo que conecte seus sonhos individuais às vocações produtivas de sua região, promovendo uma sociedade mais equitativa, desenvolvida e preparada para os desafios do mundo do trabalho.



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** Fluxograma: Metodologia de Planejamento da Oferta de EPT – **10**
- Figura 2** Mapa de Demandas por Educação Profissional (Painel interativo) – **19**
- Figura 3** Setores Prioritários: Vínculos e Massa Salarial – **22**
- Figura 4** Nível de Formalidade dos Setores Econômicos – **23**
- Figura 5** Nível de Concentração: Empregos em Grandes Empregadores – **24**
- Figura 6** Dispersão Territorial: Presença do Setor nos Municípios – **25**
- Figura 7** Presença da EPT no Ensino Médio (Matrículas) – **27**
- Figura 8** Cruzamento da Oferta e Demanda de Profissionais Técnicos – **29**
- Figura 9** Ferramenta de Planejamento do Maranhão: População, Raça e Territorialidade – **30**
- Figura 10** Ferramenta de Planejamento do Maranhão: Condições Socioeconômicas e Educação – **31**
- Figura 11** Mapa do Atlas de Vulnerabilidade Social (Ipea) – **32**
- Figura 12** Representação do Plano de Expansão: Trajetórias e Metas – **39**
- Figura 13** Representação das Premissas da Oferta de EPT – **43**
- Figura 14** Projeção de Matrículas: Trajetória Atual vs. Meta PNE – **44**
- Figura 15** Metas e Resultados da EPT por Território – **46**
- Figura 16** Resumo da Avaliação da Capacidade Instalada – **52**
- Figura 17** Modelo de Ficha de Infraestrutura Escolar (Sergipe) – **56**
- Figura 18** Painel de Avaliação da Disponibilidade de Profissionais (RS) – **59**
- Figura 19** Ciclo de Aprendizado para Revisão da Oferta (Antes, Durante e Depois) – **64**
- Figura 20** Matriz Econômica-Pedagógica para Revisão da Oferta – **72**
- Figura 21** Benefícios de Envolvimento do Setor Produtivo – **74**
- Figura 22** Representação do Processo de Escuta da Comunidade Escolar – **88**
- Figura 23** Resultado Geral por Curso Técnico – Votação IEMA (MA) – **101**
- Figura 24** Painel de Ferramentas de Análise de Oferta (Mato Grosso) – **103**
- Figura 25** Exemplo de Fluxo para Definição dos Cursos Técnicos por Escola – **106**
- Figura 26** Peças de Campanhas de Matrícula (RS e SE) – **111**



LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** Perguntas Orientadoras e Bases de Apoio para Análise – 14
- Tabela 2** Métodos de Escuta: Vantagens e Desvantagens – 94
- Tabela 3** Métodos de Escuta: Vantagens e Desvantagens (Continuação) – 95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEPE	Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
AGE	Agência de Empreendedorismo de Pernambuco
ASSINVEST	Associação das Indústrias de Confecção de Itabaianinha
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRASSCOM	Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMTI	Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral



EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FEF	Fundo Equalizador Federativo
FGB	Formação Geral Básica
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDMH	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IET	Itaú Educação e Trabalho
IFTP	Itinerário de Formação Técnica Profissional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSE	Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PEA	População Economicamente Ativa
PEE	Plano Estadual de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Planejamento Plurianual
PROPAG	Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SINAEP	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021.

BRASIL. Decreto nº 12.603/25: Institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (SINAEP). Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 14.645, de 20 de setembro de 2023: Altera a Lei nº 9.394 (LDB), para dispor sobre a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

IBGE. Censo Demográfico 2022: População, raça e territorialidade. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INEP. Censo Escolar 2024. Brasília, DF: INEP/MEC, 2024.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. Democratização da EPT no Brasil: análise sobre a oferta considerando raça, gênero, condição socioeconômica e local de residência. São Paulo: IET, 2024.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO; LEPES. Ferramenta de Competências Gerais para o Mundo do Trabalho (CGMT). São Paulo: IET, [s.d.].

PIAUI. Secretaria de Estado da Educação. Plano de Expansão da Oferta da Educação Profissional e Tecnológica 2022-2024. Teresina: SEDUC-PI, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Decreto nº 58.232/25: Regulamenta a Política Estadual de EPT e o processo de reserva de vagas. Porto Alegre: SEDUC-RS, 2025.

METODOLOGIA DE

PLANEJAMENTO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Educação
e Trabalho